ISBN 978-65-87226-43-9

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS – SEPE
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS – IMESC
ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO MARANHÃO (ZEE-MA) –
ETAPA BIOMA CERRADO E SISTEMA COSTEIRO

USO, OCUPAÇÃO E COBERTURA DA TERRA DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO (ZEE-MA) (RELATÓRIO TÉCNICO) - ETAPA BIOMA CERRADO E SISTEMA COSTEIRO

INSTITUIÇÕES:

IMESC SEPE GOVERNO DO MARANHÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

FAPEAD FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

CPRM Serviço Geológico do Brasil

Embrapa

UFMA Universidade Federal do Maranhão

SÃO LUÍS – MA
2021

Essa publicação conta com a parceria entre o IMESC, a UEMA, a SEPE, a FAPEAD, a CPRM, a EMBRAPA e a UFMA.
As informações emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos e outras instituições vinculadas.
Essa publicação está disponível para download gratuito (http://zee.ma.gov.br/). É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO
Flávio Dino de Castro e Costa

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO
Carlos Orleans Brandão da Silva

SECRETÁRIO DE ESTADO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS
Luis Fernando da Silva

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS
Presidente
Dionatan Silva Carvalho

Diretor de Estudos e Pesquisas
Hiroshi Matsumoto

Diretor de Estudos Ambientais e Cartográficos
Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias

UNIVERSIDADES ESTADUAL DO MARANHÃO
Reitor
Gustavo Pereira da Costa

Vice-Reitor
Walter Canales Sant'naa

Pró-Reitora de Graduação
Zafira da Silva de Almeida

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
Rita de Maria Seabra Nogueira

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Estudantis
Paulo Henrique Aragão Catunda

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas
José Rômulo Travassos da Silva

Pró-Reitor de Planejamento e Administração
Antônio Roberto Coelho Serra

COORDENADOR DO ZEE-MA
Dionatan Silva Carvalho

COORDENADOR EXECUTIVO DO ZEE-MA (UEMA)
Paulo Henrique de Aragão Catunda

COORDENADOR TÉCNICO DO ZEE-MA (IMESC)
Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias

COORDENADOR DO EIXO DE USO, OCUPAÇÃO E COBERTURA DA TERRA
Antônio José de Araújo Ferreira
Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias

EQUIPE TÉCNICA DO USO, OCUPAÇÃO E COBERTURA DA TERRA
Antonio José de Araújo Ferreira
Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias
Erlis Hilda Gouveia Teixeira
Gisselly Poliana Santos Muniz
Gladson Aldeny Silva e Silva
Manoel Fernando Moniz Filho
Wenderson Carlos da Silva Teixeira

APOIO TÉCNICO – ZEE-MA
Anny Karolyny Oliveira Portela
Janderson Rocha Silva
Vitor Raffael Oliveira de Carvalho

NORMALIZAÇÃO
Dyana Pereira

REVISÃO
Marília de Carvalho da Costa
Nayara da Silva Queiroz
Ilza do Socorro Galvão Cutrim

DIAGRAMAÇÃO
Carliane de Oliveira Sousa

Uso, Ocupação e Cobertura da Terra do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão (ZEE-MA) – Etapa Bioma Cerrado e Sistema Costeiro - (Relatório Técnico) / Antônio José de Araújo Ferreira; Luíz Jorge Bezerra da Silva Dias (Coords.). – São Luís, 2021.

99 p: il. color.

ISBN 978-65-87226-43-9

1. Ocupação 2. Cobertura da Terra 3. Maranhão I. Ferreira, Antônio José de. II. Dias, Luís Jorge Bezerra da Silva.

CDU: 332.3 (812.1)

Ficha elaborada pelas Bibliotecárias Dyana Pereira (CRB13/861)/Kádila Morais (CRB13/815).

Antônio José de Araújo Ferreira
Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias
(Coordenadores)

USO, OCUPAÇÃO E COBERTURA DA TERRA DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO (ZEE-MA) (RELATÓRIO TÉCNICO)

Autores
Antônio José de Araújo Ferreira
Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias
Erlis Hilda Gouveia Teixeira
Gisselly Poliana Santos Muniz
Gladson Aldeny Silva e Silva
Manoel Fernando Moniz Filho
Wenderson Carlos da Silva Teixeira

São Luís
2021

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vista parcial do Parque Eólico da Ômega Energia, em Paulino Neves-MA..... 14

Figura 2 – Entrevista com lideranças da Comunidade Quilombola Árvores Verdes, Brejo – MA. Coordenada geográfica: -03° 44' 28.76792"/ -42° 40' 49.28096"..... 27

Figura 3 – Fachada frontal do Centro Cultural e Religioso AfroBrasileiro Chagas Beija, Paulino Neves – MA. Coordenada geográfica: -02° 43' 44.23036"/ -42° 31' 45.59984"..... 29

Figura 4 – Vista parcial do Projeto de Assentamento Brejo da Ilha, Estreito - MA. Coordenada geográfica: -06° 40' 52.48360" / -47° 26' 21.56341"..... 47

Figura 5 – Fachada frontal da Coopevida, São Raimundo das Mangabeiras - MA..... 48

Figura 6 – Entrevista com lideranças do Projeto de Assentamento Canto do Ferreira, Chapadinha – MA. Coordenada geográfica: -03° 47' 03.99309"/ -43° 38' 15.48104"..... 49

Figura 7 – Visita técnica ao Chefe do Parque Nacional da Chapada das Mesas, sede de Carolina - MA. Coordenada geográfica: -07° 20' 00.88547"/ -47° 27' 41.34150"..... 55

Figura 8 – Vegetação típica (caatinga, capitão do mato, ipê e sambaíba) da Resex Chapada Limpa, em Chapadinha - MA. Coordenada geográfica: -03º 47’ 53.55860”/ -43º 24’ 24.42972” ... 56

Figura 9 – Entrevista com representantes da Resex Chapada Limpa, Chapadinha - MA. Coordenada geográfica: -03° 56' 02.18872"/ -43° 33' 53.99694"..... 57

Figura 10 – Entrevista com gestores municipais de Duque Bacelar - MA. Coordenada geográfica: -04° 09' 19.64396"/ -42° 56' 55.94017"..... 58

Figura 11 – Terminal hidroviário de Carnaubeiras e de Barreiras, em Araioses - MA 60

Figura 12 – Terminal marítimo de Tutóia - MA 60

Figura 13 – Vista parcial do distrito agroindustrial de Balsas - MA. Coordenada Geográfica: -07° 29' 36.21759"/ -46° 07' 56.33878"..... 61

Figura 14 – Vista aérea do distrito industrial de Porto Franco – MA. Coordenada Geográfica: -06° 27' 37.32527"/ -47° 24' 12.83599"..... 61

Figura 15 – Área de cultivo de soja no município de Buriti - MA 65

Figura 16 – Vista aérea de preparo da terra para o cultivo de soja em Buriti – MA com indicação das coordenadas da Figura 15 65

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População do Estado e do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão em 2000, 2010 e 2020 16
Gráfico 2 – Distribuição espacial da população do Estado e do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão em 2000 e 2010 17
Gráfico 3 – Conflitos por terra no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão (2001-2019) 75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Terras indígenas no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão 24
Quadro 2 – Territórios quilombolas no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão 27
Quadro 3 – Comunidades quilombolas no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão 29
Quadro 4 – Situação quanto à definição e certificação das comunidades quilombolas no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão 33
Quadro 5 – Projetos de assentamento no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão 34
Quadro 6 – Unidades de conservação federal no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão ... 51
Quadro 7 – Unidades de conservação estadual no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão 52
Quadro 8 – Reservas particulares do patrimônio natural no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão 53
Quadro 9 – Unidades de conservação municipal no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão 54
Quadro 10 – Conflitos por terra no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão, em 2019 76
Quadro 11 – Conflitos por terra no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão, por data, famílias e agentes, em 2019 77
Quadro 12 – Conflitos por água no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão, em 2019 86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Porcentagem da população do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão em 2000, 2010 e 2020 17
Tabela 2 – População, por município, do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro em 2000, 2010 e 2020 18
Tabela 3 – Classes de uso e cobertura vegetal do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão, 2020 21
Tabela 4 – Quantidade produzida de soja e sorgo no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro em relação ao Maranhão 64
Tabela 5 – Quantidade produzida de milho em grão no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro em relação ao Maranhão 66
Tabela 6 – Quantidade produzida de arroz em casca no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro em relação ao Maranhão 69
Tabela 7 – Quantidade produzida de cana-de-açúcar no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro em relação ao Maranhão 71
Tabela 8 – Quantidade produzida na silvicultura no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro em relação ao Maranhão 73

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 7
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 8
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO 10
3. 1 Dinâmica da ocupação do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão 10
3.2 A População do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão 16
3.3 As classes de uso e ocupação no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão 21
3.3.1 A classe usos institucionais no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão 21
3.3.1.1 Terras indígenas no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão 22
3.3.1.2 Territórios quilombolas no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão 26
3.3.1.3 Projetos de assentamento no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão 33
3.3.1.4 Unidades de conservação no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão 49
3.3.2 A classe *outros* no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão 58
3.4 Conflitos no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão 74
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 87
REFERÊNCIAS 88
ANEXOS 96
ANEXO A - CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO DA COMUNIDADE CANTO DO LAGO 97
ANEXO B - REQUERIMENTO DA ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DA CHAPADA LIMPA II 98
ANEXO C - CROQUI DA ESTRADA ENTRE A RESEX CHAPADA LIMPA E A SEDE DE CHAPADINHA - MA 99

1 INTRODUÇÃO

O Zoneamento Ecológico (ZEE), na escala de 1:250.000, tem por objetivo subsidiar a definição e efetivação de políticas territoriais, no intuito de orientar os tomadores de decisão a planejarem de forma estratégica o Bioma Cerrado e Sistema Costeiro do Estado do Maranhão. Isso porque o governo dessa unidade da Federação, por intermédio da Secretaria de Programas Estratégicos e da Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico, decidiu elaborar o ZEE/MA por etapas prioritárias, cuja primeira abrangeu o Bioma Amazônia (MARANHÃO, 2019) enquanto esta etapa trata do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro. Este bioma abrange 109 dos atuais 217 municípios maranhenses, o correspondente a 50,23% do território estadual e que em 1º/07/2020 viviam 38,28% da população total; em tal bioma desenvolvem-se atividades e usos vinculados aos setores primário (pecuária, agricultura e extrativismo) e secundário (indústria, construção civil etc.) e terciário. Enquanto usos institucionais, nesse bioma estão inseridas 9 terras indígenas, 18 unidades de conservação, 14 territórios quilombolas e 313 projetos de assentamentos. Os conflitos, todavia, são recorrentes sendo que os por terra representaram 55,74% do registrado no Maranhão, em 2019, enquanto os de uso e sobreposições requerem apreensão e reversão.

A partir dos supracitados elementos e conteúdos, o diagnóstico do tema *Uso, Ocupação e Cobertura da Terra do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão* é apresentado, sendo que se excetuando essa Introdução, o conteúdo foi dividido em 3 partes: 1) Procedimentos Metodológicos; 2) Resultados e Discussões, que foram subdivididos em 4 itens – Dinâmica da Ocupação, A População, As classes de uso e ocupação em que se destacaram os Institucionais (Terras Indígenas, Territórios Quilombolas, Projetos de Assentamento e Unidades de Conservação) e Outros (distrito industrial, área urbanizada, culturas temporária e permanente, atracadouro, sítio histórico, etc), além dos Conflitos no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro; 3) Considerações Finais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O diagnóstico temático sobre *Uso e Cobertura da Terra do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro do Maranhão* foi levado a cabo de acordo com os seguintes procedimentos metodológicos:

1) Levantamento bibliográfico (livros, periódicos, monografias, dissertações e teses), documental (leis, plano diretor, plano de ordenamento territorial), cartográfico (cartas, mapas, croquis) e iconográficos (fotografias, gravuras, desenhos). Esses, portanto, subsidiaram a compilação de um texto baseado na análise da revisão bibliográfica, documental, cartográfica e iconográfica, assim como em informações e dados existentes;
2) Interpretação visual dos produtos cartográficos selecionados almejando à obtenção de dados e informações para posterior elaboração e ajustes nos mapas que ilustram os diversos temas que integram esse diagnóstico;
3) Análise de dados e informações disponíveis em órgãos oficiais seja em arquivos *shapefile* ou relatórios técnicos. A base utilizada considerou material cartográfico disponível nos sites e acervo de dados do IBGE (2013; 2016), INCRA (2017), FUNAI (2020), ICMBIO (2020), MARANHÃO (2019b; 2020), ANTAQ (2013), IMESC (2019), IPHAN (2018), CPT (2019) e DNIT (2017). A espacialização com esses dados foi procedida pela utilização dos softwares de informação geográfica *ArqGis* 10.2.2 e *Quantum Gis* 3.14, em que se adotou o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas – Sirgas 2000, na escala de 1:250.000;
4) Elaboração de mapas temáticos e de sobreposição de acordo com etapas de coleta e sistematização das informações cartográficas disponíveis em fontes secundárias e oficiais, além de análises bibliográficas, no intuito de representar a ocorrência dos usos institucionais priorizados e identificados (Terras Indígenas, Territórios Quilombolas, Projetos de Assentamento, Unidades de Conservação que incluíram as federais, as estaduais e as reservas particulares do patrimônio natural), além da classe Outros (atracadouro, distrito industrial, sítios históricos, conflitos etc.). Os referidos mapas tiveram o intuito de subsidiar, em um primeiro momento, a realização das três etapas de campo realizadas e, no segundo momento, passaram por ajustes visando à versão final;
5) Realização de três etapas de campo com o propósito de serem complementados dados e informações obtidos conforme os procedimentos supracitados, tendo em vista visitas técnicas a prefeituras, projetos de assentamento, unidades de conservação, comunidades quilombolas, unidades de negócio do Sebrae, sindicatos e associações de moradores, o que concorreu para 24 entrevistas não padronizadas, assim como para observação direta intensiva e registro fotográfico. As etapas de campo obedeceram ao critério de relevância de

cada município em função da ocorrência dos usos institucionais selecionados e foram procedidas conforme o seguinte calendário: a) primeira – 23/11/2020 a 28/11/2020 em que o itinerário priorizou os municípios de Porto Franco, Estreito, Carolina, Riachão, Balsas, São Raimundo das Mangabeiras e Capinzal do Norte; b) segunda – 09/12/2020 a 14/12/2020 percorrendo as municipalidades de Vargem Grande, Chapadinha, Duque Bacelar e Brejo; c) terceira – 16/12/2020 a 21/12/2020 foi levada a efeito nas municipalidades de Paulino Neves, Tutóia, Água Doce do Maranhão e Araioses;

6) Tabulação, análise e interpretação dos dados e informações obtidas;
7) Revisão do relatório parcial e ajustes decorrentes dos procedimentos anteriores, a fim de integrar o conteúdo a seguir.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo que apresenta os resultados obtidos e a discussão concernente ao tema *Uso, Ocupação e Cobertura da Terra do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão*, os quais foram divididos em 4 itens: 1) Dinâmica da ocupação do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro; 2) A população do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro; 3) As classes de uso e ocupação do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro; 4) Conflitos no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro.

3. 1 Dinâmica da ocupação do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão

A atual dinâmica espacial do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro ocorre de Sudoeste para Sudeste no sentido do Norte Oriental do Maranhão, abarcando, atualmente, 109 dos 217 municípios dessa unidade da Federação. Historicamente, contudo, essa dinâmica espacial particulariza-se por ocorrer em 2 momentos que se articulam e complementam: 1) Frente do Litoral, a partir de São Luís, em 1616 (oficialmente), à montante dos rios Itapecuru, Mearim e Pindaré[1], predominantemente; 2) Frente do Centro-Sul, a contar de Pastos Bons, em 1740, a qual se espraiou pelos Cerrados do Sul e demandou na direção do rio Grajaú e sua articulação com o Mearim. O espraiamento dessas frentes, contudo, deparou-se com a presença dos indígenas[2]. (Mapa 1).

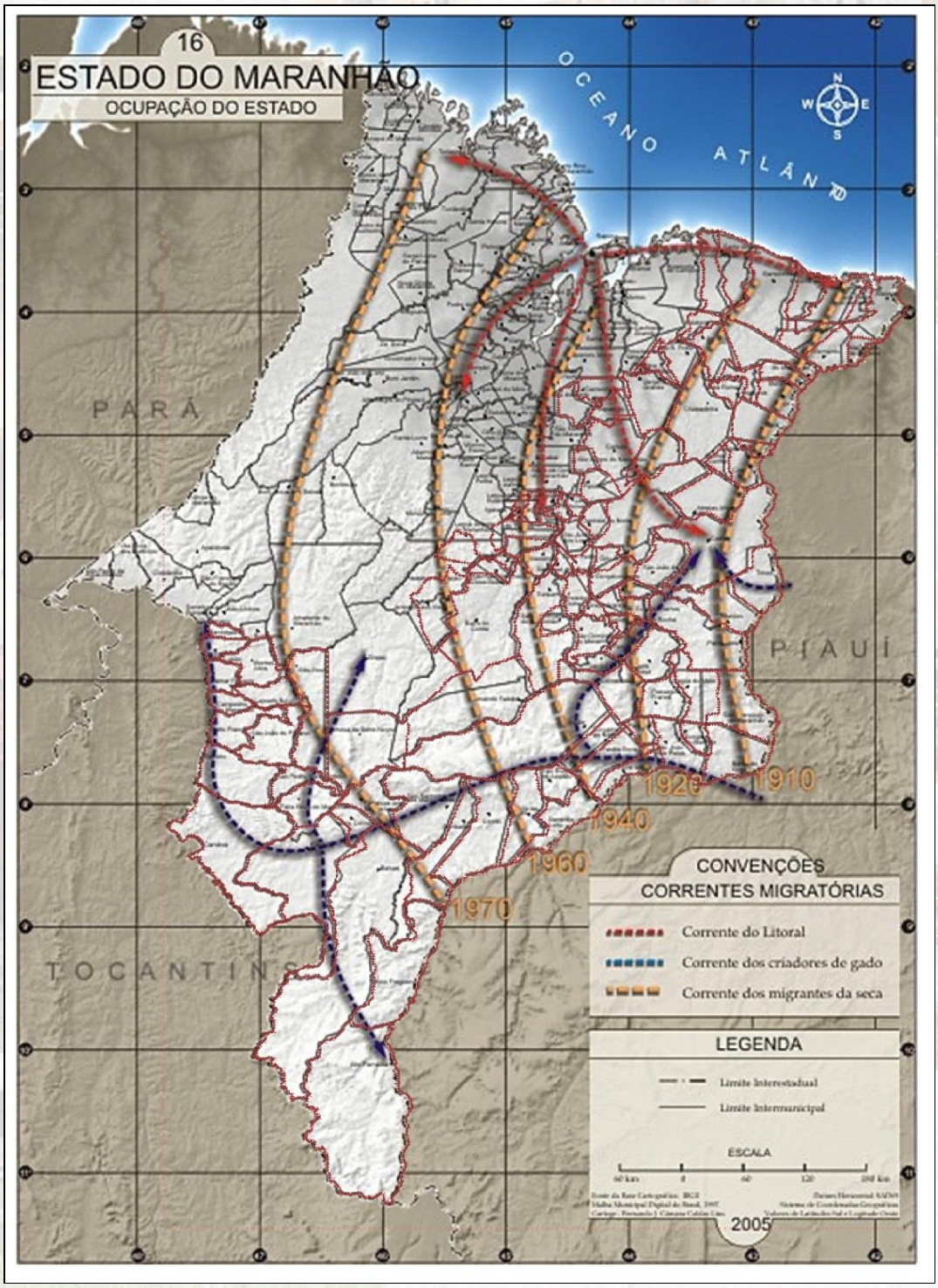
A soma dos movimentos dessas duas frentes de ocupação concorreu para o avanço do povoamento, cujas estratégias incluíram, por exemplo, a construção de fortes, abertura de caminhos, instalação de missões e assentamentos, que prosperaram e viraram municípios, cuja origem remonta ao século XVII e chega ao XX uma vez que 27 ou 25% das atuais 217 unidades subnacionais desse bioma foram criadas em 1994, o que implica em uma gama de elementos e conteúdos que devem ser articulados no sentido de se proceder a devida análise (MEIRELES, 2001; FERREIRA, 2008; BURNETT; LOPES; DIAS, 2017; MARANHÃO, 2019) a qual enfatiza os usos atuais.

---

[1] Os principais cursos d'água ou os rios genuinamente maranhenses correm do Sul (chapadas) para o Norte (litoral) e desembocam no Golfão Maranhense em que se situa São Luís, capital estadual; são extensos, a exemplo do Itapecuru (1.090 km), Mearim (966 km), Pindaré (558 km) e Munim (275 km), que serviram à época da colonização como acesso ao continente desconhecido e por isso se tornaram vias de penetração (FERREIRA, 2008).

[2] Considerando como fator de homogeneidade à língua falada pelos indígenas, estes têm sido divididos em duas grandes famílias, isto é, a dos tupis que se localizavam no litoral e a dos tapuias que se espraiavam pelo interior. Na capitania do Maranhão, os tupis eram divididos em quatro subfamílias (Tiguaras, Caetés, Tabajaras e Tupinambás que predominavam) enquanto os tapuias em sete: Tagé (bacia do Mearim); Aponegicrã (Cabeceiras do Corda); Piocobogé (nascente do Pindaré); Puramecrã (bacia do Grajaú); Capiecrã (no Balsas); Craô (no Manuel Alves Grande); e Teremembés (no baixo Parnaíba). Essa classificação baseada na língua homogênea, no entanto, foi construída devido ao avanço da colonização, o qual atribuía aos tupis a benevolência e aos tapuias a braveza ou a "barbárie". Assim, a "construção da diferença [dos índios pela hostilidade e língua] e a integração [civilização] por meio do domínio são, portanto, as duas faces de um mesmo processo" (PUNTONI, 2002, p. 69).

Mapa 1 – Frentes de ocupação do estado do Maranhão



Fonte: Cordeiro e Trovão (1996).

A frente do Litoral subia os rios mencionados e abria caminhos a fim de reconhecer o território da capitania do Maranhão, o que teve resultados:

> [...] a partir da associação de interesses da Coroa portuguesa com a Companhia de Jesus (Provisão Régia de 07/04/1726[3]) via catequese indígena que avançava pelo vale do Itapecuru através das missões dos Guanarés (1726), dos Barbados (1730, entre os atuais municípios de Pirapemas e Peritoró) e das Aldeias Altas (1741 em que fundaram um convento que funcionou até 1760. Atualmente é o município de Caxias). Essa última se tornou estratégica em relação à progressão da ocupação devido à excelente situação geográfica favorecida pela proximidade e facilidade de acesso terrestre rumo às capitanias do Piauí e da Bahia, assim como na direção da povoação de Pastos Bons que remonta a 1740 e resultou da Frente do Centro-Sul, a qual se originou da pecuária do vale do São Francisco, cujo ponto de apoio do lado piauiense[4] foi o hodierno município de Floriano. Conseguia-se, assim, o contato entre as duas frentes de ocupação da capitania referida[5]. Pastos Bons também era estratégica, pois foi o local em que se aquartelou "a tropa de 1ª linha [...] destinada a firmar posse e impor submissão aos selvagens, aniquilando-os"[6], e se aproximando da capitania de Goiás. (FERREIRA, 2008, p. 97-98).

Some-se a isso que, no sentido Norte e devido à pacificação dos Teremembés no Baixo Parnaíba, foi fundada em 1722 a missão de Nossa Senhora da Conceição, na localidade Tutóia, o que viabilizou a comunicação terrestre entre o Maranhão e o Ceará.

Dessas duas frentes, contudo, a do Centro-Sul se destaca em relação ao Bioma Cerrado e Sistema Costeiro. Isso porque a ocupação do quadrante Sul do Maranhão foi originada pela procura de terras disponíveis para criação de gado à solta no início do século XVIII ao encargo da Casa da Torre, assim como por desbravadores de outros estados do Nordeste[7], fato que culminou do avanço do povoamento de Pastos Bons para Balsas, Riachão, Carolina e Grajaú. Ante o relativo isolamento em relação à sede da capitania e depois, da província, nesse quadrante se iniciaram em 1827 *discursos* assentados no "sentido de que a terra e as pessoas do sertão estavam abandonadas, eram desconhecidas e esquecidas por São Luís. Esse fenômeno social ficou conhecido como a República de Pastos Bons" e foi arrefecido ante a intervenção do "presidente da província através do capitão Teodorico Fernandes da Silva que confirmou a existência de manifestos impressos e mereceu registro na ata da Comissão de Constituição da Câmara dos Deputados, realizada no Rio de Janeiro em 29 de maio de 1829" (FERREIRA, 2008, p. 107 e nota de rodapé 138). Todavia, no final do século XX essa questão reapareceu em um contexto da criação de unidades subnacionais e sob a denominação de Estado do

---

[3] Essa provisão régia determinava "ao governador do Maranhão que de cada uma das entradas ou expedições, que se fizessem ao sertão se dessem trinta ou quarenta escravos para o serviço dos colégios e fazendas da Companhia de Jesus*, em razão da grande falta, que tinham de escravos, conforme representou* o visitador-geral da mesma Companhia" (MARQUES, 1970, p. 395).

[4] A Frente do Centro-Sul resultou de dois focos de irradiação da pecuária, que Capistrano de Abreu (1975) denominou um de *sertão de fora* por se originar em Pernambuco e avançar próximo ao litoral na direção do Ceará, enquanto o outro era cognominado *sertão de dentro* porque demandava da Bahia, acompanhando o rio São Francisco rumo ao Gurguéia e ao Parnaíba (Piauí), avançando pelo Alto Itapecuru e o Balsas (Maranhão). A pecuária foi um dos elementos que concorreu para o avanço do povoamento e complementação das atividades produtivas. Convém ressaltar que, para Andrade (1973) a Frente do Centro-Sul teve três ramos: um iniciado a partir de 1730 foi preponderantemente pecuário; no princípio do século XX outros dois se originaram em Caxias, sendo que um teve intenções agrícolas e pecuárias enquanto o outro tinha intenções agrícolas.

[5] Ao analisar a ocupação do sertão maranhense, Santos (2007) revela que, para Carlota Carvalho, em *O sertão* (1924), a ocupação da referida região foi impulsionada pelo Estado português enquanto para Maria Cabral, em *Caminhos do gado* (1992), ela resultou de uma iniciativa particular com motivos econômicos. Em que pese essa controvérsia, o que fica claro é que [...] "a ocupação do sertão fez parte de um processo de interiorização da colonização da América portuguesa [...] a qual [...] resultou tanto da necessidade da expansão econômica (com a pecuária e o algodão), quanto da necessidade da conquista do território pela Coroa portuguesa" (p. 30).

[6] Cf.: Carvalho (1924, p. 30).

[7] A Frente do Centro-Sul se originou do avanço da pecuária oriunda da Bahia e Pernambuco, adentrando os sertões maranhenses via Floriano-PI, a contar de 1730. Cf.: Mott (1985), e Cabral (1992).

Maranhão do Sul (FERREIRA, 2006).

De acordo com Ferreira (2008, p. 107 e 108), outro fato que merece ser destacado no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão é que, "com a ascensão ao poder por parte dos liberais em decorrência da Revolução de 1831, na escala dessa província registrou-se o conflito de interesses entre estes (denominados de Bem-te-vis ou Republicanos) e os conservadores (chamados de Cabanos, governistas ou portugueses)". O resultado foi a união das pessoas, política, econômica e socialmente marginalizadas em geral e compostas pelas "classes inferiores" e "homens de cor", a qual ficou conhecida como A Balaiada[8] e a partir de 1838 abarcou "todo o Maranhão oriental, entre os baixos Parnaíba e Mearim [...] e se estendeu [...] para quase todo o Piauí e chegou mesmo a alguns municípios do Ceará" (ASSUNÇÃO, 1998, p. 68), contudo, sob o comando do coronel Luís Alves de Lima, foi debelada em janeiro de 1841[9].

A partir da década de 1970 e ante as propícias condições edafoclimáticas para o cultivo da soja e outros grãos (milho e sorgo), esse quadrante sofre transformações derivadas da política territorial da fase III do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - Prodecer, a qual foi instalada e ampliada em 1992 nos cerrados maranhenses, com característica de *commodities* (FERRREIRA, 2008 e 2017; RODRIGUES; SANTOS; COSTA, 2017); com efeito, revelam-se a violência, pois a fase III do Prodecer foi baseada na busca e apropriação de grandes propriedades, ou seja, latifúndio, ocasionalmente gerando a expulsão de antigos moradores, conflitos e mortes, assim como o desemprego uma vez que a mão-de-obra é substituída por máquinas visando à otimização da produtividade; some-se a isso a devastação de grandes áreas de cerrado causando a perda da biodiversidade (FERREIRA, 2008a). Esse fato, devido ao avanço das *commodities* no Leste do Maranhão, tem reproduzido os mesmos problemas do Sul, mas o discurso permanece.

De Sul para o Centro do Maranhão tem-se, mais recentemente, a instalação do polo gesseiro de Grajaú e respectivo distrito industrial que com avanço das *commodities* evidenciam novos usos em que se sobressai o arrendamento de terras enquanto no Norte o parque eólico é uma realidade em Paulino Neves (Figura **1**) e o turismo tem sido induzido a partir dos polos Delta das Américas (Araioses, Tutóia, Água Doce do Maranhão e Paulino Neves) e Parque dos Lençóis (Barreirinhas, Santo Amaro do Maranhão e Primeira Cruz).

---

[8] A Balaiada chegou "a agrupar [...] mais de 20 mil homens" (CARVALHO, 1924, p. 113), dos quais "3.000 eram escravos fugidos das fazendas" (VIVEIROS, 1992, p. 203). Convém ressaltar que embora tenha sido "apontada por muitos dos que sobre ela escreveram como uma explosão de banditismo, devido à origem humilde de seus chefes e aos excessos que eles cometeram, foi, na realidade, um dos mais expressivos movimentos populares realizados neste país [...] e também se propôs [...] a vingar os crimes e as barbaridades que eram há séculos contra eles cometidos" (SERRA 1940 *apud* ANDRADE, 1973, p. 151 e 153), sendo que também questionavam os abusos das leis dos prefeitos, o despotismo, o privilégio dos portugueses. A preocupação com esse movimento era tal que entre os objetivos da Lei n° 85/1839, a qual regulava a criação e administração das missões indígenas, se destacava o de "aquietar os indígenas, ou seja, segregá-los em uma dada área onde fosse possível controlá-los, de forma a liberar outras áreas para a expansão da lavoura, [...] e ainda [...] evitar que os índios se associassem aos revoltosos da Balaiada" (COELHO, 1989, p. 143 e 145).

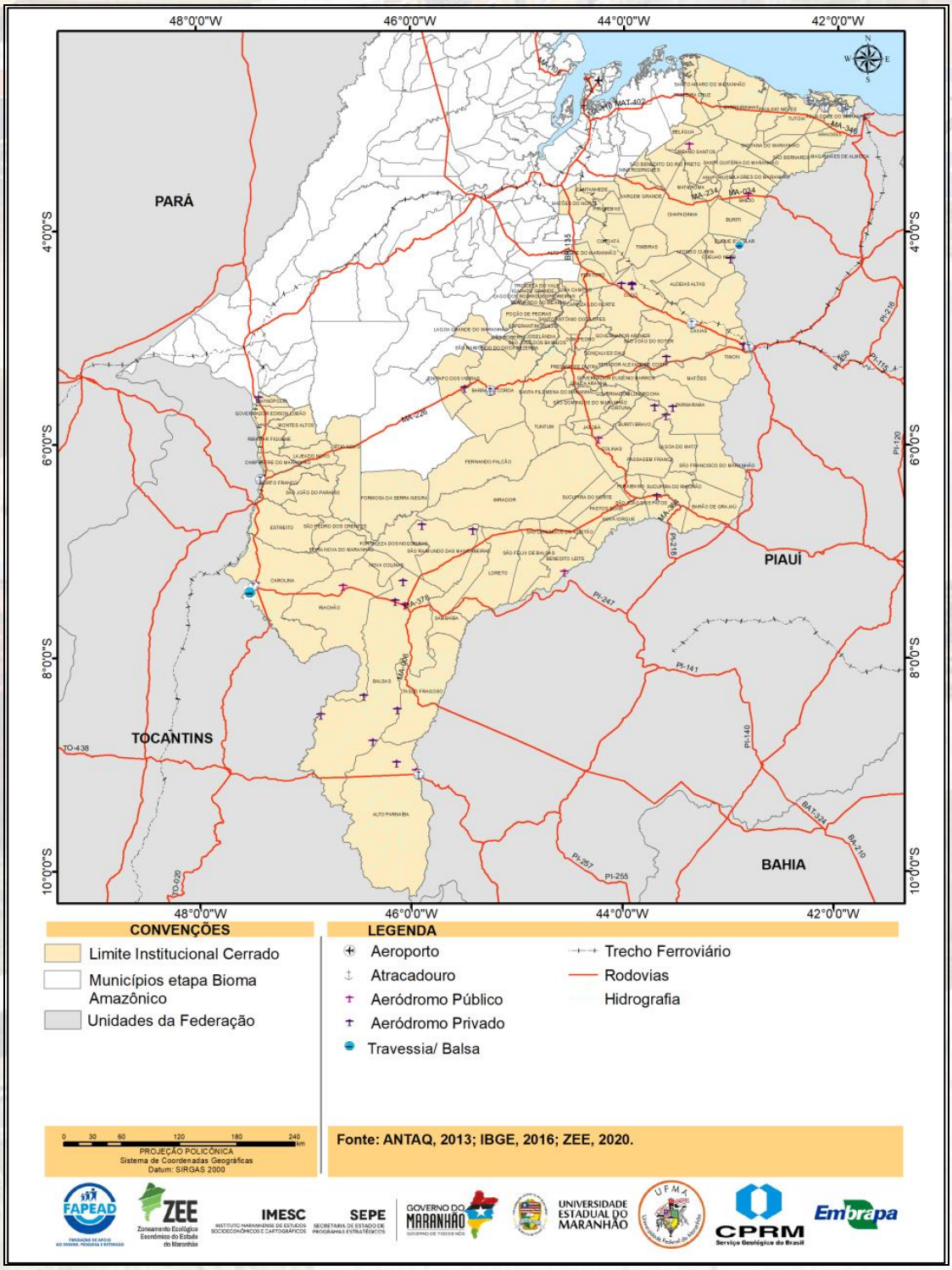
[9] Esse militar veio nomeado (Carta Imperial de 12/12/1839) para a província do Maranhão como presidente e comandante das armas. Devido aos serviços prestados, em 18/07/1841, o Imperador conferiu-lhe o título de barão de Caxias, assim como o promoveu a brigadeiro.

Figura 1 – Vista parcial do Parque Eólico da Ômega Energia, em Paulino Neves-MA

Fonte: Registro da Pesquisa.

Convém ressaltar que, o trade espera pelo crescimento do turismo no Maranhão (FERREIRA, 2020a), o que somado e sem o devido disciplinamento pode comprometer o patrimônio cultural existente e a biodiversidade do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro. Some-se a isso que, atualmente existem terras indígenas, territórios quilombolas, unidades de conservação, sítios históricos, projetos de assentamento, mas também conflitos, cujas inferências são ameaças por parte de madeireiros, grileiros e garimpeiros (MARANHÃO, 2013, 2014, 2014a e 2014b; FERREIRA; SANTOS, 2015). Daí, a importância do Zoneamento Ecológico-Econômico, pois as rodovias, atracadouros e aeródromos (Mapa 2) facilitam o acesso às áreas que têm disciplinamento legal sendo que desde 2019 tem sido discutida a federalização da rodovia MA 006, a Transmaranhão, que percorre 1.111km desde Cururupu (no Litoral Ocidental e inserido no Bioma Amazônico) até Alto Parnaíba, já no Sul e no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro.

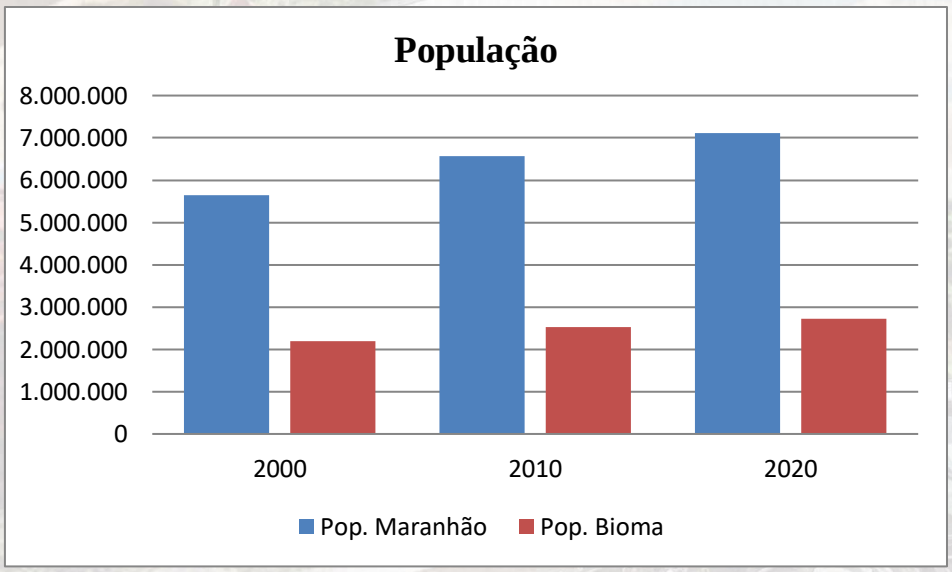
Mapa 2 – Infraestrutura de rodovias, aeródromos e atracadouros no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão



3.2 A População do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão

A população do Maranhão tem registrado incremento ao longo dos últimos anos (MARANHÃO, 2019), sendo que entre 2000 e 2010 houve acréscimo de 923.314 indivíduos enquanto de 2010 para 2020 (estimativa de 1º/07/20) mais 539.809 pessoas foram incluídas à população total estadual. Em relação ao Bioma Cerrado e Sistema Costeiro, a população tem mantido ascensão, em média, de 36,67% de novos indivíduos nesses intercensos uma vez que passou de 2.187.743 residentes em 2000 para 2.723.784 em 2020 (Gráfico **1**).

Gráfico 1 – População do Estado e do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão em 2000, 2010 e 2020



Fonte: Pnud Brasil (2020); IBGE (2020).

Em se tratando da participação da população do bioma em tela na população total dessa unidade da Federação, os dados revelam incremento médio de 38,46% entre 2000 e 2020 (Tabela 1). Tal fato implica que tanto o acréscimo de novos indivíduos quanto a participação relativa da população do bioma no total do estado referido é ascendente, mas está aquém do registrado no bioma Amazônico devido ao fato de nesse estarem localizados os municípios mais importantes econômica e demograficamente, a exemplo da capital (São Luís), Imperatriz, Santa Inês, Açailândia, Bacabal e Santa Luzia.

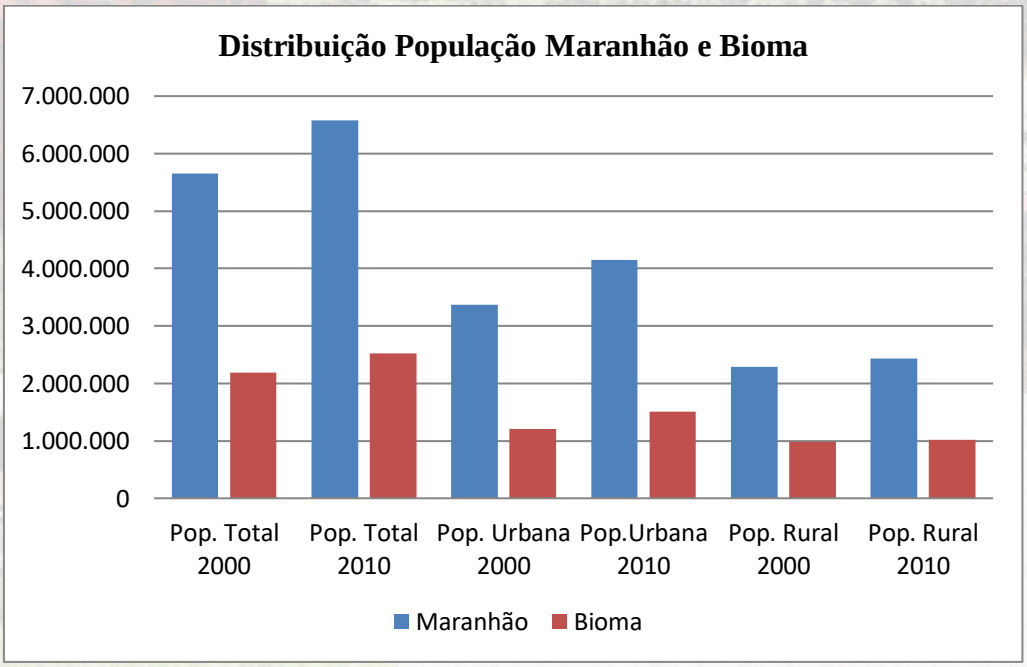
Tabela 1 – Porcentagem da população do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão em 2000, 2010 e 2020

Unidade	Pop. Total 2000	% MA	Pop. Total 2010	% MA	Estimativa 2020	% MA
Maranhão	5.651.475		6.574.789		7.114.598	
Bioma	2.187.743	38,71	2.524.674	38,39	2.723.784	38,28

Fonte: Pnud Brasil (2020); IBGE (2020).

A maioria da população do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro encontra-se na zona urbana, haja vista que em 2000 equivalia a 55,14% do total enquanto em 2010 ascendeu para 59,59%, implicando que nesse intervalo (2000-2010) 297.960 pessoas foram adicionadas à população das cidades enquanto nesse mesmo período apenas 38.971 indivíduos foram acrescidos à da zona rural (Gráfico 2 e Tabela 2). Esse fato pode estar vinculado ao dinamismo econômico e elevação do poder de atração de cidades como Barra do Corda, Balsas, Caxias, Carolina, Codó, Estreito, Porto Franco, Presidente Dutra, Timon, Chapadinha, Barreirinhas e Tutóia (FERREIRA, 2017).

Gráfico 2 – Distribuição espacial da população do Estado e do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão em 2000 e 2010



Fonte: Pnud Brasil (2020); IBGE (2020).

Tabela 2 – População, por município, do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro em 2000, 2010 e 2020

Municípios	População total 2000	População urbana 2000	População rural 2000	População total 2010	População urbana 2010	População rural 2010	Estimativa 2020
Afonso Cunha	4.680	2.255	2.425	5.905	3.234	2.671	6.578
Água Doce do Maranhão	9.703	2.747	6.956	11.581	3.133	8.448	12.652
Aldeias Altas	18.827	7.375	11.452	23.952	13.634	10.318	26.757
Alto Alegre do Maranhão	19.665	12.997	6.668	24.599	19.374	5.225	27.858
Alto Parnaíba	10.174	6.038	4.136	10.766	7.028	3.738	11.212
Anapurus	10.280	4.601	5.679	13.939	7.164	6.775	15.894
Araioses	34.906	9.134	25.772	42.505	12.045	30.460	46.771
Balsas	60.163	50.144	10.019	83.528	72.771	10.757	95.929
Barão de Grajaú	15.349	7.887	7.462	17.841	10.338	7.503	18.924
Barra do Corda	73.117	43.403	29.714	82.830	51.648	31.182	88.492
Barreirinhas	39.498	13.209	26.289	54.930	22.053	32.877	63.217
Belágua	5.253	1.829	3.424	6.524	3.263	3.261	7.528
Benedito Leite	5.288	2.232	3.056	5.469	2.813	2.656	5.638
Bernardo do Mearim	5.239	1.546	3.693	5.996	2.324	3.672	6.073
Brejo	27.513	10.656	16.857	33.359	12.340	21.019	36.651
Buriti Bravo	21.446	14.886	6.560	22.899	17.014	5.885	23.939
Buriti	24.126	7.195	16.931	27.013	8.399	18.614	28.798
Campestre do Maranhão	11.521	8.591	2.930	13.369	10.621	2.748	14.453
Cantanhede	16.804	8.526	8.278	20.448	12.959	7.489	22.117
Capinzal do Norte	10.100	4.024	6.076	10.698	5.610	5.088	10.935
Carolina	23.991	14.362	9.629	23.959	16.237	7.722	24.165
Caxias	138.752	103.485	35.267	155.129	118.534	36.595	165.525
Chapadinha	61.322	37.231	24.091	73.350	52.882	20.468	80.195
Codó	111.146	75.093	36.053	118.038	81.045	36.993	123.116
Coelho Neto	42.214	34.747	7.467	46.750	38.729	8.021	49.621
Colinas	34.939	20.821	14.118	39.132	25.575	13.557	41.312
Coroatá	55.676	33.419	22.257	61.725	43.057	18.668	65.544
Davinópolis	12.275	10.231	2.044	12.579	10.487	2.092	12.916
Dom Pedro	21.956	14.037	7.919	22.681	15.261	7.420	23.372
Duque Bacelar	9.413	4.173	5.240	10.649	5.340	5.309	11.401
Esperantinópolis	21.224	9.823	11.401	18.452	10.035	8.417	17.104
Estreito	22.930	15.846	7.084	35.835	25.778	10.057	42.527
Feira Nova do Maranhão	7.543	1.030	6.513	8.126	1.927	6.199	8.484
Fernando Falcão	7.952	740	7.212	9.241	1.506	7.735	10.460
Formosa da Serra Negra	13.974	2.189	11.785	17.757	5.915	11.842	19.258
Fortaleza dos Nogueiras	11.301	5.925	5.376	11.646	7.019	4.627	12.647
Fortuna	14.596	9.128	5.468	15.098	9.504	5.594	15.567
Gonçalves Dias	17.221	7.527	9.694	17.482	7.770	9.712	17.944

Municípios	População total 2000	População urbana 2000	População rural 2000	População total 2010	População urbana 2010	População rural 2010	Estimativa 2020
Governador Archer	9.100	5.858	3.242	10.205	6.630	3.575	10.886
Governador Edison Lobão	10.891	3.867	7.024	15.895	6.957	8.938	18.520
Governador Eugênio Barros	14.629	4.245	10.384	15.991	4.690	11.301	16.882
Governador Luiz Rocha	6.513	4.333	2.180	7.337	5.187	2.150	7.841
Graça Aranha	6.080	2.998	3.082	6.140	2.912	3.228	6.261
Igarapé Grande	9346	6044	3302	11041	6664	4377	11.387
Jatobá	8.197	2.061	6.136	8.526	3.740	4.786	10.310
Jenipapo dos Vieiras	11.915	2.177	9.738	15.440	2.519	12.921	17.040
Joselândia	14.609	4.417	10.192	15.433	5.960	9.473	16.198
Lagoa do Mato	10.348	2.695	7.653	10.934	4.453	6.481	11.265
Lagoa Grande do Maranhão	8.876	2.862	6.014	10.517	5.499	5.018	11.464
Lago dos Rodrigues	8.362	4.480	3.882	7.794	4.849	2.945	8.857
Lajeado Novo	5.717	1.978	3.739	6.923	3.194	3.729	7.602
Lima Campos	10.749	6.128	4.621	11.423	6.793	4.630	11.918
Loreto	10.024	4.840	5.184	11.390	6.360	5.030	12.214
Magalhães de Almeida	13.021	6.279	6.742	17.587	8.963	8.624	20.029
Mata Roma	11.799	5.235	6.564	15.150	7.132	8.018	16.977
Matões do Norte	7.435	2.174	5.261	13.794	4.679	9.115	17.033
Matões	28.655	9.479	19.176	31.015	13.635	17.380	33.943
Milagres do Maranhão	7.853	1.399	6.454	8.118	1.760	6.358	8.483
Mirador	19.521	6.992	12.529	20.452	9.373	11.079	21.031
Montes Altos	10.977	4.825	6.152	9.413	5.126	4.287	9.111
Nina Rodrigues	8.289	3.363	4.926	12.464	4.439	8.025	14.642
Nova Colinas	3.904	1.637	2.267	4.885	2.210	2.675	5.427
Nova Iorque	4.543	2.597	1.946	4.590	2.876	1.714	4.682
Paraibano	17.854	12.827	5.027	20.103	15.746	4.357	21.479
Parnarama	31.252	11.007	20.245	34.586	13.530	21.056	35.008
Passagem Franca	14.817	7.012	7.805	17.562	10.464	7.098	19.137
Pastos Bons	15.460	9.160	6.300	18.067	12.307	5.760	19.583
Paulino Neves	11.526	3.413	8.113	14.519	4.654	9.865	16.166
Pedreiras	39.828	31.732	8.096	39.448	32.937	6.511	39.191
Peritoró	18.111	6.527	11.584	21.201	7.752	13.449	23.364
Pirapemas	15.124	8.546	6.578	17.381	11.146	6.235	18.720
Poção de Pedras	23.862	9.864	13.998	19.708	8.378	11.330	17.595
Porto Franco	16.840	12.618	4.222	21.530	16.866	4.664	24.092
Presidente Dutra	38.912	27.505	11.407	44.731	32.000	12.731	48.036
Primeira Cruz	11.190	3.759	7.431	13.954	4.289	9.665	15.431
Riachão	20.983	9.676	11.307	20.209	10.205	10.004	20.334
Ribamar Fiquene	5.858	2.744	3.114	7.318	3.677	3.641	7.825
Sambaíba	5.261	2.295	2.966	5.487	2.836	2.651	5.679

Municípios	População total 2000	População urbana 2000	População rural 2000	População total 2010	População urbana 2010	População rural 2010	Estimativa 2020
Santa Filomena do Maranhão	7.605	1.623	5.982	7.061	2.293	4.768	7.826
Santana do Maranhão	7.330	1.340	5.990	11.661	1.842	9.819	13.547
Santa Quitéria do Maranhão	25.446	11.499	13.947	29.191	14.141	15.050	25.764
Santo Amaro do Maranhão	9.612	2.775	6.837	13.820	3.630	10.190	16.034
Santo Antônio dos Lopes	14.253	5.337	8.916	14.288	5.732	8.556	14.522
São Benedito do Rio Preto	16.442	9.173	7.269	17.799	11.049	6.750	18.717
São Bernardo	22.720	8.764	13.956	26.476	11.800	14.676	28.667
São Domingos do Azeitão	6.289	4.079	2.210	6.983	4.961	2.022	7.420
São Domingos do Maranhão	30.772	15.980	14.792	33.607	17.313	16.294	34.384
São Félix de Balsas	5.144	1.283	3.861	4.702	1.628	3.074	4.562
São Francisco do Maranhão	11.952	3.205	8.747	12.146	4.104	8.042	12.218
São João do Paraíso	10.365	3.829	6.536	10.814	5.276	5.538	11.193
São João do Soter	15.001	4.442	10.559	17.238	6.646	10.592	18.645
São João dos Patos	23.182	18.817	4.365	24.928	20.567	4.361	25.996
São José dos Basílios	7.432	2.713	4.719	7.496	3.006	4.490	7.640
São Pedro dos Crentes	4.024	1.692	2.332	4.425	2.437	1.988	4.684
São Raimundo das Mangabeiras	14.870	9.720	5.150	17.474	12.533	4.941	18.980
São Raimundo do Doca Bezerra	7.199	1.486	5.713	6.090	1.731	4.359	5.131
São Roberto	4.400	2.463	1.937	5.957	2.845	3.112	6.789
Senador Alexandre Costa	8.405	4.944	3.461	10.256	6.164	4.092	11.214
Sítio Novo	15.114	4.249	10.865	17.002	5.139	11.863	18.160
Sucupira do Norte	10.378	3.832	6.546	10.444	4.944	5.500	10.634
Sucupira do Riachão	4.287	2.133	2.154	4.613	2.862	1.751	5.676
Tasso Fragoso	6.393	3.034	3.359	7.796	4.648	3.148	8.582
Timbiras	26.401	13.954	12.447	27.997	17.471	10.526	29.183
Timon	129.692	113.066	16.626	155.460	135.133	20.327	170.222
Trizidela do Vale	16.402	14.329	2.073	18.953	16.170	2.783	22.112
Tuntum	32.672	16.424	16.248	39.183	17.927	21.256	42.040
Tutóia	41.343	11.589	29.754	52.788	18.680	34.108	59.398
Urbano Santos	17.603	10.906	6.697	24.573	17.374	7.199	33.459
Vargem Grande	34.707	17.116	17.591	49.412	26.687	22.725	57.168
Total	**2.187.743**	**1.206.526**	**981.217**	**2.524.674**	**1.504.486**	**1.020.188**	**2.723.784**

Fonte: Pnud Brasil (2020); IBGE (2020).

3.3 As classes de uso e ocupação no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão

3.3.1 A classe usos institucionais no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão

De acordo com os Procedimentos Metodológicos (capítulo 2), as classes de uso institucionais priorizadas na escala do ZEE-MA (1:250.000) são: Terras Indígenas; Territórios Quilombolas; Projetos de Assentamento e Unidades de Conservação. Contudo, para não haver áreas sem indicação no mapa, utilizou-se a classe Outros que inclui distrito industrial, sítio histórico, atracadouro, aeródromo, travessia/balsa, zona urbanizada, área de mineração e cobertura vegetal (culturas permanente, culturas temporárias, pastagens, silvicultura, área campestre, área descoberta e área florestal) - Tabela 3 e Mapa 3. Da área total de 19.122.937,79 hectares que ocupa o Bioma Cerrado e Sistema Costeiro, e considerando os supracitados usos institucionais identificados, as 18 unidades de conservação equivalem a 16,22% enquanto os 313 projetos de assentamento a 7,39%, as 9 terras indígenas a 3,92% e os 14 territórios quilombolas a 0,13% de citado total. Isso implica que 27,66% do bioma em questão é resguardado devido ao enquadramento enquanto usos institucionais que são importantes para quaisquer ações de ordenamento territorial.

Tabela 3 – Classes de uso e cobertura vegetal do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão, 2020

Classe Uso Institucional	Unidade	Área Total (ha)	Área no Bioma (ha)	% Bioma
Território Quilombola	14	24.013,27	24.013,27	0,13
Terra Indígena	9	911.661,12*	748.826,37	3,92
Projeto de Assentamento	313	1.501.463,93*	1.414.075,11	7,39
Unidade de Conservação Estadual	6	5.151.838,49	2.242.791,54	11,73
Federal	8	1.468.136,45	858.220,82**	4,49
RPPN	4	350,17	350,17	0,001
Classe Outros				
Água Costeira			19.031,21	0,10
Água continental			65.015,75	0,34
Área mineração			22.881,43	0,12
Área florestal			3.508.425,66	18,35
Área campestre			5.623.956,07	29,41
Cultura temporária			1.478.606,91	7,73
Soja			750.809,31	3,92
Cana-de-Açúcar			21.722,83	0,11
Cultura permanente			73.469,35	0,38
Pastagem			3.814.549,93	19,95
Área urbanizada***			55.057,33	0,29
Silvicultura			33.217,62	0,17
Sobreposições			859.200,6	4,49

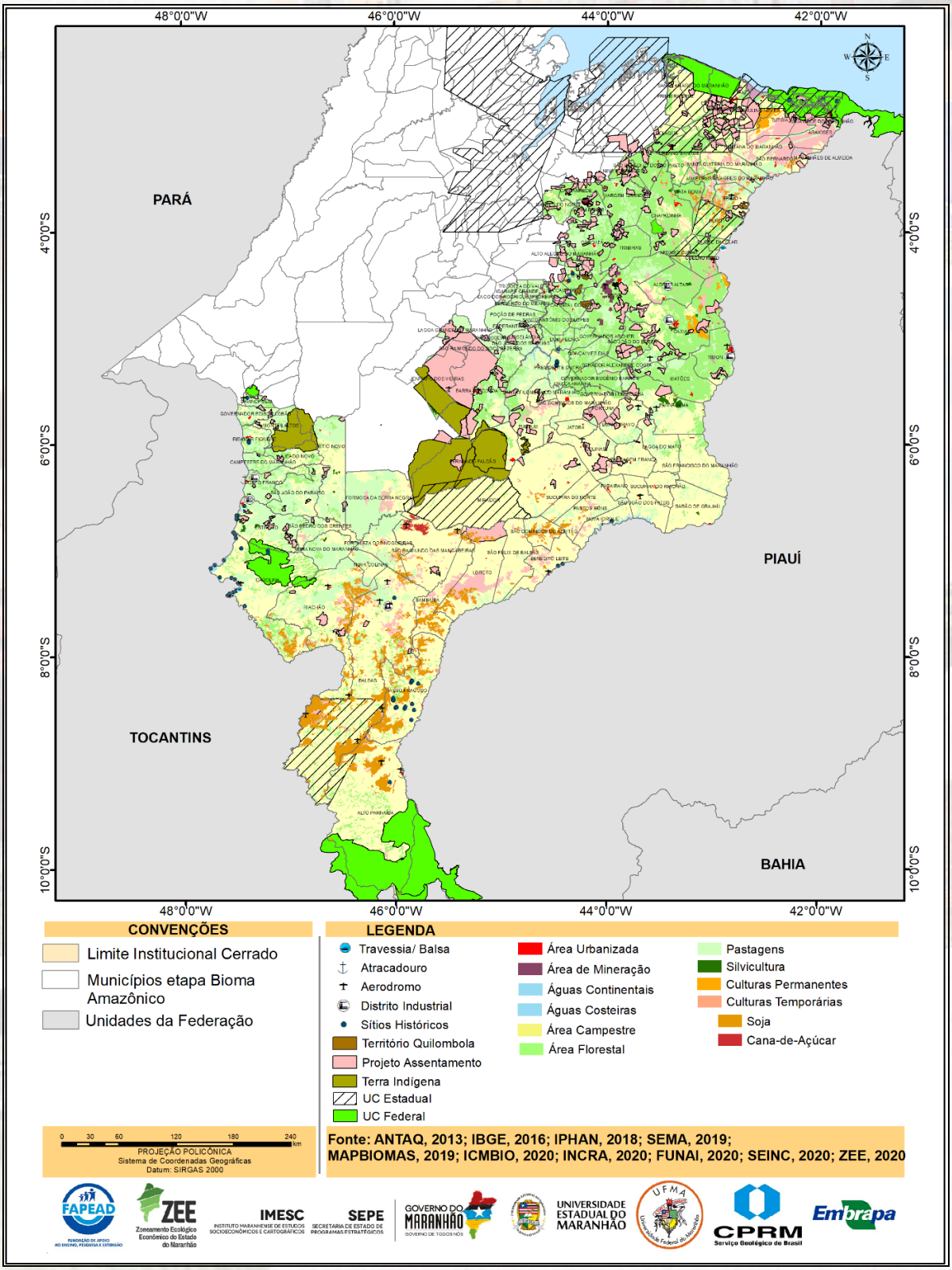
Fonte: Registro da Pesquisa.

Nota: *Corresponde à área delimitada (Polígono) da classe que engloba o Bioma Amazônico e o Bioma Cerrado e Sistema Costeiro.

** Ressalta-se que as UCs federais APA do Delta do Parnaíba e Resex do Delta do Parnaíba estão espacializadas em uma única camada de *shapefile* de acordo com o material disponibilizado pelo ICMBio (2020), apresentado assim uma área total para as duas.

*** A área urbanizada é sobreposta por unidades de conservação nos municípios de Urbano Santos e Barreirinhas (APA de Upaon-Açu/ Mititiba/ Alto Preguiças), Tutóia e Araioses (APA do Delta do Parnaíba e APA da Foz do Rio das Preguiças - Pequenos Lençóis - Região Lagunar Adjacente), além de Buriti e Duque Bacelar (APA dos Morros Garapenses).

Mapa 3 – Uso e cobertura da terra do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão, 2020



3.3.1.1 Terras indígenas no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão

Conforme a Lei Federal n.º 6.001/1973, indígena é todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características

culturais o distinguem da sociedade nacional. Por sua vez, Terra Indígena (TI) é uma porção do território nacional, de propriedade da União, habitada por um ou mais povos indígenas, por eles utilizada para suas atividades produtivas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessária à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Trata-se de um tipo específico de posse, de natureza originária e coletiva, que não se confunde com o conceito civilista de propriedade privada (FUNAI, 2014).

No Brasil existem 462 terras indígenas regularizadas, concentradas em sua maioria na Amazônia Legal, situação justificada pelo processo de reconhecimento iniciado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) na década de 1980 com a política de integração nacional e consolidação da fronteira econômica do Norte e Noroeste do País (FUNAI, 2014). Particularizando o Maranhão, as terras indígenas são formadas por 8 grupos étnicos localizados em 16 terras indígenas demarcadas e mais 4 em fase de estudos (FUNAI, 2017).

Convém ressaltar que, no século XVII, a população indígena do Maranhão era formada por aproximadamente 250.000 mil indivíduos, composta por 30 etnias e que sumiram com o passar do tempo, a exemplo dos Tupinambás, os Barbados, os Amanajós, os Teremembés, os Araioses e os Kapiekrã, que foram exterminados ou dissolvidos social e culturalmente; outras etnias como os Krikati, Kanela, Guajajara-Tenetehara e Gavião estão presentes atualmente e mostram a resistência indígena. A causa do desaparecimento de aproximadamente 20 povos indígenas no estado do Maranhão está relacionada às guerras de expedição para escravizar, as doenças importadas, a miscigenação forçada, a imposição de novos modelos culturais, a exemplo do religioso, entre outras (CARNEIRO, 2014).

Em se tratando do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro, tem-se a ocorrência de 9 terras indígenas distribuídas em 5 etnias que ocupam 748.404,71 hectares em 11 municípios, o que representa 3,92% da área total do referido bioma. Contudo, são registrados conflitos em decorrência da pressão que essas TIs têm sofrido por parte de fazendeiros, grileiros, posseiros e garimpeiros (FERREIRA; SANTOS, 2015), o que tem culminado até em assassinatos (Quadro **1** e Mapa 4). Destaca-se que as TIs Porquinhos e Kanela Memortumé estão em processo de reestudo territorial.

Quadro 1 – Terras indígenas no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão

TI	Etnia	Município	Superfície (ha)	Fase	Modalidade	Reestudo
Krenyê	Timbira, Krenyê	Vitorino Freire, Barra do Corda	8.035.675	Regularizada	Reserva Indígena	
Kanela	Kanela	Fernando Falcão, Barra do Corda	1.252.121.625	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	
Porquinhos	Kanela	Fernando Falcão, Barra do Corda	795.202.544	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	
Krikati	Krikati	Montes Altos, Amarante do Maranhão, Lajeado Novo, Sítio Novo	1.447.757.868	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	
Lagoa Comprida	Tenetehara	Jenipapo dos Vieiras, Itaipava do Grajaú	131.982.651	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	
Rodeador	Tenetehara	Barra do Corda	23.194.531	Regularizada	Dominial Indígena	
Porquinhos dos Canela-Apãnjekra	Kanela	Formosa da Serra Negra, Mirador, Fernando Falcão, Barra do Corda	301000	Declarada	Tradicionalmente ocupada	Reestudo
Cana Brava/ Guajajara	Tenetehara	Jenipapo dos Vieiras, Barra do Corda, Barão de Grajaú	1.373.295.429	Regularizada	Tradicionalmente ocupada	
Kanela Memortumré	Kanela	Fernando Falcão, Barra do Corda	100221	Delimitada	Tradicionalmente ocupada	Reestudo

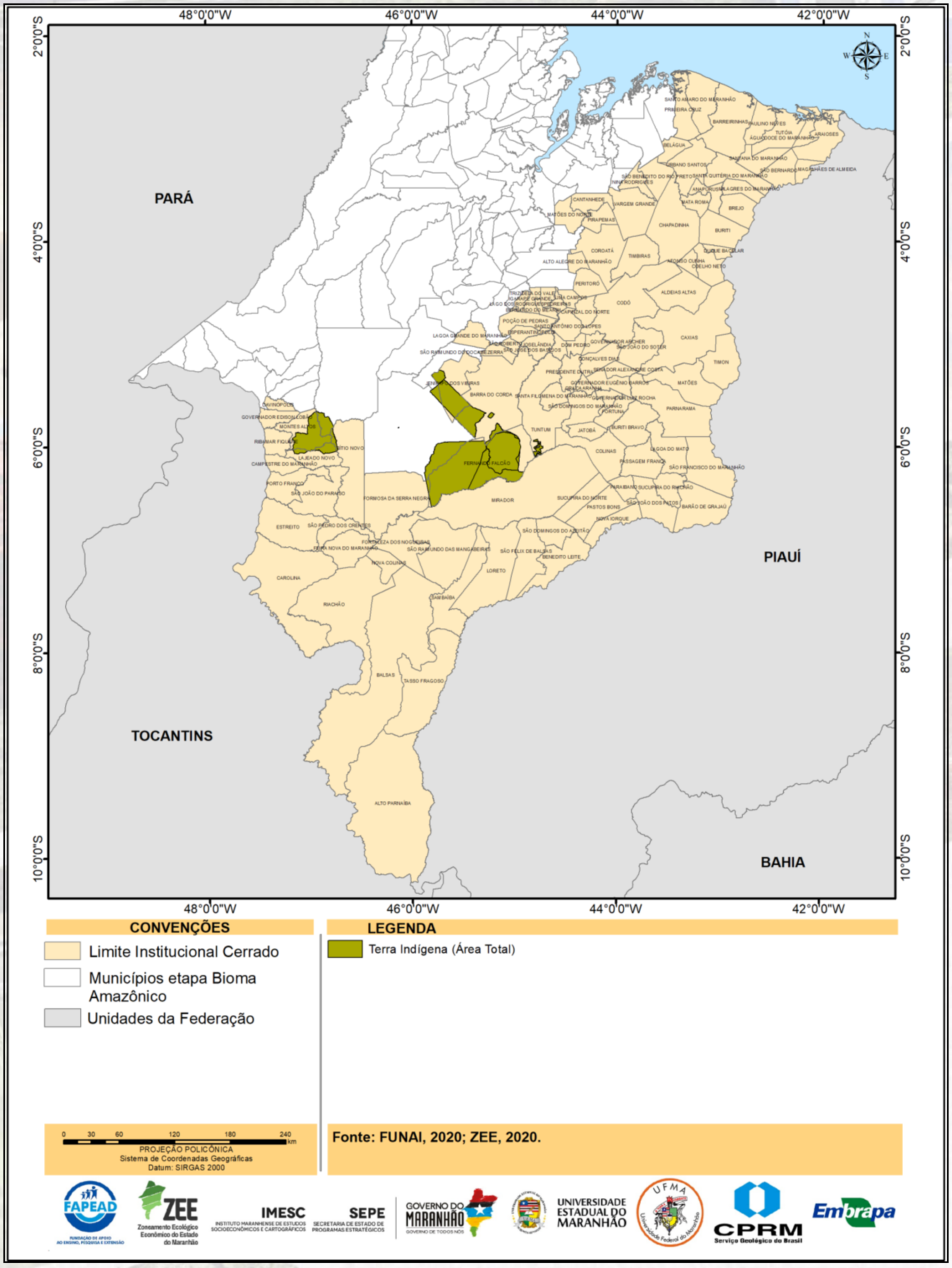
Fonte: FUNAI (2020).

De acordo com informações da SBAP/SEMA e do material cartográfico fornecido, o Parque Estadual do Mirador sobrepõe uma parte da TI Porquinhos e Kanela Mermotunré, mas até o momento não existem conflitos de uso; tal sobreposição pode ser creditada ao equívoco da Lei n.º 8.958/2009 que define uma área de 766.781,00 ha para tal UC, sendo que na verdade sua área corresponde a aproximadamente 500.000 ha.

Convém ressaltar que, após a sobreposição do material mais recente disponível pelo INCRA (2020), acesso em 15 de dezembro de 2020 (http://certificacao.incra.gov.br/csv_shp/export_shp.py) e com a base de Terras Indígenas da FUNAI (2020) acessada em 15 de dezembro de 2020

(http://www.funai.gov.br/index.php/shape), constatou-se a existência dos Projetos de Assentamento PE Sítio dos Arrudas em status de estruturação (no município de Fernando Falcão) e o PA Sobradinho com status de criado (abrangendo terras em Grajaú e Fernando Falcão).

Mapa 4 – Terras indígenas no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão



3.3.1.2 Territórios quilombolas no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão

Território quilombola é um espaço para construção da identidade do grupo, sendo físico-material, político, econômico e simbólico. As comunidades quilombolas se organizam pelo direito aos territórios de seus ancestrais, em quadro caracterizado por lutas e por um modo de vida baseado na coletividade do uso da terra (SILVA; NASCIMENTO, 2012). Essas unidades, todavia, passam por regularização fundiária para definição das áreas pertencentes ao território. Assim, o termo jurídico correto para as comunidades quilombolas é Território Quilombola, que indica áreas que já possuem o processo de titulação finalizado com delimitação territorial, sendo representados por material disponibilizado pelo INCRA (2020). Esse entendimento está de acordo com a Instrução Normativa n.º 49/2008, que dispõe que uma comunidade quilombola só poderá ser titulada se for certificada pela Fundação Cultural Palmares, instituição vinculada ao Ministério da Cultura (Anexo A); de maneira que, sem essa certidão o INCRA não poderá identificar e titular as terras. Isso implica que, quando se trata de comunidades certificadas é mostrada a quantidade de sítios que se autodefinem quilombolas e que então entram com o processo de certificação para solicitar a titulação e definição territorial; após esse processo é que o Incra disponibiliza o material cartográfico referente aos limites do território.

Convém ressaltar que o Decreto Federal n.° 4.887/2003 corrobora que os territórios quilombolas são terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural, sendo que para a medição e demarcação das terras consideram-se critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, de maneira que é facultado à comunidade interessada apresentar peças técnicas para a instrução procedimental. O território quilombola pode ser constituído por uma ou mais comunidades de acordo com aspectos de parentesco (SCHMITT *et al*., 2002). O parentesco e o território constituem a identidade, na medida em que os indivíduos estão estruturalmente localizados e que pertençam a grupos familiares que se relacionam a lugares dentro de um território maior. Nesse caso, na Comunidade Quilombola Árvores Verdes, localizada no município de Brejo, das 133 famílias “a maioria é de pessoas que já moravam na área” (SOUZA, 2020) as quais se organizaram e criaram a Associação Comunitária dos Moradores Descendentes de Quilombo Data Arraial do Povoado Árvores Verdes, cuja autodeclaração ocorreu em 2005 e a Certidão de Auto-Reconhecimento da Fundação Palmares é de 22 de abril de 2009 (Figura 2).

Figura 2 – Entrevista com lideranças da Comunidade Quilombola Árvores Verdes, Brejo – MA. Coordenada geográfica: -03° 44' 28.76792"/ -42° 40' 49.28096"

Fonte: Registro da Pesquisa.

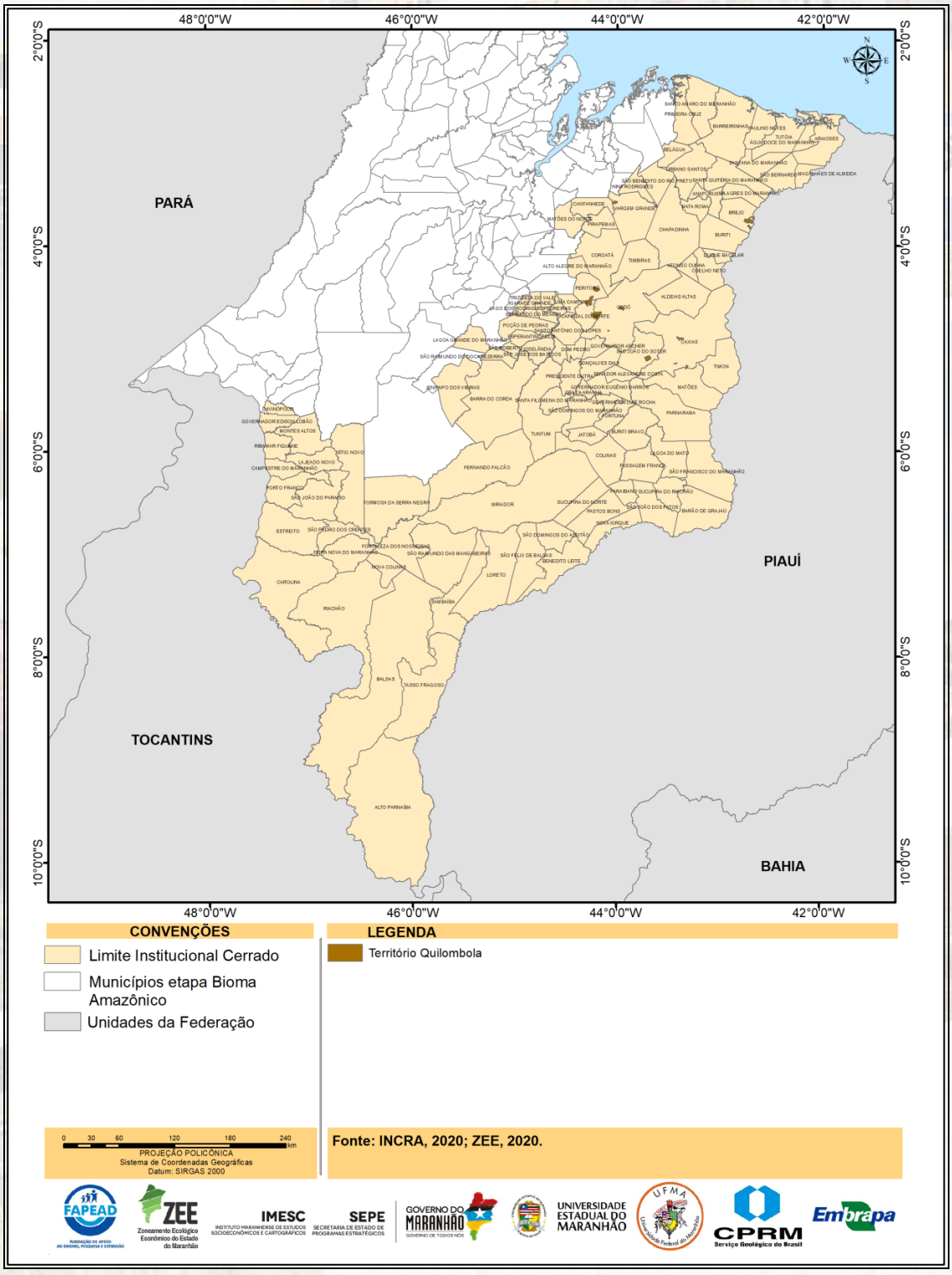
No Maranhão, a presença do negro remonta às culturas de cana-de-açúcar e algodão as quais concorreram para a escravidão dos indivíduos oriundos da África (MEIRELES, 1983; FERREIRA, 2020b). Devido à duração da escravidão do negro africano, as comunidades, gradativamente, procuraram se desvencilhar desse sistema e fugiam à procura de áreas inóspitas em que engendraram os quilombos. No Bioma Cerrado e Sistema Costeiro foram identificados 14 territórios quilombolas localizados em 9 municípios nos quais vivem 498 famílias (Quadro 2 e Mapa 5), os quais ocupam 24.013,27 hectares que equivalem a apenas 0,13% do total desse bioma.

Quadro 2 – Territórios quilombolas no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão

Comunidade	Município	Famílias	Área (ha)	Descrição	Esfera	Fase	Responsável
Cipo	São João do Soter				Estadual	Titulado	ITERMA
Usina Velha	Caxias				Estadual	Titulado	ITERMA
Mocorongo	Codó				Estadual	Titulado	ITERMA
Matões Moreira	Codó	143	52.971.082	Estudo de delimitação	Federal		INCRA
São Francisco Malaquias	Vargem Grande	28	10.890.918	Estudo de delimitação	Federal		INCRA
Lago Grande	Peritoró				Estadual	Titulado	ITERMA
Pitoró dos Pretos	Peritoró e Capinzal Do Norte	140		Estudo de delimitação	Federal		INCRA
Jenipapo	Caxias				Estadual	Titulado	ITERMA
Árvore Verde	Brejo do Maranhão	116	26.582.051	Estudo de delimitação	Federal		INCRA
Depósito	Brejo	13	7.260.875		Federal	Rtid	INCRA
Santa Joana	Codó				Federal	Decreto	INCRA
Olho d'água do Raposo	Caxias				Estadual	Titulado	ITERMA
Barro Vermelho	Vargem Grande	26	4.211.595		Federal	Rtid	INCRA
Alto Bonito	Brejo	32	12.862.631		Federal	Rtid	INCRA

Fonte: INCRA (2017).

Mapa 5 – Territórios quilombolas no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão



No município de Paulino Neves, entrevistou-se Francisca das Chagas Pinto da Silva, responsável pelo Centro Cultural e Religioso AfroBrasileiro Chagas Beija (Figura **3**), cujo ascendente é de 1906 (José Serejo da Silva); referido centro cultural faz parte da Comunidade Quilombola Canto do Lago (Quadro **3**), cujo principal problema é que “querem pegar as terras” (SILVA, 2020).

Figura 3 – Fachada frontal do Centro Cultural e Religioso AfroBrasileiro Chagas Beija, Paulino Neves – MA. Coordenada geográfica: -02° 43' 44.23036"/ -42° 31' 45.59984"

Fonte: Registro da Pesquisa.

De acordo com os Quadro 3 e Quadro **4**, no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro do Maranhão existem 205 comunidades quilombolas as quais se distribuem por 34 municípios. Desse total, contudo, apenas 4,39% são tituladas pelo Incra, 39,02% abriram processo e 56,59% já foram certificas pela Fundação Palmares.

Quadro 3 – Comunidades quilombolas no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão

Município	Certificadas (Palmares)	N.º	Com Processo Aberto	N.º	Tituladas (Incra)	*Shapefile* do Território (Incra)
Aldeias Altas			Laranjeira e Boa Vista	1		
Alto Alegre do Maranhão	Marmorana / Boa Hora 3	2	Marmorana e Boa Hora 3	2		
	São José		São José			
Alto Parnaíba	Macacos, Brejim e Curupá	1				
Barreirinhas	Santo Antônio	8	Santa Cruz I, Santa Cruz II, Quebra I e II, Cabeceira do Centro e Moia – todos Território Santa Cruz	1		
	Cantinho					
	Cabeceira do Centro					
	Fura Braço					
	Marcelino					
	Santa Cruz					
	Santa Maria II					
	Santa Rita					
Brejo	Árvores Verdes e Estreito	13	Saco das Almas	9		Árvore Verde
	Faveira		Árvore Verde			
	Boca da Mata e Criulis		Data Arraial			
	Boa Esperança		Alto Bonito			
	Saco das Almas		Depósito			
	Santa Alice		Bandeira			Alto Bonito
	Boa Vista					
	Bom Princípio		Funil			
	Alto Bonito					

Município	Certificadas (Palmares)	N.º	Com Processo Aberto	N.º	Tituladas (Incra)	*Shapefile* do Território (Incra)
	Depósito		Boa Vista			Depósito
	Bandeira					
	Funil		Bom Princípio			
	São Bento					
Buriti	Santa Cruz	3	Santa Cruz	1		
	São José					
	Pitombeira					
Cantanhede	Bacuri dos Pires	3	Bacuri dos Pires	1		
	São Zacarias II					
	Tambá/ Livramento/ Corrente/ Cajueiro					
Capinzal do Norte	Santa Cruz	5	Santa Cruz	1		Pitoró dos Pretos
	Fundamento					
	Ipiranga					
	Matões dos Moreira					
	Pitoró dos Pretos (Compreende terras de Capinzal do Norte e de Peritoró)					
Caxias	Cana Brava das Moças	6	Mimoco	3	Jenipapo	Jenipapo
	Soledade				Olho D'água do Raposo	Olho D'água do Raposo
	Jenipapo		Soledade		Uzina Velha	Uzina Velha
	Mimoso					
	Lavra		Cana Brava das Moças			
	Lagoa dos Pretos e Centro da Lagoa					
Chapadinha	Barro Vermelho	4	Barro Vermelho	3		
	Poço de Pedra		Prata dos Quirinos			
	Prata dos Quirinos		Poço de Pedra			
	Vargem do Forno					
Codó	Santa Joana	11	Santa Joana	16	Eira Dos Coqueiros	Santa Joana
	Cipoal dos Pretos		Matões dos Moreira			
	Bom Jesus		Boqueirão dos Vieiras			
	Santo Antônio dos Pretos		Santa Rita dos Matões			
	Monte Cristo e Matuzinho		Cipoal dos Pretos			
	Mata Virgem		Mocorongo			
	Eira dos Coqueiros		Todos os Santos			
			Bom Jesus		Mocorongo	Mocorongo
	São Benedito dos Colocados		Mata Virgem			
			Santo Antônio Dos Pretos			
	Puraquê		Monte Cristo e Matuzinho			
			Monta Barro, Queimadas e Três Irmãos		Santo Antônio dos Pretos	Matões Moreira

Município	Certificadas (Palmares)	N.º	Com Processo Aberto	N.º	Tituladas (Incra)	*Shapefile* do Território (Incra)
	Três Irmãos, Montabarri e Queimadas		Santa Maria Dos Moreiras, São Benedito e os Trindades e Tambori			
			Puraquê			
	Sete		São Benedito dos Colocados			
			Lagoa do Leme			
Colinas	Jaguarana	4	Peixes	3		
	Taboca do Belém		Jaguarana			
	Peixes		Cambirimba			
	Cambirimba					
Coroatá			São Francisco	1		
Dom Pedro	Cruzeiro	1	Povoado Cruzeiro	1		
Fernando Falcão	Sítio dos Arrudas	1	Sítio dos Arrudas	1		
Fortuna	Alta Floresta do Povoado Caiçara	1				
Lima Campos	Santo Antônio dos Sardinhas	8	Bom Jesus dos Pretos	1		
	Bom Jesus dos Pretos					
	Morada Nova					
	Nova Luz					
	Nova Olinda					
	Queto					
	São Domingos					
	São Francisco					
Mata Roma	Bom Sucesso dos Negros	1	Bom Sucesso	1		
Matões	Mandacaru dos Pretos	3	Mandacaru dos Pretos	2		
	Tanque da Rodagem		São João e Tanque de Rodagem			
	Assuviante					
Matões do Norte	Santo Antônio	2	Lago do Coco	1		
	Lago do Coco					
Nina Rodrigues	Ilha	4	Amapá dos Catarino	2		
	Amapá dos Catarinos					
	Amapá dos Lucindos		Malhadalta de Adão			
	Malhadalta de Adão					
Parnarama	Brejo de São Félix	3	Brejo de São Felix	3		
	Cocalinho		Cocalinho			
	Guerreiro		Guerreiro			
Pastos Bons	Cascavel	2				
	Jacú					
Paulino Neves	Canto do Lago	1	Canto do Lago	1		
Pedreiras	Lago da Onça	1				
Peritoró	Resfriado	3	Pitoró dos Pretos (compreende	5	Lago Grande	Pitoró dos Pretos

Município	Certificadas (Palmares)	N.º	Com Processo Aberto	N.º	Tituladas (Incra)	*Shapefile* do Território (Incra)
			terras de Capinzal do Norte e de Peritoró)			
	São Benedito dos Eclias		Sossego			
	Lago Grande		São Benedito dos Eclias			Lago Grande
			São Benedito Barros			
			Lago Grande			
Pirapemas	1 Aldeia Velha (Pontes, Salgado, Santo Onório, Bica, Leão, Parnamirim, Panaca, São Benedito dos Pretos, Afoga Bode, Centrinho e Vista Alegre)	1	Barriguda e Anajá	2		
			Aldeia Velha			
Primeira Cruz	Santo Antônio dos Pretos	1	Santo Antônio dos Pretos	2		
			Santo Antônio			
Santa Quitéria do Maranhão	Cana Brava	1	Cana Brava	2		
			Caruaras			
São Benedito do Rio Preto	Guarimã	1	Guarimã	1		
São Domingos do Azeitão	Tabuleirão	1	Dona Selvina do Povoado Tabuleiro	1		
São João do Soter	Jacarezinho	5	São Zacarias II	3	Cipó	Cipó
	São Zacarias II		Jacarezinho			
	Santo Antônio		Santo Antônio das Mandingas			
	Cipó dos Cambraia, Morada Nova e Centro Novo					
	Zé Domingos					
Timon	Monteiro	1		1		
Tutóia	Itaperinha	1			Itaperinha	
Vargem Grande	Povoado Belmonte	13	Rampa, Alto Alegre e Piqui	8		Barro Vermelho
	Santa Maria		São Francisco Malaquias			São Francisco Malaquias
	São Francisco Malaquias		Belo Monte			
	Caetana, Piqui da Rampa, Rampa e São Joaquim da Rampa		Penteado			
	Penteado					
	Santa Bárbara, Lagoa da Maria Rosa e Ferrugem		São Roque			
	Boa Vista dos Conrados					
	Canto da Capoeira		Deserto			
	Pontal de Areia					
	Escondido		Santa Bárbara			
	Morro Redondo					

Município	Certificadas (Palmares)	N.º	Com Processo Aberto	N.º	Tituladas (Incra)	*Shapefile* do Território (Incra)
	Deserto		Boa Vista dos Conrados			
	Mato Grosso					
Total		**116**		**80**	**9**	**14**[10]

Fonte: Fundação Palmares (2020); Incra (2017; 2020).

Quadro 4 – Situação quanto à definição e certificação das comunidades quilombolas no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão

Situação	N.º de comunidades quilombolas
Comunidades Certificadas	116
Processo aberto no Incra	80
Tituladas	9
Com área definida por *shapefile* (INCRA – 2020)	14

Fonte: Fundação Palmares (2020); Incra (2017; 2020).

3.3.1.3 Projetos de assentamento no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão

Os Projetos de Assentamento são áreas ocupadas para a utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais, com implantação e desenvolvimento de sistemas e produção sustentável, tendo como base a demanda social da terra e da produção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares (BRASIL, 2004).

No Maranhão os conflitos pela terra são recorrentes e estão vinculados ao processo de povoamento e colonização (FERREIRA, 2008), sendo que até dezembro de 2017 foram instituídos 1.028 assentamentos com 132.301 famílias assentadas, em uma área de 4.741.258,65 hectares. Desse total, para o Bioma Cerrado e Sistema Costeiro são indicados 313 assentamentos cartografados (Quadro 5 e Mapa 6), os quais correspondem a 1.373.421,09 hectares ou 7,39% da área total desse bioma; porém, esse número é subestimado porque ao todo existem 412 projetos de assentamento que ocupam 1.501.463,93 hectares (INCRA, 2020).

[10] O território Pitoró dos Pretos está localizado nos municípios de Capinzal do Norte e Peritoró, aparece na tabela repetido com o objetivo de indicar a espacialização existente do Incra, mas corresponde apenas a uma unidade territorial.

Quadro 5 – Projetos de assentamento no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão

Projeto	Município	Capacidade	N.º Famílias	Obtenção	Área Total (ha)	Descrição
PA CANAVERAL	Montes Altos	35	32	Desapropriação	1.498,20	Assentamento Criado
PA CENTRO NOVO	Coroatá	39	39	Desapropriação	851,03	Assentamento em Consolidação
PA LAGOA DA FLORESTA	Barra do Corda	98	96	Desapropriação	2.300,20	Assentamento Criado
PA BREJO DO SÃO FÉLIX II	Parnarama	295	254	Desapropriação	13.387,45	Assentamento em Estruturação
PA PATI	Sítio Novo	104	104	Desapropriação	3.811,47	Assentamento em Estruturação
PE MANGAS	Barreirinhas	75	62	Reconhecimento	1.472,71	Assentamento em Estruturação
PA PRIMAVERA	Urbano Santos	56	53	Desapropriação	1.786,99	Assentamento Criado
PCA TRIZIDELA	Belágua	30	30	Reconhecimento	105,54	Assentamento em Estruturação
PA SÃO JOSÉ DOS PERDIDOS	São João do Soter	161	161	Desapropriação	3.566,89	Assentamento Criado
PE FORTUNA	Fortuna	2000	1243	Reconhecimento	2.756,77	Assentamento em Estruturação
PA ORCAISA	Codó	166	165	Desapropriação	4.116,83	Assentamento em Estruturação
PE BOCA DA MATA	Brejo	32	24	Reconhecimento	944,72	Assentamento em Instalação
PA ESTIVA	Urbano Santos	48	48	Desapropriação	999,24	Assentamento Criado
PE CACHOEIRA	Barreirinhas	22	22	Reconhecimento	711,61	Assentamento em Estruturação
PA JÁGUARANA/FLORESTA	Colinas	188	181	Desapropriação	4.607,99	Assentamento em Consolidação
PE BOCA DO CAMPO	Primeira Cruz	30	28	Reconhecimento	678,33	Assentamento em Estruturação
PA ÁGUA PRETA	Caxias	168	168	Desapropriação	3.584,72	Assentamento em Estruturação
PA MARAVILHA	Porto Franco	60	50	Desapropriação	2.079,82	Assentamento Criado
PA SACO DANTAS GUARIBAS	Itapecuru Mirim	180	178	Desapropriação	3.512,00	Assentamento em Estruturação
PA LAGOA SECA	Pirapemas	40	40	Desapropriação	928,86	Assentamento em Estruturação
PA SANTA RITA DOS MATÕES	Codó	100	99	Desapropriação	2.248,26	Assentamento em Estruturação
PA SÃO BENEDITO/LAGOA DOS MARCOS	Timon	181	180	Desapropriação	4.540,77	Assentamento em Estruturação
PA BOI BAIANO	São Mateus do Maranhão	91	91	Desapropriação	2.698,01	Assentamento em Estruturação
PA EXTRATIVISTA LEITE	Itapecuru Mirim	357	357	Desapropriação	9.219,79	Assentamento Consolidado
PA SANTANA III	Coroatá	87	87	Desapropriação	2.750,61	Assentamento em Estruturação
PA LAGO VERDE	Pirapemas	74	74	Desapropriação	835,90	Assentamento em Estruturação

Projeto	Município	Capacidade	N.º Famílias	Obtenção	Área Total (ha)	Descrição
PA CONCEIÇÃO	Coroatá	112	112	Desapropriação	2.582,90	Assentamento em Estruturação
PA BOM JARDIM	Caxias	126	126	Desapropriação	3.354,85	Assentamento em Consolidação
PA NOGUEIRA	Coroatá	76	75	Desapropriação	2.301,65	Assentamento em Estruturação
PA CANA BRAVA DAS MOÇAS	Caxias	74	74	Desapropriação	2.261,32	Assentamento Criado
PA GALVÃO/CANTANHEDE	Cantanhede	296	296	Desapropriação	4.576,30	Assentamento em Estruturação
PA SANTA MÔNICA	Coroatá	77	59	Desapropriação	1.142,79	Assentamento em Estruturação
PA SOL NASCENTE	Estreito	132	101	Desapropriação	3.154,55	Assentamento Criado
PA LAGOA DO GADO	Buriti Bravo	197	197	Desapropriação	6.963,02	Assentamento em Estruturação
PE ROÇA DO MEIO	Barreirinhas	29	29	Reconhecimento	691,09	Assentamento em Estruturação
PA ALTO BONITO	Barreirinhas	282	281	Desapropriação	7.506,66	Assentamento em Instalação
PE SÃO FRANCISCO	Paulino Neves	207	207	Reconhecimento	8.180,47	Assentamento em Estruturação
PA HUMAITÁ	Timon	191	189	Desapropriação	4.342,35	Assentamento em Estruturação
PA BARROCA DA VACA	Chapadinha	126	126	Desapropriação	2.867,22	Assentamento em Estruturação
PA SANTA MARIA DOS FERNANDES	Lima Campos	178	178	Desapropriação	4.690,97	Assentamento em Estruturação
PA CLEMENTE/CAJAZEIRAS	Barra do Corda	445	438	Desapropriação	11.528,03	Assentamento Consolidado
PA CANTO DO FERREIRA	Chapadinha	152	148	Desapropriação	4.120,73	Assentamento em Estruturação
PA VITÓRIA	Estreito	53	53	Desapropriação	1.305,43	Assentamento Criado
PE MASSANGANO I e II	Barreirinhas	62	58	Reconhecimento	2.926,96	Assentamento Criado
PE MACHADO I	Primeira Cruz	25	24	Reconhecimento	1.159,67	Assentamento em Estruturação
PA FAZENDA SANTA CRUZ	Buriti	92	92	Desapropriação	3.390,47	Assentamento Criado
PA SÃO PEDRO/BOA VISTA	Caxias	127	154	Desapropriação	5.899,28	Assentamento em Consolidação
PA CRISTINA ALVES	Itapecuru Mirim	147	113	Desapropriação	4.815,62	Assentamento Criado
PA SOSSEGO	Peritoró	40	36	Desapropriação	796,68	Assentamento em Estruturação
PA PALMEIRINHA	Campestre do Maranhão	40	33	Desapropriação	618,99	Assentamento Consolidado
PA CAMPO GRANDE	Vargem Grande	70	63	Desapropriação	1.587,08	Assentamento em Estruturação
PA SÃO BENEDITO II	Timbiras	83	80	Desapropriação	1.975,61	Assentamento em Estruturação
PA REGALO/SÃO JOÃO	Mirador	104	104	Desapropriação	2.802,58	Assentamento em Estruturação

Projeto	Município	Capacidade	N.º Famílias	Obtenção	Área Total (ha)	Descrição
PA GOVERNADOR LUIS ROCHA	Estreito	140	139	Desapropriação	3.356,35	Assentamento Criado
PA SANTO AGOSTINHO	Magalhães de Almeida	174	174	Desapropriação	3.245,65	Assentamento em Consolidação
PA JITIRANA	São Mateus do Maranhão	232	232	Compra e Venda	5.158,78	Assentamento Criado
PA MATA FOME	Pirapemas	233	233	Desapropriação	5.955,71	Assentamento em Estruturação
PA COCEIRA/NOVA ALEGRIA	Tuntum	406	406	Desapropriação	10.047,90	Assentamento em Estruturação
PE BAIXINHA I	Barreirinhas	25	24	Reconhecimento	1.185,40	Assentamento em Estruturação
PA PEDRA SUADA	Cachoeira Grande	507	507	Desapropriação	21.974,52	Assentamento Criado
PE VEREDA	Barreirinhas	20	18	Reconhecimento	896,89	Assentamento em Estruturação
PA BACURI	Peritoró	37	37	Desapropriação	900,84	Assentamento em Estruturação
PE TIRIRICA	Barreirinhas	68	26	Reconhecimento	2.164,54	Assentamento em Estruturação
PE BARTOLOMEU	Barreirinhas	30	29	Reconhecimento	1.284,01	Assentamento em Instalação
PE JOAQUINZINHO	Barreirinhas	28	27	Reconhecimento	1.115,38	Assentamento em Estruturação
PA PAIOL	Chapadinha	105	105	Desapropriação	2.711,41	Assentamento em Estruturação
PE CANOAS	Barreirinhas	52	61	Reconhecimento	1.155,67	Assentamento em Instalação
PA DURVAL NETO	Barra do Corda	111	111	Desapropriação	2.343,39	Assentamento em Estruturação
PE GUARÁ	Coelho Neto	16	15	Reconhecimento	203,96	Assentamento em Estruturação
PA MONTE VALERIANO	Caxias	60	60	Desapropriação	1.182,96	Assentamento em Estruturação
PA SÃO JOSÉ DA VITÓRIA	Pirapemas	49	47	Desapropriação	1.353,54	Assentamento em Estruturação
PA PÉ DA LADEIRA/URUCUZEIRO	Buriti	53	50	Desapropriação	1.413,32	Assentamento em Estruturação
PA OLHO D'ÁGUA DOS CALIXTOS	São Benedito do Rio Preto	64	41	Desapropriação	1.696,37	Assentamento Criado
PE ROSEANA SARNEY	Codó	1000	1000	Reconhecimento	9.748,42	Assentamento Criado
PE SALOMÃO E SERICORA	Urbano Santos	50	44	Reconhecimento	925,62	Assentamento Criado
PE OLHO D'ÁGUA DOS BENTOS	Barreirinhas	24	24	Reconhecimento	853,43	Assentamento em Estruturação
PA BOI MANSO	Vargem Grande	193	145	Desapropriação	4.007,44	Assentamento Criado
PA VALE DA FORMOSA	Estreito	90	77	Desapropriação	3.514,38	Assentamento Criado
PA SANTA TEREZA	Tuntum	226	225	Desapropriação	6.583,28	Assentamento em Estruturação

Projeto	Município	Capacidade	N.º Famílias	Obtenção	Área Total (ha)	Descrição
PA NOSSA SENHORA APARECIDA I	Chapadinha	43	43	Desapropriação	1.055,53	Assentamento em Estruturação
PA PRIMEIRO DE MAIO	Davinópolis	64	63	Desapropriação	1.412,23	Assentamento Criado
PA AMOR DA PÁTRIA	Santa Filomena do Maranhão	47	45	Desapropriação	1.178,88	Assentamento em Estruturação
PA ALEGRE	Riachão	47	41	Desapropriação	1.387,97	Assentamento Criado
PE SUCURUJU	Barreirinhas	25	24	Reconhecimento	1.402,27	Assentamento em Estruturação
PE LAGOA	Barreirinhas	73	55	Reconhecimento	1.707,38	Assentamento em Estruturação
PA SÃO BENEDITO DO ELCIAS	Codó	45	44	Desapropriação	1.071,02	Assentamento Criado
PCA INGÁ	Cantanhede	30	30	Reconhecimento	277,50	Assentamento em Estruturação
PA BAIXÃO	Lima Campos	125	124	Desapropriação	3.374,46	Assentamento em Consolidação
PA BARRIGUDA/BAGACEIRA	Pirapemas	221	203	Desapropriação	5.235,81	Assentamento em Consolidação
PA LAGO DO COCO	Matões do Norte	79	77	Desapropriação	1.294,10	Assentamento em Estruturação
PA CANTO BOM	Colinas	95	95	Desapropriação	1.871,63	Assentamento Criado
PA CAXIXÍ	Tuntum	101	95	Desapropriação	2.840,41	Assentamento em Estruturação
PA SOBRADINHO	Grajaú	316	316	Desapropriação	15.743,51	Assentamento Criado
PCA OURIVES	Vargem Grande	50	50	Reconhecimento	185,54	Assentamento em Estruturação
PE JABOTI	Barreirinhas	47	47	Reconhecimento	858,40	Assentamento em Estruturação
PA NOVA VIDA	Pirapemas	275	274	Desapropriação	3.621,91	Assentamento em Estruturação
PE BAIXÃO DOS PAULINOS	Barreirinhas	76	73	Reconhecimento	1.227,11	Assentamento em Estruturação
PA TIMBAÚBA	São Mateus do Maranhão	144	144	Desapropriação	1.249,25	Assentamento Consolidado
PE SANTA CRUZ	Esperantinópolis	32	31	Reconhecimento	420,43	Assentamento em Estruturação
PE ANIBAL	Barreirinhas	50	44	Reconhecimento	1.311,05	Assentamento em Instalação
PA PORTO DO PAIOL	Caxias	54	53	Desapropriação	1.541,55	Assentamento em Estruturação
PE MACHADO II	Primeira Cruz	23	23	Reconhecimento	1.361,74	Assentamento em Instalação
PA BARROCA DOS VEADOS	Pirapemas	21	18	Desapropriação	1.198,13	Assentamento em Estruturação
PA PAVI I E II	Vargem Grande	136	135	Desapropriação	4.028,67	Assentamento Criado
PE BAIXÃO DOS ALMEIDAS	Paulino Neves	25	25	Reconhecimento	373,33	Assentamento em Instalação
PA NOVA SALVAÇÃO	Lima Campos	194	194	Desapropriação	5.551,56	Assentamento em Estruturação

Projeto	Município	Capacidade	N.º Famílias	Obtenção	Área Total (ha)	Descrição
PA PEDRAS/MOCAMBO	São João do Soter	501	501	Desapropriação	1.1537,90	Assentamento em Estruturação
PA DURVAL NETO	Barra do Corda	111	111	Desapropriação	2.955,58	Assentamento em Estruturação
PA ALTAMIRA	Estreito	148	124	Desapropriação	3.286,29	Assentamento Criado
PA LAGOA DA BANANEIRA	Morros	35	35	Desapropriação	1.317,28	Assentamento em Estruturação
PA FORMOSO	Buriti Bravo	88	87	Desapropriação	1.911,55	Assentamento em Estruturação
PA AGAYNARA / SEMBAL	Alto Alegre do Maranhão	58	58	Desapropriação	1.576,65	Assentamento Criado
PE PASSAGEM DO GADO	Barreirinhas	37	30	Reconhecimento	4.030,86	Assentamento em Estruturação
PA SÃO RAIMUNDO	Porto Franco	76	75	Desapropriação	2.558,92	Assentamento Criado
PA OLHO D'ÁGUA DO FRANCISCO DINIZ	São Benedito do Rio Preto	121	95	Desapropriação	3.385,93	Assentamento Criado
PAE AGROEXTRATIVISTA BACURI	São Raimundo das Mangabeiras	88	87	Desapropriação	5.051,88	Assentamento Criado
PA BRASILÂNDIA I	Coroatá	107	94	Desapropriação	4.231,73	Assentamento Criado
PE LAGOA DA ESPERANÇA II	Barreirinhas	43	43	Reconhecimento	1.441,42	Assentamento em Estruturação
PE PEDRAS	Paulino Neves	19	19	Reconhecimento	2.003,25	Assentamento em Estruturação
PA TRÊS SETUBAL	São Luis Gonzaga do Maranhão	227	225	Desapropriação	7.653,52	Assentamento em Estruturação
PA NOVO HORIZONTE	Montes Altos	52	42	Desapropriação	1.403,42	Assentamento Criado
PA ÁGUA FRIA	Araioses	115	114	Desapropriação	3.849,35	Assentamento em Estruturação
PA JORDÃO	Coroatá	99	99	Desapropriação	2.147,66	Assentamento em Estruturação
PA IMPERIAL/CODÓ	Codó	227	211	Desapropriação	8.326,89	Assentamento Criado
PA MENDES	Parnarama	44	44	Desapropriação	1.420,35	Assentamento em Estruturação
PE EXTREMA / SIQUIRIBA	Paulino Neves	14	14	Reconhecimento	1.179,80	Assentamento em Estruturação
PA SANTA CRUZ UM e DOIS	Barreirinhas	337	337	Desapropriação	6.558,27	Assentamento em Instalação
PA OLHO D'ÁGUA	Itapecuru Mirim	108	108	Desapropriação	2.320,06	Assentamento em Estruturação
PA SANTA EMILIA	São Benedito do Rio Preto	219	219	Desapropriação	6.809,05	Assentamento Criado
PA ILHA GRANDE DO PAULINO	Tutóia	42	33	Doação	3.589,83	Assentamento em Estruturação
PA ENGENHO D'ÁGUA	Caxias	392	392	Desapropriação	9.611,56	Assentamento em Estruturação

Projeto	Município	Capacidade	N.º Famílias	Obtenção	Área Total (ha)	Descrição
PA MORRO ALTO/SÃO JOSÉ	Barreirinhas	378	373	Desapropriação	5.805,39	Assentamento em Estruturação
PE VARAS	Barreirinhas	66	66	Reconhecimento	871,29	Assentamento em Estruturação
PA OLHO D'ÁGUA DOS GRILOS	São Luis Gonzaga do Maranhão	97	100	Desapropriação	2.885,05	Assentamento em Consolidação
PA PALMARES II	Nina Rodrigues	380	380	Desapropriação	11.984,82	Assentamento em Estruturação
PA SÃO JOSÉ / SÃO DOMINGOS	Parnarama	545	251	Desapropriação	11.335,19	Assentamento Criado
PA SÃO JOSÉ	Balsas	42	42	Desapropriação	1.429,54	Assentamento Criado
PA MANGUEIRA	Nina Rodrigues	176	176	Desapropriação	6.557,19	Assentamento em Estruturação
PA VIDA NOVA	Riachão	164	93	Desapropriação	6.299,14	Assentamento Criado
PA MINADOR	São João do Paraiso	48	47	Desapropriação	1.431,40	Assentamento em Estruturação
PA VALE DO JORDÃO	Montes Altos	50	47	Desapropriação	1.096,85	Assentamento Criado
PA OZIEL PEREIRA	Sítio Novo	60	59	Desapropriação	2.138,25	Assentamento Criado
PA SANTANA I	Coroatá	155	155	Desapropriação	4.471,29	Assentamento em Estruturação
PA SANTA FILOMENA/TABOCA	São João do Soter	104	89	Desapropriação	2.775,88	Assentamento em Estruturação
PA JOÃO LEOCÁDIO	Buriti Bravo	168	167	Desapropriação	3.077,28	Assentamento em Estruturação
PE PALMEIRA DOS BENTOS	Barreirinhas	102	56	Reconhecimento	3.512,05	Assentamento Criado
PA CASTANHA	Buriti Bravo	153	152	Desapropriação	4.878,96	Assentamento em Consolidação
PA SANTANA IV	Coroatá	60	44	Desapropriação	1.916,95	Assentamento em Estruturação
PE PONTA DO BURITI	Barreirinhas	56	42	Reconhecimento	1.503,65	Assentamento em Estruturação
PA PALMARES	Governador Edison Lobao	97	97	Desapropriação	2.138,87	Assentamento Consolidado
PA SANTA RITA	Nina Rodrigues	26	26	Desapropriação	975,06	Assentamento em Estruturação
PA BRASIL	Passagem Franca	128	128	Desapropriação	3.535,30	Assentamento em Estruturação
PE SANTA ROSA	Barreirinhas	50	50	Reconhecimento	1.290,41	Assentamento Criado
PA LADEIRA VERMELHA COCO GRANDE	Colinas	238	238	Desapropriação	6.077,51	Assentamento em Estruturação
PA SÃO JOÃO DAS NEVES	Peritoró	350	350	Desapropriação	13.081,07	Assentamento em Estruturação
PA CIT/NOVO HORIZONTE	Codó	371	371	Desapropriação	8.121,81	Assentamento Criado
PA MACAÚBA	Coroatá	72	72	Desapropriação	1.898,46	Assentamento em Consolidação
PA MAMBIRA PALESTINA	Passagem Franca	76	74	Desapropriação	2.172,72	Assentamento em Estruturação

Projeto	Município	Capacidade	N.º Famílias	Obtenção	Área Total (ha)	Descrição
PA CIGANA/SANTA CATARINA	Miranda do Norte	92	88	Desapropriação	1.915,39	Assentamento Criado
PA RIACHUELO	Lima Campos	74	65	Desapropriação	2.355,89	Assentamento Consolidado
PA SÃO JOÃO DOS POLEIROS	Caxias	241	0	Compra e Venda	1.5214,55	Assentamento em Estruturação
PA SERRA NEGRA I	Colinas	296	296	Desapropriação	11.499,25	Assentamento em Consolidação
PA MONTE CASTELO	Esperantino polis	30	30	Desapropriação	1.253,75	Assentamento Consolidado
PA LAGOA DA FORTUNA	Fortuna	648	648	Desapropriação	30.467,41	Assentamento em Estruturação
PA BRAÇO FORTE	Estreito	58	49	Desapropriação	1.624,43	Assentamento Criado
PA MARACAJÁ I	Coroatá	133	98	Desapropriação	3.253,78	Assentamento em Estruturação
PA BAIXÃO DO CEDRO	Santa Filomena do Maranhão	82	82	Desapropriação	2.227,10	Assentamento em Estruturação
PA OZIEL ALVES PEREIRA I	Porto Franco	31	29	Desapropriação	889,53	Assentamento Criado
PA AGROALEGRE	Matoes do Norte	177	175	Desapropriação	3.996,73	Assentamento em Estruturação
PA BOQUEIRÃO	Codó	90	90	Desapropriação	3.983,48	Assentamento em Estruturação
PA MARMORANA I e II	São Bernardo	74	74	Desapropriação	1.742,77	Assentamento Criado
PA GIKI	Mirador	98	98	Desapropriação	3.166,68	Assentamento em Estruturação
PA GADO BRAVINHO	Balsas	44	15	Desapropriação	2.079,04	Assentamento Criado
PA CONCEIÇÃO DO SALAZAR	Codó	88	59	Desapropriação	4.305,46	Assentamento em Estruturação
PCA CONCEIÇÃO	Belágua	30	30	Reconhecimento	142,50	Assentamento em Estruturação
PA SERRA NEGRA II	Colinas	80	80	Desapropriação	3.367,30	Assentamento em Consolidação
PA BARRO DURO	Tutóia	266	226	Desapropriação	5.756,15	Assentamento em Estruturação
PA MARACAJÁ III	Coroatá	77	61	Desapropriação	2.243,28	Assentamento em Estruturação
PA GAMELEIRA/MATÕES	Governador Edison Lobao	85	67	Desapropriação	2.668,42	Assentamento em Estruturação
PA VARGEM GRANDE	Passagem Franca	18	18	Desapropriação	616,11	Assentamento Criado
PA CAXIRIMBU	Caxias	334	329	Desapropriação	5.052,07	Assentamento em Estruturação
PA MANGUEIRA / MANGABEIRA	Urbano Santos	121	121	Desapropriação	2.482,28	Assentamento Criado
PA PAULO FREIRE	São Pedro dos Crentes	33	31	Desapropriação	1.332,86	Assentamento em Estruturação
PE ZACARILÂNDIA	Morros	81	81	Reconhecimento	9.954,98	Assentamento em Instalação
PE BURITI	Primeira Cruz	21	21	Reconhecimento	768,26	Assentamento em Estruturação

Projeto	Município	Capacidade	N.º Famílias	Obtenção	Área Total (ha)	Descrição
PA BURITI CORRENTE	Codó	91	91	Desapropriação	3.763,53	Assentamento Criado
PE SATUBA	Santo Amaro do Maranhão	43	43	Reconhecimento	3.420,31	Assentamento em Estruturação
PA PEDRA GRANDE	Vargem Grande	161	161	Desapropriação	7.087,97	Assentamento em Estruturação
PA RIO CLARO	Parnarama	208	208	Desapropriação	4.405,07	Assentamento em Consolidação
PA LARANJEIRA	Chapadinha	47	47	Desapropriação	1.401,17	Assentamento em Estruturação
PA OLGA BENÁRIO II	Vargem Grande	24	24	Desapropriação	453,15	Assentamento Criado
PA ALEGRIA	Davinópolis	78	72	Desapropriação	1.409,13	Assentamento Criado
PA MORADA NOVA	Anapurus	39	39	Desapropriação	1.245,90	Assentamento Criado
PA BEBEDOURO DOS CALIXTOS	Urbano Santos	42	37	Desapropriação	1.336,85	Assentamento Criado
PA LAGOA DO FRIO	Buriti Bravo	102	102	Desapropriação	3.156,21	Assentamento em Estruturação
PA CAMPESTRE	Vargem Grande	34	34	Desapropriação	854,32	Assentamento em Estruturação
PA CANAÃ I	Magalhães de Almeida	98	98	Desapropriação	3.824,51	Assentamento em Estruturação
PA PONTA DÁGUA	Barra do Corda	200	163	Desapropriação	5.856,87	Assentamento em Estruturação
PA TIJUCA	Alto Alegre do Maranhão	65	63	Desapropriação	1.840,88	Assentamento Criado
PA AROEIRA	Vargem Grande	70	70	Desapropriação	1.595,81	Assentamento em Estruturação
PA VALE DO BEKAA	Coroatá	47	47	Desapropriação	1.297,37	Assentamento em Estruturação
PA CIGRA	Lagoa Grande do Maranhão	763	762	Desapropriação	24.077,78	Assentamento em Estruturação
PE CAMPO SÃO FRANCISCO	Barra do Corda	80	80	Reconhecimento	1.047,64	Assentamento Criado
PE BURITIRANA I	Balsas	26	23	Reconhecimento	58.800,57	Assentamento em Instalação
PA BURITI DO MEIO	Caxias	87	86	Desapropriação	2.029,97	Assentamento em Estruturação
PA SANTANA II	Coroatá	93	93	Desapropriação	2.862,03	Assentamento em Estruturação
PE TRONCHO/BURITIZAL	Primeira Cruz	32	30	Reconhecimento	1.609,90	Assentamento em Estruturação
PA RAPOSA	Codó	333	333	Desapropriação	10.983,45	Assentamento Criado
PE SANTA RITA	Paulino Neves	515	515	Reconhecimento	23.222,15	Assentamento em Estruturação
PA BOCA DA MATA	Itapecuru Mirim	240	240	Desapropriação	5.330,89	Assentamento em Estruturação
PA NOVA VITÓRIA	Carolina	20	17	Desapropriação	555,05	Assentamento em Estruturação
PE VERA CRUZ	Barreirinhas	116	83	Reconhecimento	3.887,13	Assentamento em Estruturação

Projeto	Município	Capacidade	N.º Famílias	Obtenção	Área Total (ha)	Descrição
PA AXIXÁ/BONITO	Joselândia	209	206	Desapropriação	7.299,46	Assentamento em Estruturação
PA ALMEIDA MATO GROSSO	Vargem Grande	66	66	Desapropriação	1.765,58	Assentamento em Estruturação
PE SÍTIO DOS ARRUDAS	Fernando Falcão	72	68	Reconhecimento	12.879,96	Assentamento em Estruturação
PA SANTANA MORRINHOS	Mirador	187	187	Desapropriação	7.615,95	Assentamento em Estruturação
PA PALMEIRAL VIETNÃ	Esperantinópolis	180	179	Desapropriação	2.971,50	Assentamento em Consolidação
PA INGARANA	Santa Filomena do Maranhão	53	53	Desapropriação	1.178,33	Assentamento em Estruturação
PA CHAPADINHA	Tuntum	115	111	Desapropriação	3.405,87	Assentamento em Estruturação
PA REMY SOARES	Barra do Corda	54	28	Desapropriação	1.498,22	Assentamento em Estruturação
PA BREJO DA ILHA	Estreito	142	91	Desapropriação	4.114,00	Assentamento Criado
PA REMANSO DA MARIANA	Coroatá	126	126	Desapropriação	3.882,78	Assentamento em Estruturação
PE ONÇA DO MILITÃO	Barreirinhas	42	18	Reconhecimento	1.145,92	Assentamento Criado
PE BOA ESPERANÇA / TIÚBA	Paulino Neves	61	61	Reconhecimento	4.963,22	Assentamento em Estruturação
PA OLHO DE FOLHA	Milagres do Maranhão	53	53	Desapropriação	799,48	Assentamento em Estruturação
PA MONTE CRISTO	Codó	205	205	Desapropriação	7.188,32	Assentamento em Estruturação
PA SANTA CRUZ	Capinzal do Norte	372	127	Desapropriação	4.045,06	Assentamento Consolidado
PCA CAJUÍ	Cantanhede	44	44	Reconhecimento	218,13	Assentamento em Estruturação
PE MUCUNÃ	Barra do Corda	63	63	Reconhecimento	1.882,06	Assentamento em Estruturação
PCA SANTA CLARA	Belágua	30	30	Reconhecimento	130,27	Assentamento em Estruturação
PA TICO TICO	Miranda do Norte	17	17	Desapropriação	332,67	Assentamento em Estruturação
PA SÃO MANOEL	Caxias	60	60	Desapropriação	1.947,18	Assentamento em Estruturação
PA SANTO ANTÔNIO DOS VELOSOS	Lima Campos	149	147	Desapropriação	5.617,95	Assentamento em Consolidação
PA MUNDO NOVO	Estreito	52	42	Desapropriação	1.541,82	Assentamento Criado
PA ALTO ALEGRE	Alto Alegre do Maranhão	400	394	Desapropriação	8.016,19	Assentamento em Consolidação
PE JUÇARAL DAS CANOAS	Barreirinhas	89	89	Reconhecimento	1.455,26	Assentamento em Estruturação
PA RANCHARIA	Araioses	17	17	Desapropriação	861,72	Assentamento em Estruturação
PE CURVA GRANDE	Água Doce do Maranhão	262	241	Reconhecimento	6.445,42	Assentamento em Instalação

Projeto	Município	Capacidade	N.º Famílias	Obtenção	Área Total (ha)	Descrição
PCA SÃO LUIS PICOS	São Benedito do Rio Preto	54	54	Desapropriação	1.460,26	Assentamento Criado
PIC - BARRA DO CORDA	Barra do Corda	7127	3231	Doação	343.058,90	Assentamento Consolidado
PE PALMEIRA DOS REIS	Barreirinhas	94	94	Reconhecimento	3.057,00	Assentamento em Estruturação
PE BAIXÃO DO ROMUALDO/SÃO MIGUEL	Barreirinhas	47	83	Reconhecimento	3.187,34	Assentamento em Estruturação
PA BACABINHA	São João do Soter	241	241	Desapropriação	5.901,73	Assentamento em Estruturação
PE MUNIM	Barreirinhas	45	42	Reconhecimento	814,03	Assentamento em Estruturação
PE MIRINZAL	Barreirinhas	61	61	Reconhecimento	1.839,89	Assentamento em Estruturação
PA JOÃO DO VALE VERDE	São Roberto	138	138	Desapropriação	3.717,10	Assentamento Criado
PA FLORESTA	Matões	72	71	Desapropriação	1.598,00	Assentamento em Consolidação
PA NOSSA SENHORA APARECIDA	Estreito	59	54	Desapropriação	1.599,02	Assentamento Criado
PE RIACHINHO	Barreirinhas	86	78	Reconhecimento	2.989,43	Assentamento em Estruturação
PA PIRAPEMAS	Pirapemas	88	70	Desapropriação	1.965,70	Assentamento em Estruturação
PA BREJO DO JOÃO	Tuntum	50	50	Transferência	2.846,41	Assentamento Criado
PA CENTRO DA SANTA RITA	Caxias	164	163	Desapropriação	3.677,93	Assentamento em Estruturação
PA SANTA AMÉLIA	Barra do Corda	484	455	Desapropriação	13.412,98	Assentamento Criado
PA ARRODEIO/CERCADINHO	Chapadinha	94	94	Desapropriação	2.717,81	Assentamento Consolidado
PA 17 DE ABRIL	São Pedro dos Crentes	21	20	Desapropriação	1.300,27	Assentamento Criado
PE MANOELZINHO	Barreirinhas	135	135	Reconhecimento	2.207,27	Assentamento em Estruturação
PA CACHIMBEIRO	Barra do Corda	679	675	Desapropriação	20.174,38	Assentamento em Estruturação
PA PADRE TRINDADE	Vargem Grande	50	50	Desapropriação	1.442,25	Assentamento em Estruturação
PE PASSAGEM DO LAGO	Paulino Neves	36	36	Reconhecimento	1.137,12	Assentamento em Estruturação
PA SÃO PAULO	Peritoró	287	286	Desapropriação	6.520,12	Assentamento em Estruturação
PA SÃO JOÃO	São João do Paraiso	23	23	Desapropriação	1.058,57	Assentamento Criado
PA GUARÁ UNIÃO	São João do Paraiso	33	33	Desapropriação	1.080,93	Assentamento Criado
PE GAMBÁ	Barreirinhas	23	23	Reconhecimento	491,86	Assentamento em Estruturação
PA MACACOS	Coroatá	25	25	Desapropriação	514,93	Assentamento Consolidado

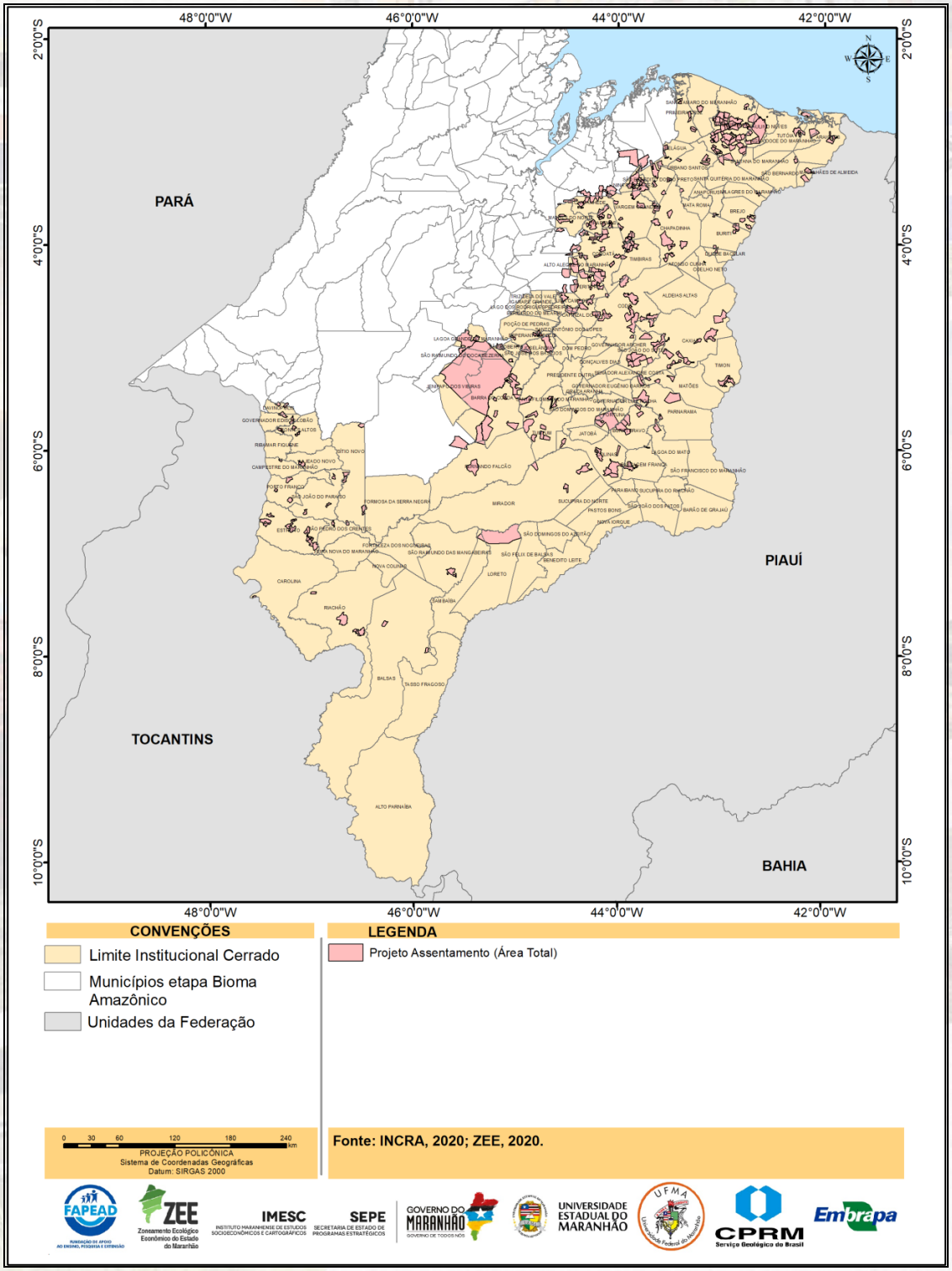
Projeto	Município	Capacidade	N.º Famílias	Obtenção	Área Total (ha)	Descrição
PA ÁRVORES VERDES	Brejo	133	133	Desapropriação	2.546,65	Assentamento em Estruturação
PA SÃO PATRÍCIO	Cantanhede	62	62	Desapropriação	1.626,78	Assentamento em Estruturação
PA ANGICAL	Buriti Bravo	90	90	Desapropriação	2.464,09	Assentamento em Estruturação
PA LIMÃO	Coroatá	70	69	Desapropriação	1.677,48	Assentamento em Estruturação
PE GUARIBINHA	Barreirinhas	40	40	Reconhecimento	1.018,93	Assentamento em Estruturação
PCA JOSÉ SARNEY COSTA	São Bento	31	28	Reconhecimento	95,64	Assentamento em Estruturação
PA CONCEIÇÃO/ARVOREDO	Coroatá	79	52	Desapropriação	1.397,34	Assentamento em Estruturação
RESEX CHAPADA LIMPA	Chapadinha	122	121	Reconhecimento	11.973,07	Assentamento Criado
PA MARAJÁ DO VELOSO	Peritoró	100	99	Desapropriação	2.008,43	Assentamento em Estruturação
PA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Sítio Novo	91	88	Desapropriação	3.076,23	Assentamento Criado
PE CANGOTE	Barreirinhas	75	69	Reconhecimento	2.861,20	Assentamento em Estruturação
PA GOMES VISTA VERDE	São Benedito do Rio Preto	52	52	Desapropriação	1.421,86	Assentamento Criado
PE MAMEDE	Barreirinhas	99	88	Reconhecimento	6.361,32	Assentamento em Estruturação
PA CIPÓ CANAÃ	Esperantinópolis	54	53	Compra e Venda	1.072,94	Assentamento em Estruturação
PE PALMEIRA DOS EDUARDOS	Barreirinhas	38	36	Reconhecimento	1.127,38	Assentamento em Estruturação
PA PAVIO/VARJÃO	Colinas	143	142	Desapropriação	2.755,48	Assentamento em Estruturação
PA PRAZERES	Peritoró	23	21	Desapropriação	562,65	Assentamento em Estruturação
PA SANTO ANTNIO CAPINAL	São Benedito do Rio Preto	43	43	Desapropriação	1.381,14	Assentamento Criado
PE MASSANGANO DOS MAÇUS	Barreirinhas	32	30	Reconhecimento	3.946,35	Assentamento em Estruturação
PA PARAISO	Coroatá	126	126	Desapropriação	3.052,95	Assentamento em Estruturação
PCA CUPAÚBA	Paulino Neves	25	24	Reconhecimento	60,88	Assentamento em Estruturação
PA SERAFIM	Estreito	38	36	Desapropriação	1.282,96	Assentamento Criado
PA BUENOS AIRES	Caxias	94	94	Desapropriação	1.820,09	Assentamento em Estruturação
PE VERTENTE	Codó	29	26	Reconhecimento	981,98	Assentamento em Estruturação
PE BRAÇO	Barreirinhas	121	95	Reconhecimento	3.279,27	Assentamento em Estruturação
PE BELÉM	Buriti	41	54	Reconhecimento	2.001,80	Assentamento em Estruturação
PA CONCEIÇÃO MOCAMBO	Caxias	438	438	Desapropriação	10.058,57	Assentamento em Estruturação

Projeto	Município	Capacidade	N.º Famílias	Obtenção	Área Total (ha)	Descrição
PCA PIQUIZEIRO	Belágua	175	175	Desapropriação	3.769,28	Assentamento Criado
PE JURUBEBA	Barreirinhas	50	49	Reconhecimento	610,38	Assentamento em Estruturação
PA CAXUXA	Alto Alegre do Maranhão	140	140	Desapropriação	3.358,38	Assentamento em Estruturação
PA VILA DOS BORGES	Chapadinha	67	66	Desapropriação	4.156,91	Assentamento em Estruturação
PA LANÇA/UMBIGUDO	Codó	15	13	Desapropriação	427,87	Assentamento em Estruturação
PE ALGODÃO	Primeira Cruz	30	29	Reconhecimento	893,86	Assentamento em Estruturação
PE BAIXAO DO JÚLIO	Barreirinhas	55	55	Reconhecimento	1.115,53	Assentamento em Estruturação
PA SANTA ALICE	Brejo	55	55	Desapropriação	1.657,40	Assentamento em Estruturação
PE PALMEIRA DOS FERREIRAS	Barreirinhas	50	41	Reconhecimento	658,85	Assentamento Criado
PE ENGENHO	Barreirinhas	75	75	Reconhecimento	1.250,26	Assentamento em Estruturação
PA PAU DE ESTOPA	Coroatá	78	68	Desapropriação	1.195,74	Assentamento em Estruturação
PA VALE DO TAPUIO	Riachão	231	225	Desapropriação	9.408,42	Assentamento Criado
PA SÃO JOSEZINHO	Nina Rodrigues	52	50	Desapropriação	1.679,06	Assentamento Criado
PA ALEGRE CODÓ	Codó	100	100	Desapropriação	1.966,14	Assentamento Criado
PA IMPERIAL	Lagoa Grande do Maranhão	80	80	Desapropriação	2.502,60	Assentamento em Estruturação
PA JAPEL	Joselândia	416	392	Compra e Venda	12.226,31	Assentamento em Estruturação
PE SÃO JOSÉ DO SACO	Barreirinhas	84	59	Reconhecimento	2.409,63	Assentamento em Estruturação
PE GIRAMUNDO	Barreirinhas	170	149	Reconhecimento	967,75	Assentamento em Estruturação
PA SANTA LUZIA	Lajeado Novo	98	85	Desapropriação	2.667,27	Assentamento em Estruturação
PE DESERTO	Barreirinhas	45	35	Reconhecimento	2.020,96	Assentamento em Estruturação
PCA VARANDADO	São Domingos do Maranhão	73	73	Reconhecimento	550,44	Assentamento em Estruturação
PE MORRO ALTO	Barreirinhas	184	152	Reconhecimento	4.648,60	Assentamento em Estruturação

Fonte: INCRA (2017).

Convém ressaltar que, os 313 assentamentos elencados no Quadro 5 correspondem aos que possuem material cartográfico disponível pelo Incra (2017), assim como destaca-se que o número de assentamentos existentes no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro soma 412 projetos distribuídos em 62 dos 109 municípios (INCRA, 2020).

Mapa 6 – Projetos de assentamento no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão



Desses 412 projetos de assentamento que existem no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro, constatam-se particularidades. No PA Brejo da Ilha (Figura **4**), no município de Estreito, verificou-se que é de 2008, atualmente estão cadastradas 103 famílias e vivem aproximadamente 250 famílias que foram devidamente aprovadas “em Assembleia da Associação dos Moradores e Produtores do PA” (SOUZA, E., 2020); os lotes urbanos são de 25m x 50m e os rurais têm 6 alqueires; nestes, são produzidos arroz, feijão, milho, mandioca e hortifruticultura, assim como criam gado bovino, porco, galinha caipira e bode. Devido à maturação desse PA a maioria das famílias dispõe de transporte próprio, ou seja, automóvel e/ ou motocicleta.

Figura 4 – Vista parcial do Projeto de Assentamento Brejo da Ilha, Estreito - MA. Coordenada geográfica: -06° 40' 52.48360" / -47° 26' 21.56341"

Fonte: Registro da Pesquisa.

De acordo com Nazioseno Silva (2020) o PA Agroextrativista Bacuri, localizado em São Raimundo das Mangabeiras, foi instituído em 2006 para 88 famílias, mas atualmente possui 65 famílias, com média de 10 pessoas por residência. Ocupa uma área de 4.646 hectares em que são cultivados mandioca, arroz, feijão, milho e abóbora, bem como criam gado bovino, galinha caipira e porco. O lote residencial é de 50m x 120m enquanto o para produção é de 50 ha. A polpa e o doce do caju são vendidos na Cooperativa Agroecológica Pela Vida do Cerrado Sul Maranhense (COOPEVIDA) – Figura 5.

Figura 5 – Fachada frontal da Coopevida, São Raimundo das Mangabeiras - MA

Fonte: Registro da Pesquisa.

Outra experiência exitosa é do PA Canto do Ferreira, em Chapadinha. De acordo com Lúcia Borges Nunes e Levy Viana Nunes (Figura 6), o referido remonta a 1999 em que atualmente vivem 120 famílias, mas a capacidade é para 150 famílias. O lote residencial mede 20m x 40m e a área total é de 2.700 hectares. Os principais cultivos incluem arroz, feijão, mandioca, fava, batata, milho, banana e hortaliças, bem como criam galinha caipira e gado bovino. Conforme Lúcia Nunes, nesse PA começou a discussão e articulação para ser criada a Associação das Quebradeiras de Coco dos Projetos de Assentamento de Chapadinha, a qual tem 30 sócias. Desde 2017 criaram uma agroindústria para beneficiar 200 kg de coco babaçu em forma de óleo e azeite, massa, biscoito e sorvete. Devido à ocorrência de manga, caju, cajá, murici e bacuri, tal associação está envidando esforços no sentido de obter uma *despolpadeira de fruta*.

Figura 6 – Entrevista com lideranças do Projeto de Assentamento Canto do Ferreira, Chapadinha – MA. Coordenada geográfica: -03° 47' 03.99309"/ -43° 38' 15.48104"

Fonte: Registro da Pesquisa.

Esses PAs têm um ponto em comum. Trata-se da escassez da assistência técnica por parte das instituições públicas uma vez que foram recorrentes depoimentos que acentuavam o "tamo precisando" (SILVA, N., 2020), é ruim a "falta de acompanhamento técnico" (NUNES, L., 2020) e que é como se apenas "interessasse dá a terra prá gente. E depois diz deixa eles prá lá" (CARDOSO, 2020). Some-se a isso, o não esclarecimento sobre a real área do PA haja vista que na primeira demarcação foi relatado uma enquanto na segunda ou mais recente a área sofreu redução, a exemplo do indicado para o PA Agroextrativista Bacuri (São Raimundo das Mangabeiras) e o Canto do Ferreira (Chapadinha). Essa situação, portanto, carece de ser resolvida a fim de que os PAs funcionem conforme o previsto na legislação, garantindo o direto à titulação e à qualidade de vida de todos os cidadãos que lá residem e das pessoas que mantêm vínculos sociais e comerciais com cada um desses projetos de assentamento.

3.3.1.4 Unidades de conservação no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão

Desde o ano 2000 o Brasil dispõe do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC); este define que as unidades de conservação (UC) são espaços territoriais com recursos ambientais que possuem características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, com regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. As UCs, portanto, têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações e *habitats* ecossistêmicos, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais e renda para populações tradicionais que

necessitam desses recursos para desenvolver atividades econômicas em seu interior ou entorno, sendo que algumas categorias de Unidades de Conservação protegem também o patrimônio histórico-cultural, as práticas e o modo de vida das populações tradicionais, permitindo o uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2000; BRASIL, 2012).

De acordo com o artigo 7º do SNUC/2000, as unidades de conservação podem ser divididas em dois grupos: § 1º - o objetivo básico das *Unidades de Proteção Integral* é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei; § 2º - o objetivo básico das *Unidades de Uso Sustentável* é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Na escala estadual, em 2011 foi aprovada a Lei n.º 9.413 a qual institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), com todos os requisitos necessários para a governança, fiscalização e a implantação dessas unidades nesse estado; nesse mesmo ano, o Decreto n.º 27.791/11 criou o Fundo Estadual de Unidades de Conservação (FEUC), que se destina a gerenciar a aplicação da compensação ambiental e recursos oriundos das UCs estaduais para projetos, planos de manejo etc.

Ante essa proteção legal, no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro existem 18 unidades de conservação, sendo 8 federais e 6 estaduais (Quadro 6Quadro 7 e Mapa 7), 4 Reservas Particulares do Patrimônio Natural e 4 municipais (MARANHÃO, 2019b; ICMBIO, 2020). Excluindo-se as UCs municipais pela reduzida área e por localizarem-se na zona urbana, assim como apesar de as RPPNs serem diminutas em termos de representatividades (350,17 ha ou 0,001% do total desse bioma) e adicionando-a às áreas das estaduais e federais tem-se a soma que equivale a 2.933.729,48 hectares ou 16,22% do total da área do bioma em questão.

Ressalta-se que, a Resex Ilha do Caju não possui oficialmente material cartográfico poligonar, apenas *shapefile* de ponto disponibilizado pelo ICMBio (2020), mas para efeito do zoneamento e devido à relevância dessa unidade para o município de Araioses, fez-se um recorte indicando a RPPN no mapa síntese e no referente às unidades de conservação (Mapa 7). Contudo, essas UCs têm sofrido pressão que concorrem para sua gradativa redução e até questionamentos em meio a questões econômicas e fundiárias, com agravante de casos de desmatamento e queimadas (FERREIRA, 2008; CARVALHO NETA, 2015; FERREIRA; SANTOS, 2015).

Quadro 6 – Unidades de conservação federal no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão

Unidade	Área (ha)	Ato Legal	Grupo	UF	Município
PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES	156.608,15	DEC 86.060, de 02/06/1981	Proteção Integral	MA	Primeira Cruz, Santo Amaro do Maranhão, Barreirinhas.
RESERVA EXTRATIVISTA CHAPADA LIMPA	11.973,23	DEC S/N, de 26/09/2007	Uso Sustentável	MA	Chapadinha.
PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DAS MESAS	159.953,78	DEC DE 12/12/ 2005; DEC S/N de 31/01/2006	PI	MA	Estreito, Carolina, Riachão.
RESERVA EXTRATIVISTA DA MATA GRANDE	11.431,66	DEC 532, de 20/05/1992	US	MA	Davinópolis*
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SERRA DA TABATINGA	41.779,60	DEC 99.278 de 06/06/1990; DEC S/N de 16/07/2002	US	MA/PI	Alto Parnaíba**
PARQUE NACIONAL D AS NASCENTES DO RIO PARNAÍBA	749.774,17	DEC S/N, de 16/07/2002; LEI 13.090, de 12/01/2015	PI	MA/PI/BA	Alto Parnaíba (MA), São Félix do Tocantins, Lizarda e Mateiros (TO), Barreiras do Piauí, São Gonçalo do Gurguéia, Corrente e Gilbués (PI), Formosa do Rio Preto (BA)
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DELTA DO PARNAÍBA	309.593,77	DEC S/N de 28/08/1996	US	MA/PI/CE	Paulino Neves, Tutóia, Água Doce do Maranhão e Araioses (MA), Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia (PI), Barroquinha e Chaval (CE)
RESEX MARINHA DO DELTA DO PARNAÍBA	27.022,00	Dec. s/n.º, de 16/12/2000	US	MA/PI	Araioses (MA) e Ilha Grande (PI)

Fonte: ICMBIO (2020).

Nota: * O município Senador La Rocque faz parte do Bioma Amazônia.

** Consultar Decreto s/n de 16 de julho de 2002. Dessa UC ainda fazem parte os municípios Mateiros (TO), Formosa do Rio Preto (BA) e Barreiras do Piauí.

Quadro 7 – Unidades de conservação estadual no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão

Unidade	Grupo	Ato Criação	REF_AREA	Área (ha)	Municípios
APA dos Morros Garapenses	Uso Sustentável	Decreto n.º 25.087, de 31/12/ 2008		236.990,58	Afonso Cunha, Buriti, Coelho Neto, Duque Bacelar
APA da Nascente do Rio das Balsas	Uso Sustentável	Decreto n.º 14.968, de 20/03/1996		658.130,19	Alto Parnaíba, Balsas, Riachão, Tasso Fragoso
APA da Foz do Rio das Preguiças - Pequenos Lençóis - Região Lagunar Adjacente	Uso Sustentável	Decreto n.º 11.899, de 11/06/1991		280.151,94	Alto Parnaíba, Balsas, Riachão, Tasso Fragoso
APA de Upaon-Açu / Miritiba / Alto Preguiças*	Uso Sustentável	Decreto n.º 12.428, de 05/06/1992		1.570.760,69	Barreirinhas, Belágua, Primeira Cruz, Santa Quitéria do Maranhão, Santana do Maranhão, Santo Amaro do Maranhão, São Benedito do Rio Preto, Urbano Santos
Parque E de Mirador	Proteção Integral	Decreto n.º 7.641, de 04/06/1980	Lei Estadual n.º 8.958 de 08 de maio de 2009	507.830,58	Fernando Falcão, Formosa da Serra Negra, Loreto, Mirador, Sambaíba, São Domingos do Azeitão, São Felix de Balsas
APA da Baixada Maranhense**	Uso Sustentável	Decreto n.º 11.900, de 11/06/1991		1.897.974,49	Matões do Norte

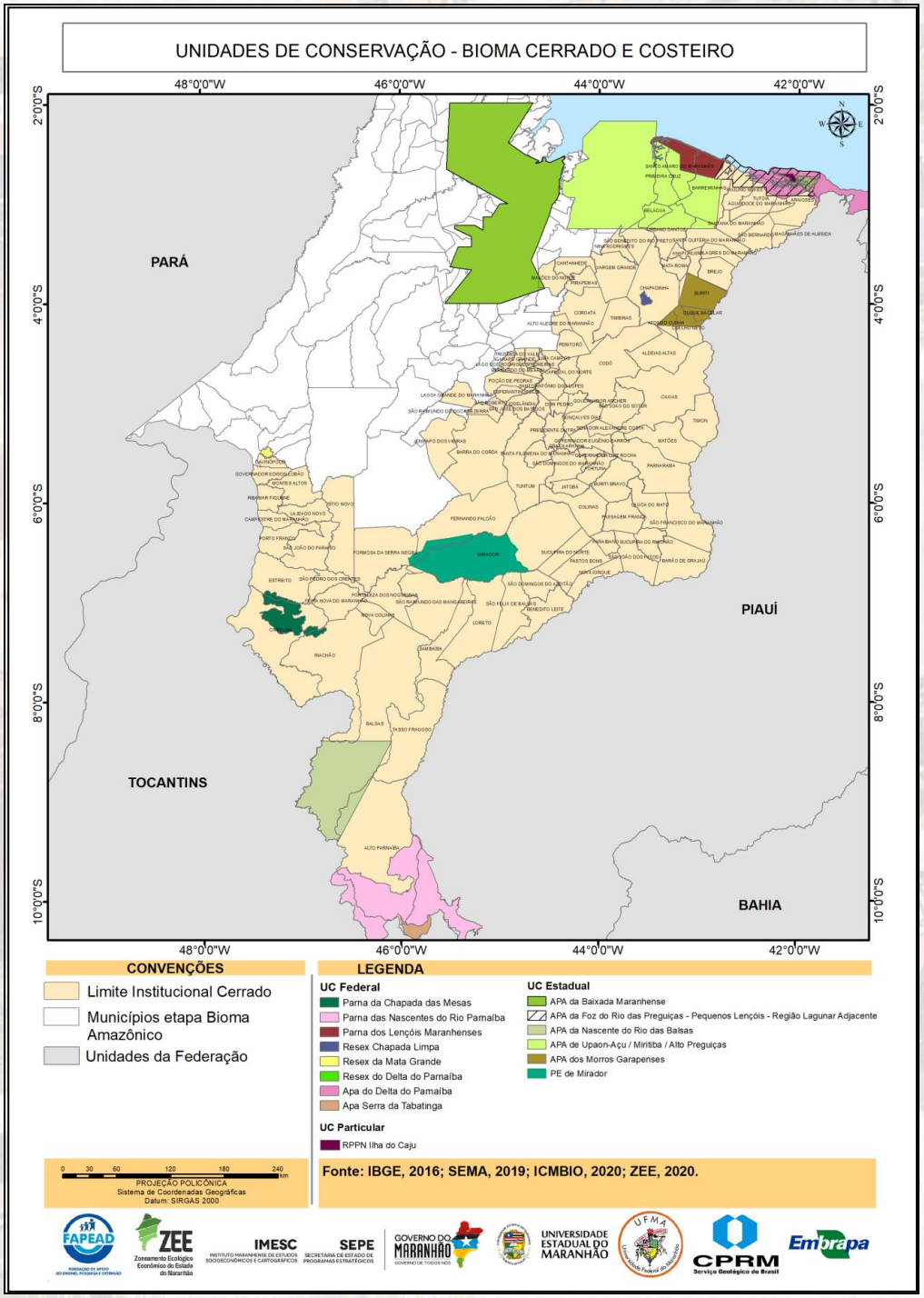
Fonte: SEMA (2019).

Notas: *Dessa APA ainda fazem parte os seguintes municípios que estão inseridos no Bioma Amazônia: Humberto de Campos, São José de Ribamar, Axixá, São Luís, Icatu, Rosário, Itapecuru Mirim, Cachoeira Grande, Presidente Juscelino, Bacabeira, Paço do Lumiar, Morros, Raposa e Santa Rita.

** Dessa APA ainda pertencem os municípios do Bioma Amazônia, a saber**:** Conceição do Lago-Açu, Porto Rico do Maranhão, Turilândia, Altamira do Maranhão, Olho d'Água das Cunhãs, Bacurituba, Cajapió, Cajari, Viana, Bacabal, Lago verde, Alcântara, Matinha, Presidente Sarney, Peri Mirim, São Luís, São Vicente Férrer, Pio XII, Santa Inês, Mirinzal, Pedro do Rosário, Pinheiro, Santa Helena, Monção, Turiaçu, Bela Vista do Maranhão, Guimarães, São Bento, Central do Maranhão, Bom jardim, Pindaré-Mirim, Vitória do Mearim, Palmeirândia, São João Batista, Bacabeira, Serrano do Maranhão, Penalva, Arari, Bequimão, São Mateus do Maranhão, Igarapé do Meio, Olinda Nova do Maranhão, Anajatuba, Santa Rita, Cedral e Satubinha.

Existem 4 Reservas Particulares do Patrimônio Natural inseridas no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro (Quadro 8); todavia, no material cartográfico disponível o ICMBio indica essas UCs apenas em pontos, o que não permite mais detalhes em função da escala adotada no ZEE (1:250.000) e por elas ocuparem 350,17 hectares ou 0,001% do total desse bioma. Devido à relevância para o município de Araioses, delimitou-se a RPPN Ilha do Caju e indicou-se no mapa síntese sua localização.

Mapa 7 – Unidades de conservação no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão



Quadro 8 - Reservas particulares do patrimônio natural no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão

RPPN	Município	Área (ha)
Ilha do Caju	Araioses	102,00
Prata	Barreirinhas	90,84
Fazenda Pantanal	Codó	40,76
Estiva	São Benedito do Rio Preto	116,57

Fonte: ICMBIO (2020)

Convém ressaltar que, até o momento as unidades de conservação municipais (Quadro 9) não possuem delimitação cartográfica disponível, mas devido à importância para as unidades subnacionais faz-se necessário sua indicação para fins de informação e compreensão das referidas para o Bioma Cerrado e Sistema Costeiro.

Quadro 9 – Unidades de conservação municipal no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão

Unidade de Conservação	Município
Parque Natural Municipal Riacho Estrela	Anapurus
APA do Parque Centenário de Balsas	Balsas
APA Trizidela de Uso Sustentável	Codó
APA Sucupira	Timon

Fonte: Registro da Pesquisa.

Em se tratando da espacialização da APA Serra da Tabatinga, constatou-se um conflito uma vez que o Decreto s/n, de 16 de julho de 2002, menciona que:

> Art. 2º - Fica transformada parte da Área de Proteção Ambiental Serra da Tabatinga, criada pelo Decreto n.º 99.278, de 6 de junho de 1990, para compor o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, nos Municípios de Formosa do Rio Preto, no Estado da Bahia, Alto Parnaíba, no Estado do Maranhão, Gilbués, São Gonçalo do Gurguéia, Barreiras do Piauí e Corrente, no Estado do Piauí, e Mateiros, São Felix e Lizarda, no Estado do Tocantins.

Convém destacar que, no material cartográfico disponibilizado pelo ICMBio em junho de 2020, a Serra da Tabatinga está espacializada de forma separada do Parna das Nascentes do Rio Parnaíba, o que não se coaduna com o decreto mencionado.

Entre as UCs indicadas nos Quadro 6Quadro 7Quadro 8 e Quadro **9**, através das etapas de campo procedeu-se visitas técnicas a fim de exemplificar por intermédio do levantamento de dados e informações sobre a situação atual de 3 federais (Parna da Chapada das Mesas, Resex Chapada Limpa e APA Delta do Parnaíba) e duas estaduais (APA dos Morros Garapenses, APA da Foz do Rio das Preguiças - Pequenos Lençóis - Região Lagunar Adjacente) e a Resex Marinha Delta do Parnaíba.

O Parque Nacional da Chapada das Mesas (PNCM), por exemplo, foi instituído em 2005, localiza-se a Sudoeste do Maranhão e abarca 159.953,78 hectares distribuídos nos municípios de Carolina, Estreito e Riachão. De acordo com Brasil (2019, p. 8), o PNCM:

> [...] está inserido no bioma Cerrado e apresenta beleza cênica relativa à topografia e à paisagem, típicas da região, além de cerca de 400 nascentes, da bacia do rio Tocantins (Morita, Machado & Dias, 2012). O Parque é importantíssimo para a manutenção da biodiversidade brasileira, pois está em ambiente de transição natural (ecótono) entre três biomas: o Cerrado, a Amazônia e a Caatinga, abrigando grande riqueza de espécies da flora e da fauna dos três biomas (Ferreira & Parola, 2018).

Em maio de 2019 foi apresentado o Plano de Manejo do PNCM, que foi aprovado pela Portaria n.º 882, de 20/08/2020, publicada no Diário Oficial da União de 21/08/2020. Mas fica evidente a

permanência de alguns entraves à significância de tal UC uma vez que em Brasil (2019, p. 10) é revelado que:

> O PNCM ainda possui moradores no seu interior, predominando agricultores familiares, que praticam cultivos de subsistência, extrativismo e criação de poucos bovinos (Ferreira & Parola, 2018). Há dois moradores, nas cachoeiras do Prata e São Romão, que as exploram informalmente na visitação. A regularização fundiária encontra-se em fase inicial e, para tanto, a equipe do Parque levantou, em 2009 e 2011, que seriam pouco mais de cem moradias dispersas na UC, indicando que 70% dos moradores se autodeclararam como proprietários; 19% como posseiros e 11% como empregados da propriedade (Morita & Dias, 2013). A área ocupada seria cerca de 30%, podendo-se concluir que o PNCM apresenta grandes vazios demográficos e áreas muito preservadas (Machado, 2011; Morita & Dias, 2013), e os principais núcleos de ocupação estão no entorno, com parte das áreas de uso das populações dentro do Parque (Morita, Machado & Dias, 2012).

De acordo com Rego (2020), a primeira propriedade indenizada tinha 1.800 hectares e os dois principais problemas são a gestão de conflitos e a regularização fundiária, apesar de “em geral não tem conflitos fundiários” (Figura 7). Para o Chefe do PNCM, a prioridade é a averiguação da procedência dos documentos dos supostos proprietários e a proteção das nascentes; estas têm o agravante de ficarem “fora do parna (lado de Estreito)” em que também se registra “desmatamento, criação de porco e construção de barragem” e por isso é primordial a “articulação com os municípios para efetivar o plano de manejo do parque” (REGO, 2020). O problema é que a chefia do PNCM se atém com uma “equipe pequena”.

Figura 7 – Visita técnica ao Chefe do Parque Nacional da Chapada das Mesas, sede de Carolina - MA. Coordenada geográfica: -07° 20' 00.88547"/ -47° 27' 41.34150"

Fonte: Registro da Pesquisa.

A Reserva Extrativista Chapada Limpa, foi instituída em 2007, ocupa 11.973,23 hectares inseridos no município de Chapadinha. Conforme Sousa (2020), atualmente nessa UC vivem aproximadamente 200 famílias que se dedicam à roça em que cultivam mandioca, arroz, milho, canteiros (cebola, tomate e cheiro-verde), além da criação de porco, galinha e gado bovino. Devido à ocorrência do babaçu, o povoado Chapada Limpa I dispõe de uma Usina de Beneficiamento de Amêndoa, em que após a coleta dessa palmácea é feito óleo e azeite de babaçu, em média de 100 litros ao dia. O bacuri é vendido para atravessadores porque a UC não tem uma cooperativa. A potencialidade da Resex, por isso, é "a Natureza" (SOUSA, J. V., 2020) – Figura 8.

Figura 8 – Vegetação típica (caatinga, capitão do mato, ipê e sambaíba) da Resex Chapada Limpa, em Chapadinha - MA. Coordenada geográfica: -03º 47' 53.55860"/ -43º 24' 24.42972"

Fonte: Registro da Pesquisa.

Apesar dessa potencialidade uma vez que "A terra é boa" (SOUSA, J. V., 2020), os moradores da Resex Chapada Limpa (Figura 9) se deparam com os seguintes problemas: desatualização do plano de manejo da UC; fiscalização pífia do ICMBio, o que é prejudicado porque o escritório fica em Parnaíba, no Piauí; energia elétrica é oscilante e cara, o que atrapalha iniciativas como a usina de beneficiamento de amêndoa e por essa razão, a população já discute a necessidade de usar placas de energia solar; a estrada carroçável que é considerada MA 026 é "ruim" em termos de condições de trafegabilidade, sobretudo nos 64km que articula as comunidades inseridas nessa UC à sede de Chapadinha e culminou na solicitação formal (Anexo B e C) de resolução dessa questão; pouca articulação política no sentido de amenizar e, principalmente, resolver os problemas que lhes aflige.

Figura 9 – Entrevista com representantes da Resex Chapada Limpa, Chapadinha - MA. Coordenada geográfica: -03° 56' 02.18872"/ -43° 33' 53.99694"

Fonte: Registro da Pesquisa.

A APA dos Morros Garapenses foi criada por intermédio do Decreto Estadual n.º 25.087/2008, com área de 236.990,501 hectares que abarcam terras dos municípios de Afonso Cunha, Buriti, Coelho Neto e Duque Bacelar. De acordo com Furtado (2020), a referida UC derivou dos questionamentos que envolviam a necessidade de “preservação dos morros”, a preocupação com “o corte nos morros na zona urbana” e o “desmatamento da mata ciliar”, o que remonta aos trabalhos da Associação Bacelerense de Proteção do Meio Ambiente (ABAM). Na atualidade, o desafio é exigir “o maior interesse por parte das autoridades”, tendo em vista que o Plano de Manejo de 2013 “não foi efetivado” (Figura 10).

Figura 10 – Entrevista com gestores municipais de Duque Bacelar - MA. Coordenada geográfica: -04° 09' 19.64396"/ -42° 56' 55.94017"

Fonte: Registro da Pesquisa.

A APA Delta do Parnaíba foi criada em 1996, ocupa uma área de 311.731,42 hectares (BRASIL, 2020) que abrangem parte do Ceará (Barroquinha e Chaval), Piauí (Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia) e Maranhão (Paulino Neves, Tutóia, Água Doce do Maranhão e Araioses). Nessa UC se destacam o cerrado e os ambientes costeiros e marinhos. Convém destacar que, "dois anos após a sua criação, em 1988, a APA passou a contar com um 'Plano de gestão e diagnóstico geoambiental e socioeconômico'. Todavia, este documento não chegou a propor um zoneamento e normas para a UC, apenas diretrizes gerais de gestão" (BRASIL, 2020, p. 11). Somente em 2017 houve iniciativas visando à revisão do plano de manejo, que foi apresentado em agosto de 2020. Ressalta-se que:

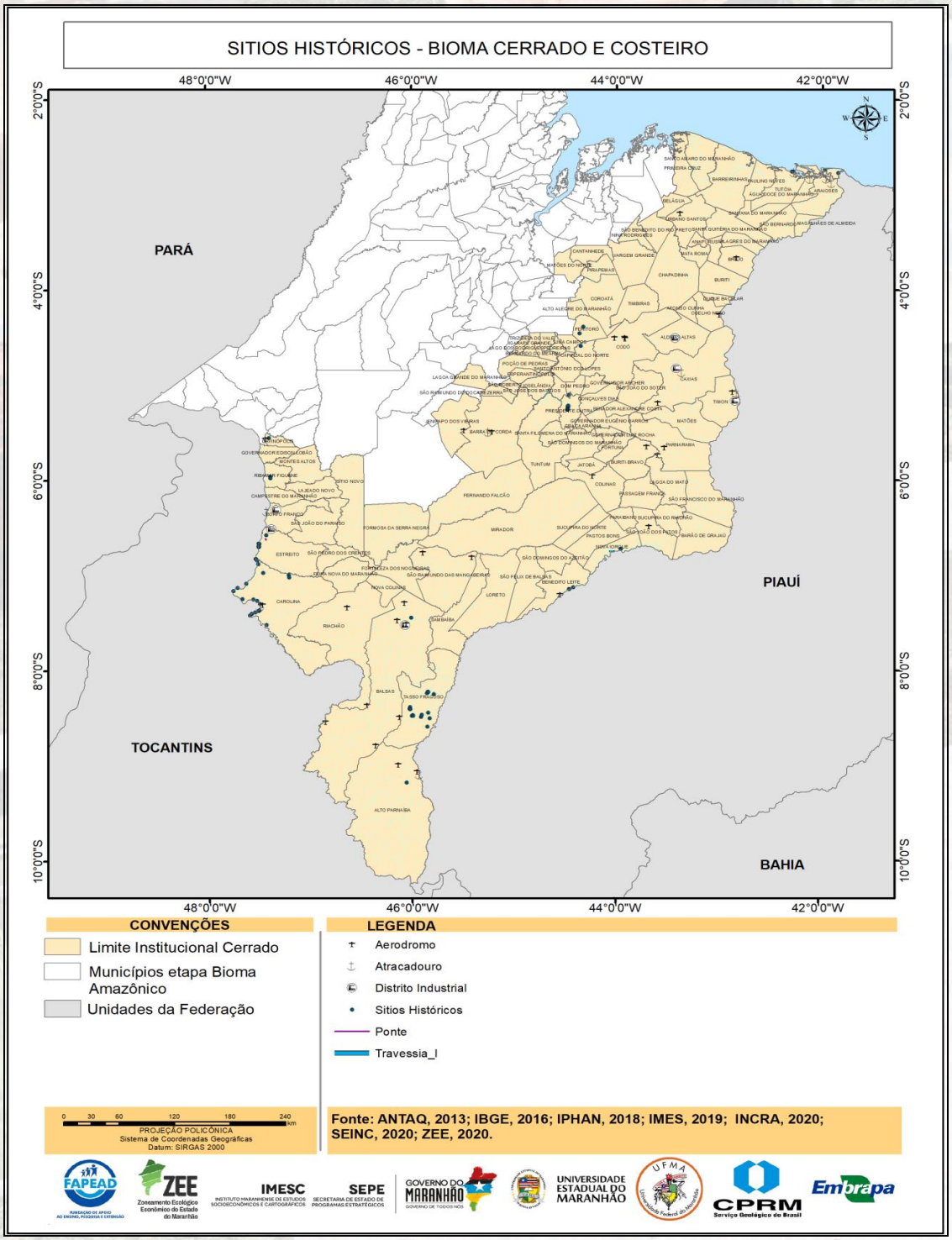
> Sobrepostas à APA Delta do Parnaíba encontram-se três outras UCs: APA da Foz do Rio Preguiças - Pequenos Lençóis, UC do estado do Maranhão que ocupa quase 40% de seu território; a Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Delta do Parnaíba, UC federal, ocupando cerca de 9% do seu território e a RPPN Ilha do Caju, equivalente a menos de 0,04% de sobreposição (BRASIL, 2020, p. 16).

3.3.2 A classe *outros* no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão

A classe *Outros* é importante para efeito de planejamento territorial porque abrange aqueles elementos que correspondem a 72,34% do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão, assim como complementam os usos institucionais identificados. Nesse caso, destacam-se:

Sítio histórico – locais em que se encontram vestígios positivos de ocupação humana (IPHAN, 2020); para o bioma em questão o material cartográfico disponível indica sítios com maior contração para a porção mais ao Sul (Mapa 8), com destaque para pinturas rupestres em Carolina, gravuras em Balsas e afloramentos em Riachão.

Mapa 8 – Sítios históricos, atracadouros, aeródromos e distritos industriais no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão



Aeródromo - de acordo com o Código Brasileiro de Aeronáutica, o aeródromo é toda área destinada a pouso, decolagem e movimentação de aeronaves (Lei Federal n.º 7.565, de 19 de dezembro de 1986), podendo ser de uso público ou particular. Para o Bioma Cerrado e Sistema Costeiro, existem aeródromos de pequeno porte de uso público e privado, a exemplo das cidades de Alto Parnaíba, Balsas, Brejo e Codó (Mapa 8).

Atracadouro – conforme a Portaria SPU n.°24, de 26/01/2011, atracadouro equivale à combinação de um ou mais píeres, dotados ou não de ramificações (*fingers*) fixas ou flutuantes, que pode apresentar terminais de serviços (pontos de luz, rede de combate a incêndio, água potável, telefone, esgotamento por sucção e outros). Para o bioma em tela, os atracadouros são utilizados em sua maioria por pescadores, por operadores de turismo e deslocamento de comunidades em pequenas embarcações (Mapa 8), entre os quais se sobressaem os de Carnaubeiras e de Barreiras, na sede de Araioses (Figura 11), além de Barreirinhas, Água Doce do Maranhão e Tutóia (Figura 12).

Figura 11 – Terminal hidroviário de Carnaubeiras e de Barreiras, em Araioses - MA

Fonte: Registro da Pesquisa.

Figura 12 – Terminal marítimo de Tutóia - MA

Fonte: Registro da Pesquisa.

Distrito Industrial - são áreas pré-determinadas pela administração pública de um município, como o melhor local para a instalação de indústrias (FIEP, 2020). "Os distritos industriais e parques empresariais estão localizados em regiões promissoras do Maranhão, onde a atividade econômica apresenta elevado potencial de crescimento" (MARANHÃO, 2020) – Figura 13. Para o Bioma Cerrado e Sistema Costeiro estão implantados os seguintes distritos industriais: Aldeias Altas, Balsas (Figura 13), Caxias, Porto Franco (Figura 14) e Timon; na fase de elaboração de projeto está o previsto para o município de Estreito.

Figura 13 – Vista parcial do distrito agroindustrial de Balsas - MA. Coordenada Geográfica: -07° 29' 36.21759"/ -46° 07' 56.33878"

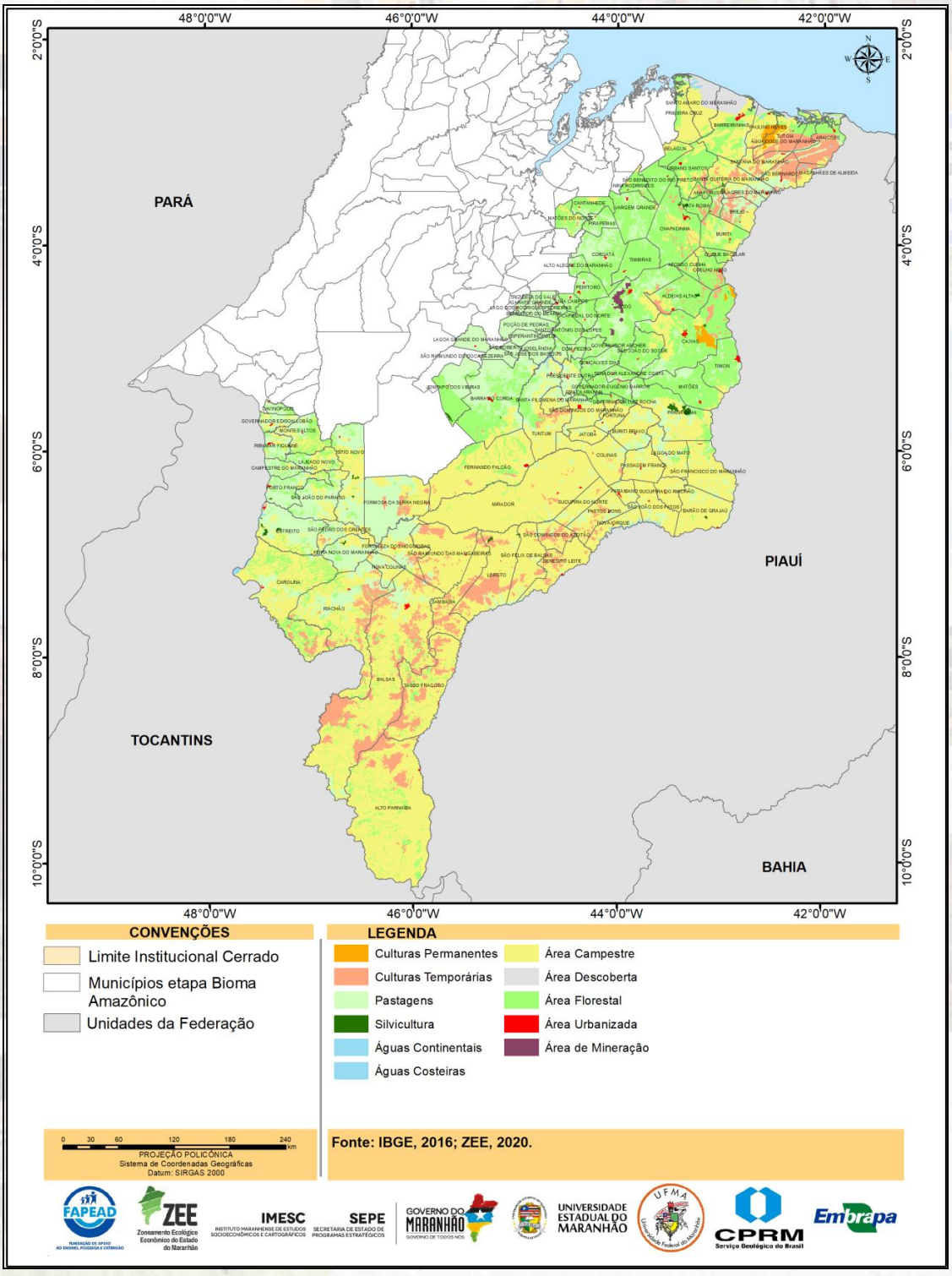
Fonte: Registro da Pesquisa.

Figura 14 – Vista aérea do distrito industrial de Porto Franco – MA. Coordenada Geográfica: -06° 27' 37.32527"/ -47° 24' 12.83599"

Fonte: Google Earth (2020).

Excluindo-se os usos institucionais (subitem 3.3.1), as áreas que seguem são baseadas na cobertura da terra conforme IBGE (2016) – Mapa 9 e fazem parte da classe *Outros*.

Mapa 9 – Uso e cobertura da terra do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro, de acordo com IBGE (2016)



Pastagem - áreas destinadas ao pastoreio do gado, cujo solo está coberto por vegetação de gramíneas ou leguminosas e a altura pode variar de alguns decímetros a alguns metros (IBGE, 2013), sendo que no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro corresponde a 21,24% da área total; essa representatividade da pastagem está vinculada ao incremento do rebanho da referida unidade da Federação, pois em

> [...] 1998, o rebanho bovino representava 41,3% do total do rebanho maranhense, passando para 62,4% em 2018, ou seja, um aumento de 21,2 pontos percentuais no período. Além disso, o rebanho bovino cresceu em média 3,5% ao ano, assinalando o maior crescimento médio entre os rebanhos, o que o manteve no posto de maior efetivo animal no Estado (MARANHÃO, 2020a, p. 13).

A necessidade de mais pastagem no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro do Maranhão também pode ser creditada à ascensão do rebanho caprino, tendo em vista que "cresceu 12,4% no Maranhão, com destaque para Fortaleza dos Nogueiras (região sul maranhense) com crescimento de 20,1% a.a., entre 1998 e 2018" (MARANHÃO, 2020a, p. 16) enquanto mais ao Leste, o destaque abrange os municípios de Vargem Grande, Barão de Grajaú, São Francisco do Maranhão, Chapadinha, São Bernardo, Caxias, Buriti, Santa Quitéria do Maranhão, Brejo e Pirapemas.

Área Florestal - consideram-se como florestais as formações arbóreas, incluindo-se as áreas de Floresta Densa, de Floresta Aberta e de Floresta Estacional (IBGE, 2013), as quais são mais expressivas no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro uma vez que correspondem a 18,35% da área total e concentram-se nas unidades de conservação e terras indígenas, o que revela sobreposição conforme o indicado na Tabela 3.

Área de Mineração – são áreas que possuem atividades de exploração, extração e beneficiamento de minérios, que representam apenas 0,12% da área total do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão em que se destaca a extração de gipsita (gesso) no município de Codó, assim como é recorrente a retirada de areia em toda a sua extensão.

Áreas descobertas - referem-se às áreas de praias, dunas e extensões de areia ou seixos no litoral ou no continente, incluindo leitos de canais de fluxo com regime torrencial; dunas com vegetação esparsa ou sem vegetação, desenvolvidas no interior do continente ou nas zonas de praias; áreas de extração abandonadas e sem cobertura vegetal; áreas cobertas por rocha nua exposta (IBGE, 2013). No Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão as áreas descobertas equivalem a 0,87% de sua área total. Convém ressaltar que, apesar dessa subclasse aparecer na Mapa 9, ela não foi considerada na Mapa 3 devido à sobreposição com outros usos, a exemplo da UC Parque dos Lençóis Maranhenses em função da extensão das dunas.

Corpos d'água continentais – incluem os corpos d'água naturais e artificiais que não são de origem marinha, tais como rios, canais, lagos e lagoas de água doce, represas, açudes e outros (IBGE,

2013), os quais representam 0,34% do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão.

Corpos d'água costeiros – equivalem aos corpos de água salgada e salobras que recobrem os locais junto à costa, englobando a faixa costeira de praias e as águas abrigadas, como estuários, baías, enseadas, lagunas, lagoas litorâneas e canais (IBGE, 2013), que implicam em 0,10% do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão.

Cultura temporária – corresponde à cultura de plantas de curta ou média duração, geralmente com ciclo vegetativo inferior a um ano, que após a produção deixa o terreno disponível para novo plantio (IBGE, 2013). No Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão, a cultura temporária ocupa 7,73% de sua área total em que se sobressaem as plantações de algodão herbáceo, arroz em casca, cana-de-açúcar, fava, feijão, soja e sorgo.

De acordo com a Tabela 4, a produção de soja no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro corresponde a 81,21% do total estadual, sendo que o município de Balsas apresenta a maior produção (23,32%), seguido por Tasso Fragoso (14,38%), Loreto (7,95%), Alto Parnaíba (7,37%), Sambaíba (5,92%) e Riachão (5,40%). A partir de 2000 o cultivo de soja foi ampliado no Leste do Maranhão (FERREIRA, 2008), mais precisamente nos municípios de Chapadinha, Anapurus, Brejo, Mata Roma, Buriti (Figura 15 eFigura 16), impondo novos usos, dinâmica e transformações socioculturais. Por isso, a soja responde por 50,78% do total da cultura temporária no citado bioma, sendo que em termos do valor da produção agrícola cultivada no Maranhão, em 1998 a soja estava na terceira posição, mas desde 2008 aparece na primeira posição (MARANHÃO, 2019c).

Tabela 4 – Quantidade produzida de soja e sorgo no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro em relação ao Maranhão

Unidade Territorial	Soja em grão (t)	% MA no Bioma	Sorgo em grão(t)	% MA no Bioma
Brasil	103.156.255		1.690.587	
Maranhão/ municípios no bioma Cerrado	1.939.221		31.646	
Alto Parnaíba	142.957	7,37	-	-
Anapurus	27.760	1,43	-	-
Balsas	452.273	23,32	1.350	0,42
Benedito Leite	6.483	0,33	-	-
Brejo	42.527	2,19	-	-
Buriti	26.466	1,36	-	-
Carolina	49.013	2,53	X	X
Chapadinha	9.590	0,49	-	-
Feira Nova do Maranhão	994	0,05	-	-
Loreto	154.190	7,95	20.571	65,00

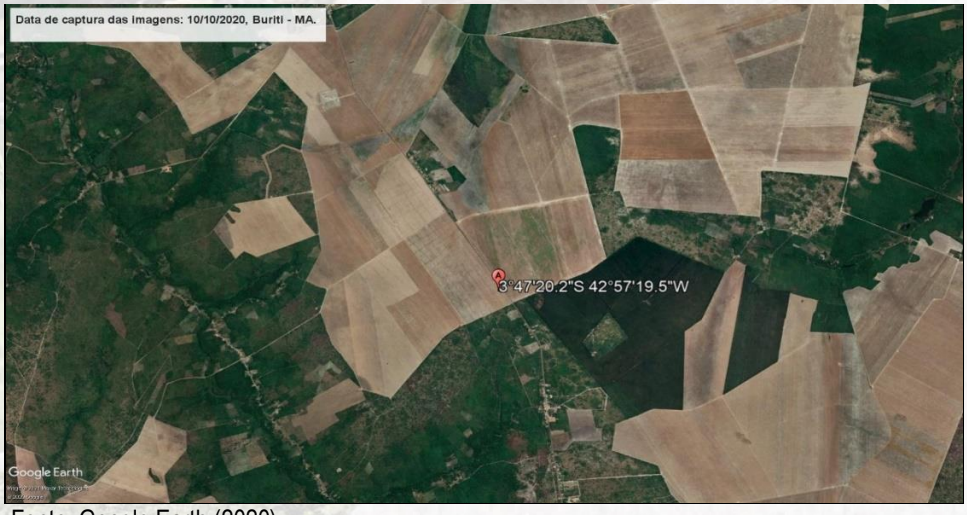
Unidade Territorial	Soja em grão (t)	% MA no Bioma	Sorgo em grão(t)	% MA no Bioma
Mirador	18.432	0,95	-	-
Parnarama	16.246	0,84	-	-
Pastos Bons	7.280	0,38	-	-
Riachão	104.795	5,40	1.577	4,98
Sambaíba	114.843	5,92	4.249	13,42
São Domingos do Azeitão	84.244	4,34	-	-
São Félix de Balsas	4.462	0,23	-	-
São Raimundo das Mangabeiras	32.844	1,69	2.760	8,72
Tasso Fragoso	279.014	14,39	-	-
Urbano Santos	480	0,02	-	-
Total Bioma	1.574.893	81,21	30.507	96,4

Fonte: IBGE (2017).

Figura 15 – Área de cultivo de soja no município de Buriti - MA

Fonte: Registro da Pesquisa.

Figura 16 – Vista aérea de preparo da terra para o cultivo de soja em Buriti – MA com indicação das coordenadas da Figura 15



Fonte: Google Earth (2020).

Quando se trata da produção do sorgo, o bioma em tela responde por 96,4% do total estadual, sendo que o município de Loreto apresenta o maior percentual (65%), seguido de Sambaíba (13,42%) e São Raimundo das Mangabeiras (8,72 %) – Tabela 4.

Na Tabela 5 é apresentada a produção de milho em grão para o Bioma Cerrado e Sistema Costeiro. Em relação à produção total estadual, com 33,28% o município de Balsas é o maior produtor dessa cultura, seguido por Tasso Fragoso (13,98%), Loreto (6,66%), Riachão (5,65%) e Sambaíba (4,23%).

É importante ressaltar a produção do milho forrageiro que, apesar de não apresentar números altos para o estado do Maranhão (75.384 toneladas) aparece no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro com uma produção expressiva de 20.235 toneladas em Porto Franco, o que representa 26,84% da produção total do Maranhão.

Tabela 5 – Quantidade produzida de milho em grão no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro em relação ao Maranhão

Unidade Territorial	Milho em grão (t)	% MA no Bioma
Brasil	88.099.622	
Maranhão/ município do bioma Cerrado	1.416.342	
Afonso Cunha	84	0,01
Água Doce do Maranhão	82	0,01
Aldeias Altas	366	0,03
Alto Alegre do Maranhão	61	0,00
Alto Parnaíba	36.382	2,57
Anapurus	1.284	0,09
Araioses	642	0,05
Balsas	471.336	33,28
Barão de Grajaú	433	0,03
Barra do Corda	2.350	0,17
Barreirinhas	126	0,01
Belágua	43	0,00
Benedito Leite	880	0,06
Bernardo do Mearim	139	0,01
Brejo	4.109	0,29
Buriti	2.723	0,19
Buriti Bravo	1.157	0,08
Campestre do Maranhão	5.145	0,36
Cantanhede	302	0,02
Capinzal do Norte	510	0,04
Carolina	55.306	3,90
Caxias	1.285	0,09

Unidade Territorial	Milho em grão (t)	% MA no Bioma
Chapadinha	869	0,06
Codó	1.702	0,12
Coelho Neto	259	0,02
Colinas	1.254	0,09
Coroatá	832	0,06
Davinópolis	1.255	0,09
Dom Pedro	283	0,02
Duque Bacelar	71	0,01
Esperantinópolis	1.225	0,09
Estreito	4.116	0,29
Feira Nova do Maranhão	1.510	0,11
Fernando Falcão	9.790	0,69
Formosa da Serra Negra	1.872	0,13
Fortaleza dos Nogueiras	20.134	1,42
Fortuna	1.929	0,14
Gonçalves Dias	827	0,06
Governador Archer	328	0,02
Governador Edison Lobão	307	0,02
Governador Eugênio Barros	4.428	0,31
Governador Luiz Rocha	8.008	0,57
Graça Aranha	319	0,02
Igarapé Grande	529	0,04
Jatobá	1.510	0,11
Jenipapo dos Vieiras	1.138	0,08
Lagoa do Mato	716	0,05
Lago dos Rodrigues	433	0,03
Lagoa Grande do Maranhão	753	0,05
Lajeado Novo	1.981	0,14
Lima Campos	221	0,02
Loreto	94.272	6,66
Magalhães de Almeida	402	0,03
Mata Roma	7.163	0,51
Matões	1.532	0,11
Matões do Norte	236	0,02
Milagres do Maranhão	285	0,02
Mirador	5.706	0,40
Montes Altos	2.148	0,15
Nina Rodrigues	72	0,01
Nova Colinas	4.281	0,30
Nova Iorque	478	0,03
Paraibano	2.408	0,17
Parnarama	2.785	0,20
Passagem Franca	2.755	0,19
Pastos Bons	11.222	0,79

Unidade Territorial	Milho em grão (t)	% MA no Bioma
Paulino Neves	56	0,00
Pedreiras	165	0,01
Peritoró	238	0,02
Pirapemas	186	0,01
Poção de Pedras	1.113	0,08
Porto Franco	1.382	0,10
Presidente Dutra	2.251	0,16
Primeira Cruz	30	0,00
Riachão	80.089	5,65
Ribamar Fiquene	303	0,02
Sambaíba	59.961	4,23
Santa Filomena do Maranhão	510	0,04
Santa Quitéria do Maranhão	2.546	0,18
Santana do Maranhão	134	0,01
Santo Amaro do Maranhão	13	0,00
Santo Antônio dos Lopes	909	0,06
São Benedito do Rio Preto	1.312	0,09
São Bernardo	5.463	0,39
São Domingos do Azeitão	16.658	1,18
São Domingos do Maranhão	3.606	0,25
São Félix de Balsas	528	0,04
São Francisco do Maranhão	360	0,03
São João do Paraíso	939	0,07
São João do Soter	477	0,03
São João dos Patos	3.248	0,23
São José dos Basílios	1.038	0,07
São Pedro dos Crentes	760	0,05
São Raimundo das Mangabeiras	34.756	2,45
São Raimundo do Doca Bezerra	934	0,07
São Roberto	1.383	0,10
Senador Alexandre Costa	1.660	0,12
Sítio Novo	4.812	0,34
Sucupira do Norte	7.317	0,52
Sucupira do Riachão	177	0,01
Tasso Fragoso	198.016	13,98
Timbiras	449	0,03
Timon	822	0,06
Trizidela do Vale	132	0,01
Tuntum	6.518	0,46
Tutóia	308	0,02
Urbano Santos	635	0,04
Vargem Grande	385	0,03
Total Bioma	1.231.668	86,96

Fonte: IBGE (2017).

Na Tabela 6 é apresentada a produção de arroz em casca para o Bioma Cerrado e Sistema Costeiro em relação ao Maranhão, a qual corresponde a 59,37% do total estadual, sendo que o município de Codó é o quarto maior produtor da cultura em nível estadual com 3,11%, perdendo para São Mateus do Maranhão (10,26%), Grajaú (7,92%) e Arari (4,24%) (localizados no Bioma Amazônia), e seguido por Buriti (2,27%), Chapadinha (2,24%), Riachão (1,8%), Coroatá (1,71%), Balsas (1,68%) e Caxias (1,67%).

Tabela 6 – Quantidade produzida de arroz em casca no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro em relação ao Maranhão

Unidade Territorial	Arroz em casca (t)	% MA no Bioma
Brasil	**11.056.719**	
Maranhão/ município do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro	**135.538**	
Afonso Cunha	242	0,18
Água Doce do Maranhão	-	-
Aldeias Altas	1.091	0,80
Alto Alegre do Maranhão	137	0,10
Alto Parnaíba	276	0,20
Anapurus	562	0,41
Araioses	29	0,02
Balsas	2.272	1,68
Barão de Grajaú	453	0,33
Barra do Corda	1.255	0,93
Barreirinhas	273	0,20
Belágua	53	0,04
Benedito Leite	323	0,24
Bernardo do Mearim	107	0,08
Brejo	1.003	0,74
Buriti	3.075	2,27
Buriti Bravo	731	0,54
Campestre do Maranhão	126	0,09
Cantanhede	992	0,73
Capinzal do Norte	317	0,23
Carolina	1.316	0,97
Caxias	2.260	1,67
Chapadinha	3.032	2,24
Codó	4.211	3,11
Coelho Neto	714	0,53
Colinas	824	0,61
Coroatá	2.324	1,71
Davinópolis	29	0,02
Dom Pedro	143	0,11
Duque Bacelar	200	0,15
Esperantinópolis	684	0,50
Estreito	746	0,55
Feira Nova do Maranhão	997	0,74
Fernando Falcão	520	0,38

Unidade Territorial	Arroz em casca (t)	% MA no Bioma
Formosa da Serra Negra	2.154	1,59
Fortaleza dos Nogueiras	1.249	0,92
Fortuna	249	0,18
Gonçalves Dias	754	0,56
Governador Archer	245	0,18
Governador Edison Lobão	25	0,02
Governador Eugênio Barros	635	0,47
Governador Luiz Rocha	126	0,09
Graça Aranha	158	0,12
Igarapé Grande	237	0,17
Jatobá	294	0,22
Jenipapo dos Vieiras	621	0,46
Lagoa do Mato	911	0,67
Lago dos Rodrigues	72	0,05
Lagoa Grande do Maranhão	431	0,32
Lajeado Novo	562	0,41
Lima Campos	478	0,35
Loreto	1.665	1,23
Magalhães de Almeida	11	0,01
Mata Roma	529	0,39
Matões	2.064	1,52
Matões do Norte	1.424	1,05
Milagres do Maranhão	458	0,34
Mirador	1.848	1,36
Montes Altos	318	0,23
Nina Rodrigues	215	0,16
Nova Colinas	586	0,43
Nova Iorque	119	0,09
Paraibano	1.124	0,83
Parnarama	1.857	1,37
Passagem Franca	879	0,65
Pastos Bons	573	0,42
Paulino Neves	6	0,00
Pedreiras	271	0,20
Peritoró	650	0,48
Pirapemas	744	0,55
Poção de Pedras	742	0,55
Porto Franco	382	0,28
Presidente Dutra	499	0,37
Primeira Cruz	X	X
Riachão	2.440	1,80
Ribamar Fiquene	137	0,10
Sambaíba	498	0,37
Santa Filomena do Maranhão	148	0,11
Santa Quitéria do Maranhão	192	0,14
Santana do Maranhão	-	-
Santo Amaro do Maranhão	2	0,00
Santo Antônio dos Lopes	727	0,54

Unidade Territorial	Arroz em casca (t)	% MA no Bioma
São Benedito do Rio Preto	347	0,26
São Bernardo	24	0,02
São Domingos do Azeitão	2.004	1,48
São Domingos do Maranhão	907	0,67
São Félix de Balsas	967	0,71
São Francisco do Maranhão	613	0,45
São João do Paraíso	864	0,64
São João do Soter	769	0,57
São João dos Patos	1.430	1,06
São José dos Basílios	561	0,41
São Pedro dos Crentes	338	0,25
São Raimundo das Mangabeiras	473	0,35
São Raimundo do Doca Bezerra	533	0,39
São Roberto	333	0,25
Senador Alexandre Costa	162	0,12
Sítio Novo	1.729	1,28
Sucupira do Norte	1.114	0,82
Sucupira do Riachão	179	0,13
Tasso Fragoso	229	0,17
Timbiras	1.261	0,93
Timon	1.775	1,31
Trizidela do Vale	179	0,13
Tuntum	662	0,49
Tutóia	X	X
Urbano Santos	359	0,26
Vargem Grande	1.032	0,76
Total Bioma	80.470	59,37

Fonte: IBGE (2017).

Na Tabela 7 é apresentada a produção de cana-de-açúcar, sendo que no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro equivale a 92,55% em relação ao total estadual, em que o município de São Raimundo das Mangabeiras é o maior produtor da cultura em nível estadual com 33,99% do total, seguido por Campestre do Maranhão (18,01%), Aldeias Altas (16,73%), Caxias (6,68%) e Tuntum (2,83%).

Tabela 7 – Quantidade produzida de cana-de-açúcar no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro em relação ao Maranhão

Unidade Territorial	Cana-de-Açúcar (t)	% MA no Bioma
Brasil	**638.689.875**	
Maranhão/ municípios do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro	**2.129.116**	
Aldeias Altas	356.135	16,73
Alto Parnaíba	12	0,00
Balsas	486	0,02
Barra do Corda	302	0,01
Brejo	867	0,04

Unidade Territorial	Cana-de-Açúcar (t)	% MA no Bioma
Buriti	154	0,01
Buriti Bravo	1.565	0,07
Campestre do Maranhão	383.445	18,01
Carolina	79	0,00
Caxias	142.244	6,68
Chapadinha	24	0,00
Codó	20	0,00
Coelho Neto	295.125	13,86
Estreito	44	0,00
Feira Nova do Maranhão	46	0,00
Fortaleza dos Nogueiras	47	0,00
Jenipapo dos Vieiras	9	0,00
Loreto	74	0,00
Mirador	332	0,02
Nina Rodrigues	0	0,00
Nova Colinas	14	0,00
Paraibano	619	0,03
Parnarama	1.891	0,09
Passagem Franca	524	0,02
Pastos Bons	8.182	0,38
Peritoró	2	0,00
Poção de Pedras	4	0,00
Porto Franco	4.061	0,19
Presidente Dutra	500	0,02
Riachão	13	0,00
Sambaíba	416	0,02
Santa Quitéria do Maranhão	181	0,01
Santo Antônio dos Lopes	4.164	0,20
São Bernardo	452	0,02
São Domingos do Azeitão	583	0,03
São Félix de Balsas	28	0,00
São João do Soter	6	0,00
São João dos Patos	1.100	0,05
São Raimundo das Mangabeiras	702.450	32,99
Sítio Novo	0	0,00
Sucupira do Norte	2.956	0,14
Sucupira do Riachão	833	0,04
Timbiras	0	0,00
Timon	315	0,01
Tuntum	60.184	2,83
Total Bioma	1.970.488	92,55

Fonte: IBGE (2017).

Cultura permanente – equivale à cultura de ciclo longo que permite colheitas sucessivas, sem necessidade de novo plantio a cada ano (IBGE, 2013). No Bioma Cerrado e Sistema Costeiro destacam-se as culturas de banana, castanha de caju, coco da baía e laranja; essa cultura ocupa 73.469,35 hectares que equivalem a apenas 0,38% da área total do bioma em tela.

Silvicultura - técnica ligada às condições biológicas que abrange ação imediata do florestal na mata, executando a implantação, composição, trato e cultivo de povoamentos florestais (IBGE, 2013).

Apesar do gradativo aumento da área de silvicultura na unidade da Federação em tela (MARANHÃO, 2020b), no Bioma em questão a área ocupada pela silvicultura é de 33.217,62 hectares que correspondem a 0,17% do total (Tabela 3), sendo que as plantações de eucalipto têm sido o principal produto utilizado por essa técnica de manejo.

Na Tabela 8 são apresentados os produtos oriundos da silvicultura no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro; quando se trata do carvão vegetal, esse bioma produz 43,87% em relação ao total estadual, de maneira que o município de Urbano Santos apresenta maior participação (19,77%), seguido por Buriti (8,66%) e Barra do Corda (7,36%).

Tabela 8 – Quantidade produzida na silvicultura no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro em relação ao Maranhão

Unidade Territorial	Carvão vegetal de eucalipto (t)	% Bioma	Lenha de eucalipto (m³)	% MA no Bioma	Madeira em tora de eucalipto para papel e celulose (m³)	% MA no Bioma
Brasil	5.949.241		43.816.460		65.261.149	
Maranhão/ município no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro	132.008		34.534		2.193.525	
Anapurus	2.305	-	-	-	-	-
Balsas	-	-	1.750	5,07	-	-
Barra do Corda	9.716	7,36	-	-	-	-
Buriti	11.437	8,66	-	-	-	-
Buriti Bravo	-	-	4.125	11,94	-	-
Caxias	-	-	-	-	58.090	2,65
Feira Nova do Maranhão	-	-	-	-	115.129	5,25
Loreto	-	-	1.200	3,47	-	-
Parnarama	-	-	-	-	125.630	5,73
Sambaíba	-	-	-	-	37.117	1,69
São Félix de Balsas	-	-	7.589	21,98	-	-
São Francisco do Maranhão	-	-	15.000	43,44	-	-
São João do Paraíso	416	0,32	-	-	-	-
São Raimundo das Mangabeiras	-	-	4.870	14,10	-	-
Sítio Novo	4.655	3,53	-	-	233.536	10,65
Tasso Fragoso	3.288	2,49	-	-	52.604	2,40
Urbano Santos	26.100	19,77	-	-	-	-
Total Bioma	57.917	43,87	34.534	100,00	622.106	28,36

Fonte: IBGE (2019).

A produção de lenha corresponde a 100% do total estadual, sendo que entre os municípios com maior participação em relação ao total destacam-se São Francisco do Maranhão (43,44%), São Félix de Balsas (21,98%) e Buriti Bravo (11,94%).

A extração de madeira em tora para o Bioma Cerrado e Sistema Costeiro equivale a 28,36% do total estadual, cujas maiores participações incluem os municípios de Sítio Novo (10,65%), Parnarama (5,73%) e Feira Nova do Maranhão (5,25%).

Áreas Urbanizadas - compreendem áreas de uso intensivo, estruturadas por edificações e sistema viário, em que predominam as superfícies artificiais não-agrícolas (IBGE, 2013), as quais no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro respondem por 55.057,33 hectares e equivalem a apenas 0,29% da área total, mas é onde se encontram cidades expressivas a exemplo de Balsas, Barra do Corda, Barreirinhas, Caxias, Codó, Chapadinha, Presidente Dutra e Tuntum que integra a Ride de Teresina (FERREIRA, 2017).

3.4 Conflitos no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão

Entende-se por conflito questões que envolvam

> grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004, p 26).

Para Subra (2008) e Cadoret (2012) a proposição para o entendimento dos conflitos remete à compreensão sobre como poderes e relações de força entre grupos de pressão, expressam diferentes interesses divergentes. Dessa forma, a análise de dinâmicas socioterritoriais demonstra o espaço geográfico como objeto de disputas e como consequência sofre diferentes impactos.

De acordo com Sodré e Mattos Júnior (2016) os conflitos podem apresentar diferentes questões a ele relacionadas; quando se trata do território a afirmação de determinados grupos pode assumir características direcionadas para conflitos de ordem social, política, econômica, entre outras. Os autores explicam que a terra é um dos principais objetos de disputa, mas não necessariamente a disputa é pelo território, mas quando categorizado como conflito agrário pode envolver questões trabalhistas, sindicais que remetem ao trabalho escravo.

Nesse contexto, para fins desse diagnóstico, ressaltam-se os conflitos por terra registrados no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro, os quais podem assumir diferentes conotações em relação à sua tipologia; para Sodré (2017), essas denominações podem ser divididas quanto à posse, uso e propriedade da terra, renda ou foro, criação de barragens e suas consequências, conflitos com

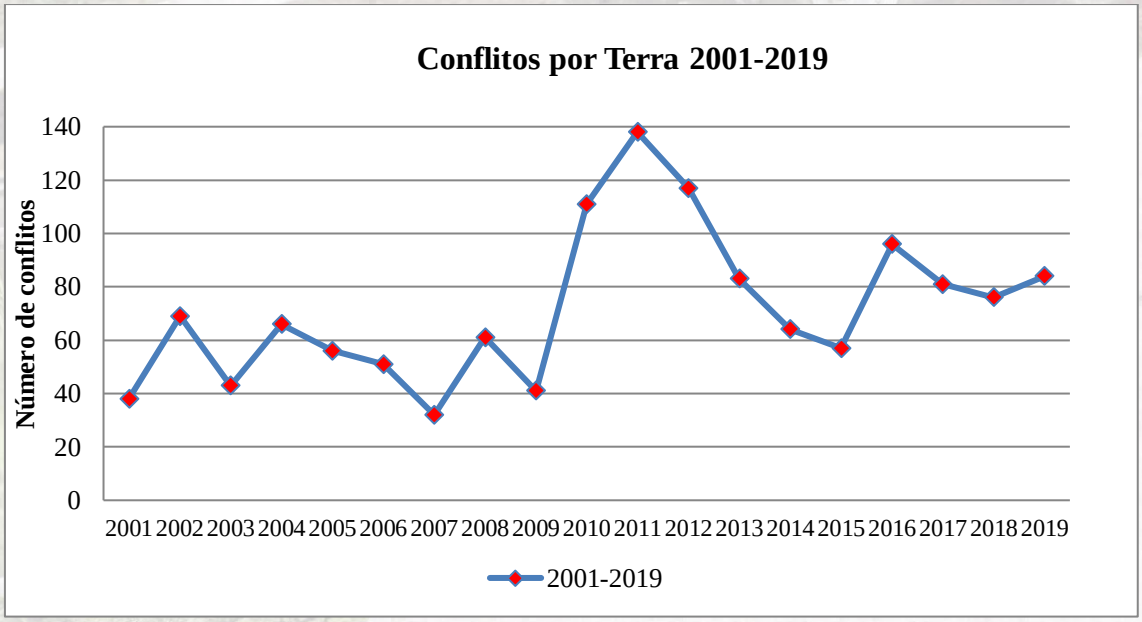
populações tradicionais e dívidas bancárias.

Sodré (2017) explica que outras causas podem ocasionar conflitos por terra, dentre as quais: construção de grandes obras públicas ou privadas, que provocam o deslocamento de populações residentes, degradação ambiental por meio de derrubadas e queimadas de árvores ou mesmo por desastres ecológicos; regulamentação de terras indígenas já ocupadas; conflitos em torno da definição do domínio, posse ou uso da terra; conflitos entre beneficiários de assentamentos e o governo.

O Bioma Cerrado e Sistema Costeiro do estado do Maranhão é palco dessas disputas por territórios, demonstrado por conflitos em diferentes áreas institucionais inseridas em seu perímetro e que as afetam sejam internamente, em seus limites ou que sofrem pressões externas em direção ao seu interior. Nesse sentido, essas áreas estão divididas em 412 projetos de assentamentos, sendo 313 com limites territoriais definidos em material cartográfico disponibilizado pelo Incra (2017), 14 Territórios Quilombolas, 18 Unidades de Conservação e 9 Terras Indígenas.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), que atualmente é uma das principais fontes de dados referentes a conflitos no Brasil, lança anualmente a publicação intitulada "Cadernos de Conflitos" a qual é basilar para o entendimento de questões referentes a essa temática. Quando se refere à série histórica que compreende o Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão, entre os anos de 2001 a 2019 (Gráfico **3**), registrou-se aumento a partir de 2010 com decréscimo em 2012 e média de 72 conflitos por ano. A série revela que o município de Codó tem apresentado o maior número de conflitos que se acentuaram a contar de 2010. Para 2019, o município de Formosa da Serra Negra apresentou o maior número de conflitos por terra nesse bioma, totalizando 15 registros pela CPT (2019).

Gráfico 3 – Conflitos por terra no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão (2001-2019)



Fonte: Cadernos CPT (2001-2019).

De acordo com a CPT (2019) o Maranhão se destaca entre os estados mais conflituosos no Brasil, pois apresentou 174 ocorrências de conflitos, dos quais 97 (55,74%) foram registrados no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro (Quadro 10 e Mapa 10) os quais envolveram 8.453 famílias (Quadro 11). Observam-se características especificas para essa conflitualidade, haja vista que envolveram quilombolas, assentados, populações indígenas e posseiras.

Quadro 10 – Conflitos por terra no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão, em 2019

Município	N.º de conflitos	Agentes de Conflito
Aldeias Altas	2	Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	1	Assentados
Anapurus	2	Posseiros
Araioses	3	Posseiros
	1	Confl. Água
Balsas	1	Assentados
	1	Trab. Escravo
	1	Posseiros
Barreirinhas	4	Posseiros
	1	Extrativistas
	1	Assentados
	1	Confl. Água
Belágua	1	Posseiros
Benedito Leite	1	Confl. Água
Brejo	3	Quilombolas
Buriti	1	Quilombolas
	2	Posseiros
	1	Pescadores
	1	Trab. Escravo
Chapadinha	1	Posseiros
	1	Quilombolas
Coroatá	3	Quilombolas
Fernando Falcão	1	Posseiros
	1	Indígenas
Formosa da Serra Negra	14	Posseiros
	1	Indígenas
Fortaleza dos Nogueiras	2	Trab. Escravo
Governador Edison Lobão	1	Trab. Escravo
Jenipapo dos Vieiras	4	Indígenas
Lajeado Novo	1	Indígenas
Loreto	1	Posseiros
Matões	1	Quilombolas
Matões do Norte	2	Quilombolas

Município	N.º de conflitos	Agentes de Conflito
Mirador	1	Posseiros
Montes Altos	1	Indígenas
Nova Iorque	1	Confl. Água
Parnarama	3	Quilombolas
Paulino Neves	1	Quilombolas
	1	Confl. Água
Pirapemas	3	Quilombolas
Primeira Cruz	1	Extrativistas
Ribamar Fiquene	1	Trab. Escravo
Santa Quitéria do Maranhão	1	Quilombolas
	3	Posseiros
Santo Amaro do Maranhão	1	Extrativistas
São Benedito do Rio Preto	2	Posseiros
São Domingos do Azeitão	1	Posseiros
São Félix de Balsas	1	Posseiros
São Raimundo das Mangabeiras	1	Posseiros
Sítio Novo	1	Indígenas
Sucupira do Norte	1	Posseiros
Timbiras	3	Posseiros
Tutóia	1	Confl. Água
Urbano Santos	4	Posseiros
	1	Quilombolas
Total	**97**	

Fonte: CPT (2019).

Quadro 11 – Conflitos por terra no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão, por data, famílias e agentes, em 2019

Município	Conflito	Data	Famílias	Agentes de Conflito
Aldeias Altas	Povoado Gostoso, Barro I e II, Pati, Bom Sucesso/TG Agroindústria	12/25/2019	23	Posseiros
Aldeias Altas	Povoado Gostoso, Barro I e II, Pati, Bom Sucesso/TG Agroindústria	20/12/2019	...	Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Comunidade Arame	6/25/2019	16	Assentados
Anapurus	Comunidade Formiga	26/02/2019	12	Posseiros
Anapurus	Buritizinho	8/7/2019	...	Posseiros
Araioses	Pau Ferrado	8/7/2019	74	Posseiros
Araioses	Baixão da Subida	8/7/2019	...	Posseiros
Araioses	Baixão das Vassouras	8/7/2019	...	Posseiros
Balsas	P. A. Gado Bravinho	8/31/2019	21	Assentados
Balsas	Baixa Funda	12/18/2019	34	Posseiros
Barra do Corda, Fernando Falcão, Formosa da Serra Negra, Grajaú*	T. I. Porquinhos	5/7/2019	169	Indígenas
Grajaú, Jenipapo dos Vieiras, Barra do Corda	T. I. Cana Brava/Aldeias Coquinho/Coquinho II/Ilha de São	10/3/2019	...	Indígenas

Município	Conflito	Data	Famílias	Agentes de Conflito
	Pedro/Silvino/Mussun/Nova Vitoriano			
Grajaú, Jenipapo dos Vieiras, Barra do Corda	T. I. Cana Brava/Aldeias Coquinho/Coquinho II/Ilha de São Pedro/Silvino/Mussun/Nova Vitoriano	12/7/2019	1127	Indígenas
Grajaú	T. I. Bacurizinho/Aldeias KamihawGuajajara/Nazaré/Pedra/Planalto	10/3/2019	915	Indígenas
Barreirinhas	Andreza	8/7/2019	...	Posseiros
Barreirinhas	Rio Grande dos Lopes	8/7/2019	...	Posseiros
Barreirinhas	Passagem do Gado	8/7/2019	...	Posseiros
Barreirinhas	Jurubeba	8/7/2019	...	Posseiros
Santo Amaro do Maranhão, Barreirinhas, Primeira Cruz	Comunidades Tradicionais do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	2/26/2019	1375	Extrativistas
Barreirinhas	Assentamento Mamede II	8/7/2019	60	Assentados
Belágua, Urbano Santos	Estiva do Cangati	8/7/2019	30	Posseiros
Brejo	Quilombo Alto Bonito	5/22/2019	...	Quilombolas
Brejo	Quilombo Alto Bonito	10/25/2019	46	Quilombolas
Buriti, Brejo	Com. Quilombola Saco das Almas/Vila das Almas	4/17/2019	1859	Quilombolas
Buriti	Areias	8/7/2019	...	Posseiros
Buriti	Comunidade Brejão	9/25/2019	30	Pescadores
Buriti	Povoado Carrancas	8/7/2019	12	Posseiros
Chapadinha	Com. Quilombola Barro Vermelho	8/7/2019	26	Quilombolas
Chapadinha	Pov. Sangue/Chapada do Sangue	8/7/2019	36	Posseiros
Sucupira do Norte, São Domingos do Azeitão, Formosa da Serra Negra, São Raimundo das Mangabeiras, Fernando Falcão, Mirador, Loreto, São Félix de Balsas	Parque Estadual do Mirador	6/25/2019	260	Posseiros
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada do Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	7/5/2019	...	Posseiros
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada do Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	12/7/2019	12	Posseiros
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada do Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	11/1/2019	...	Posseiros
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada do Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	10/28/2019	...	Posseiros
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada do Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	10/24/2019	...	Posseiros
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada do Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	7/15/2019	...	Posseiros
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada do Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	3/29/2019	...	Posseiros
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada do Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	5/3/2019	...	Posseiros
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada do Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	5/20/2019	...	Posseiros

Município	Conflito	Data	Famílias	Agentes de Conflito
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada do Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	10/22/2019	...	Posseiros
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada do Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	9/22/2019	...	Posseiros
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada do Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	4/4/2019	...	Posseiros
Formosa da Serra Negra	Pov. Bem Feito/Faz. Chapada do Bacuri/Gl. São José/Data Alegre	6/29/2019	...	Posseiros
Matões	Com. Tanque de Rodagem/São João/Faz. Castiça	4/2/2019	100	Quilombolas
Matões do Norte	Com. Quilombola Lago do Coco	9/24/2019	30	Quilombolas
Matões do Norte	Com. Quilombola Lago do Coco	7/9/2019	...	Quilombolas
Milagres do Maranhão	Borrachudo	8/7/2019	...	Posseiros
Miranda do Norte	T. Q. Joaquim Maria	10/28/2019	14	Quilombolas
Itapecuru Mirim*, Miranda do Norte, São Luís*	T. Q. Sta. Rosa dos Pretos/Barreira Funda/Alto São João e Outros/Duplicação BR-135	10/23/2019	800	Quilombolas
Amarante do Maranhão*, Montes Altos, Sítio Novo, Lajeado Novo	T. I. Krikati	6/12/2019	254	Indígenas
Paulino Neves	Comunidade Água Riquinha	8/28/2019	...	Posseiros
Parnarama	Com. Quilombola Cocalinho	4/2/2019	152	Quilombolas
Parnarama, São Luís	Pov. Guerreiro/Faz. Cana Brava	7/30/2019	...	Quilombolas
Parnarama, São Luís	Pov. Guerreiro/Faz. Cana Brava	8/4/2019	80	Quilombolas
Santa Quitéria do Maranhão	Vertentes	8/7/2019	80	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão, Santa Inês*	Com. Quilombola Barra da Onça	8/7/2019	260	Quilombolas
Santa Quitéria do Maranhão	Com. Baixão da Coceira	8/7/2019	70	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Cabeceira da Tabatinga	8/7/2019	35	Posseiros
São Benedito do Rio Preto	Santo Antônio	6/12/2019	53	Posseiros
São Benedito do Rio Preto	Faz. Guarimã/Data Cumbre	8/7/2019	12	Posseiros
Timbiras	Faz. São Raimundo/Pov. Santa Maria/Jaqueira/Cavalo Morto/São Carlos/São Lourenço/Poço do Boi	8/13/2019	...	Posseiros
Timbiras	Faz. São Raimundo/Pov. Santa Maria/Jaqueira/Cavalo Morto/São Carlos/São Lourenço/Poço do Boi	3/30/2019	...	Posseiros
Timbiras	Faz. São Raimundo/Pov. Santa Maria/Jaqueira/Cavalo Morto/São Carlos/São Lourenço/Poço do Boi	8/15/2019	...	Posseiros
Timbiras	Faz. São Raimundo/Pov. Santa Maria/Jaqueira/Cavalo Morto/São Carlos/São Lourenço/Poço do Boi	8/19/2019	200	Posseiros
Urbano Santos	Comunidade São Raimundo	8/7/2019	36	Posseiros
Urbano Santos	Capãozinho	8/7/2019	...	Posseiros
Vargem Grande, São Bernardo, Cantanhede,	Com. Quilombola de Santa Maria	2/26/2019	80	Quilombolas

Município	Conflito	Data	Famílias	Agentes de Conflito
Itapecuru Mirim, Urbano Santos				
Urbano Santos	Com. Santa Rosa/Bacabal	8/7/2019	60	Posseiros

Fonte: CPT (2019).
Nota: * Município não pertence ao Bioma Cerrado e Sistema Costeiro.

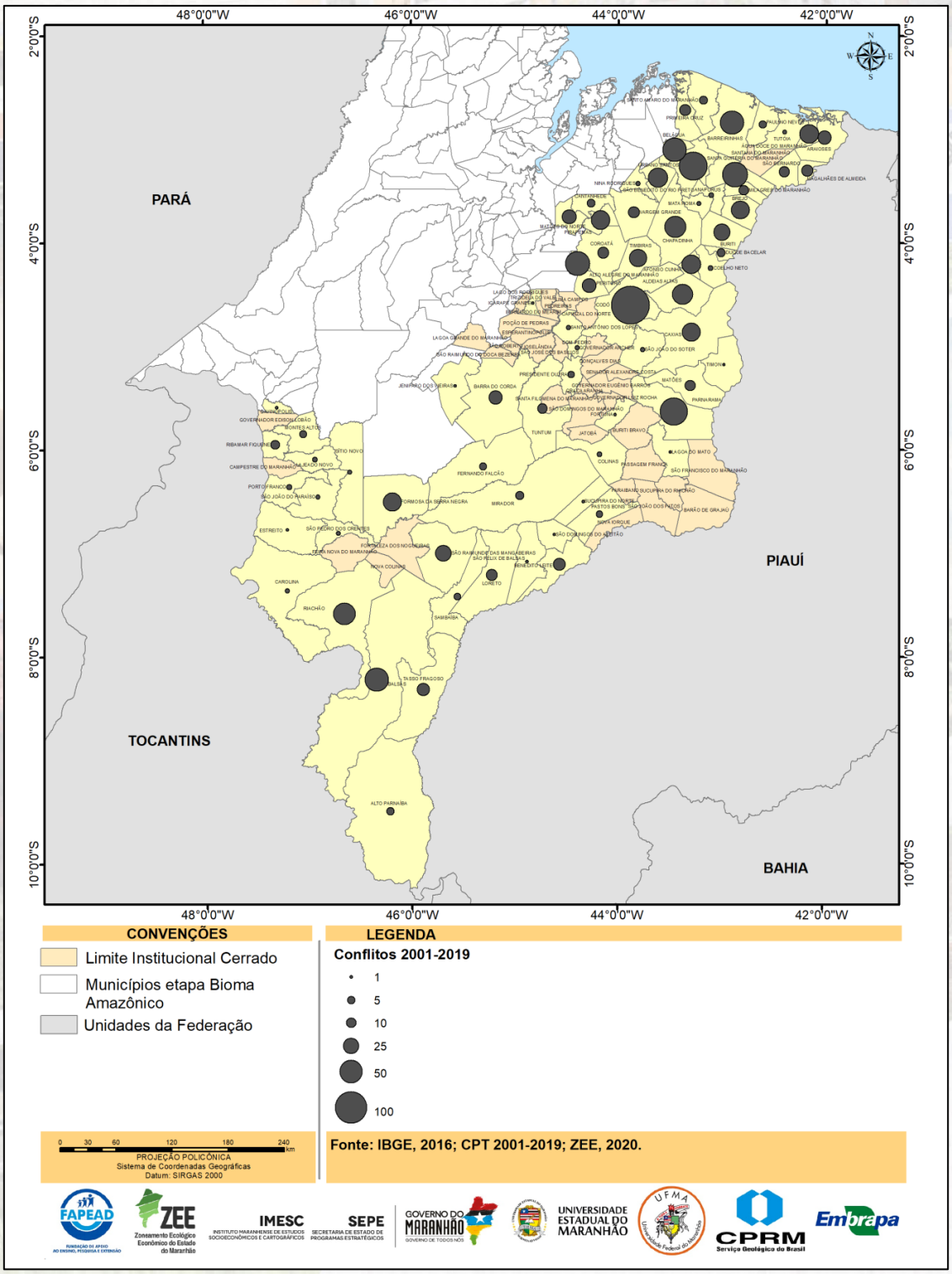
Como apresentado nos Quadro 10 e Quadro 11, diferentes conflitos por terra foram registrados nos municípios inseridos no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro, dentre as categorias indicadas estão:

Assentados - agentes que ocupam projetos de assentamento para a utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais, com implantação de sistemas de produção sustentável, tendo como base a demanda social da terra e da produção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares, com áreas definidas de acordo com a legislação vigente (BRASIL, 2004).

Quilombolas - agentes que de acordo com o Decreto n.º 4.887/2003 são considerados remanescentes das comunidades dos quilombos, de grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

Posseiros - agentes que ocupam terras sem documentação legal. O termo pode estar ligado ao usucapião entendido como um modo de aquisição da propriedade pela posse prolongada (Código Civil – Lei n.º 10.406, de 10 e Janeiro de 2002, Art.1238), podendo estar relacionado à invasão ilegal de terras.

Mapa 10 – Conflitos por terra no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão, 2001-2019



Comunidades Tradicionais - agentes culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2017); nesse sentido são indicados os pescadores e extrativistas.

Em se tratando de município, Formosa da Serra Negra apresentou o maior número de conflitos em 2019, ou seja, 14 registros indicados em sua maioria no Povoado Bem Feito/Fazenda Chapada do Bacuri/ Gleba São José/ Data Alegre. Referida municipalidade apresenta, juntamente com Barra do Corda, Fernando Falcão e Grajaú, um conflito envolvendo a TI Porquinhos do povo Kanela Apãnjekra, que se encontra com processos abertos para revisão da área demarcada. Rodrigues; Terra (2018) e Oliveira (2015) revelam que a TI Kanela e a TI Porquinhos passam por problemas relacionados a invasões para extração de madeira, caça e implantação de roças.

De acordo com Oliveira (2015), em 2004 o Governo Federal, através da FUNAI, iniciou levantamentos para revisão demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos. O objetivo dessa revisão territorial é a ampliação física dessas TIs devido ao crescimento demográfico dessas populações, limitação ambiental e impactos causados pelo agronegócio. Destaca-se que esse processo de reestudo tem causado fortes impactos decorrentes de processos predatórios derivados da morosidade da definição territorial dessas TIs.

A expansão do agronegócio já influencia diretamente os modos de vida dos territórios demarcados dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, uma vez que o avanço dessas práticas substituiu vizinhos sertanejos por produtores de soja, diminuindo a cobertura vegetal e causando problemas ambientais, a exemplo do uso de fertilizantes e agrotóxicos que podem atingir o solo e recursos hídricos, sendo o Rio Corda o mais importante para a região (OLIVEIRA, 2015).

As ocorrências de situações de conflitos por terra nos municípios inseridos no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro podem ser explicadas, em grande medida, pela expansão do agronegócio sobre esse bioma, sobretudo, no Sul a partir da década de 1970, e no Leste a contar de 2000, o que impôs novos usos e desencadeou mudanças econômicas, sociais e ambientais (FERREIRA, 2008). E, mais recentemente, através da delimitação da fronteira agrícola do MATOPIBA ensejou o crescimento da produção de soja e eucalipto, concorrendo diretamente para pressões junto às comunidades tradicionais secularmente estabelecidas, o que explica a quantidade de conflitos envolvendo posseiros nesse bioma.

Rodrigues e Terra (2018) destacam que os Projetos de Assentamento (PA) São José e Gado Bravinho, localizados no município de Balsas, registram conflitos entre grandes produtores de lavouras mecanizadas com pequenos produtores que cultivam diferentes culturas e de modo tradicional. Ainda na porção Sul desse bioma, destacam-se os municípios de Alto Parnaíba, Tasso Fragoso e Loreto, em que

foram registrados problemas causados por atividades ligadas às monoculturas, envolvendo agricultores familiares e gerando impactos ambientais devido à mecanização no campo, invasão em unidades de conservação e uso inadequado de recursos hídricos. Para Lemos (2009) essas áreas são alvos de incentivos tecnológicos para produção de grãos, cujas técnicas somam pressões sobre o solo, a exemplo da supressão da cobertura vegetal e a contaminação do solo.

Convém ressaltar que, ao Leste do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro, mais precisamente próximo ao município de Urbano Santos, estão ocorrendo transformações econômicas decorrentes do agronegócio centrado na produção de soja e florestas plantadas de eucalipto, o que concorreu para aumento da especulação imobiliária e problemas relacionados à grilagem de terras, expulsão de pequenos produtores, agricultores familiares e comunidades quilombolas (MAPA DE CONFLITOS, 2020).

De acordo com Almeida (2017) a entrada de empresas do ramo da silvicultura no Leste do Maranhão causou más condições de trabalho e a imposição de novas culturas, sendo que no Povoado Santana, em Urbano Santos, constatou-se produções estranhas às realizadas historicamente pelos camponeses. No município de Brejo, o Quilombo de Alto Bonito tem sofrido problemas referentes à insegurança alimentar devido ao acesso dificultado por grileiros às áreas de terras férteis pertencentes a esse quilombo.

Além das situações de conflitos supracitadas, sobressaem-se aquelas advindas do descobrimento de gás natural no município de Santo Antônio dos Lopes, em que são relatados conflitos de ordem jurídica em relação à expropriação de famílias quilombolas das comunidades da Demanda e Morada Nova. De acordo com Bruzaca e Feitosa (2018) houve o reassentamento dessas famílias, mas nem todas foram atendidas; some-se a isso os impactos causados pela extração de gás que prejudicam a qualidade de vida dessas populações e dos prejuízos causados às áreas ocupadas por empreendimentos que outrora eram de uso coletivo dessas comunidades. Nesse sentido, relata-se a alteração no regime de uso do território, contaminação e intoxicação por substâncias nocivas, irregularidades em demarcação de territórios tradicionais, poluição e contaminação de solo.

Em se tratando de unidades de conservação, destacam-se os seguintes conflitos:

APA do Delta do Parnaíba - inclui os municípios de Água Doce do Maranhão, Araioses, Tutóia e Paulino Neves. Os conflitos de uso vinculam-se à implantação de projetos de grande porte turístico e ao Parque Eólico da ÔmegaEnergia, especulação imobiliária e usos para visitação sem critérios definidos para preservação ambiental.

O Plano de Manejo dessa unidade indica os seguintes conflitos referentes ao uso de recursos hídricos: uso de agrotóxico nos rios que deságuam nos estuários; lançamento de efluentes não tratados nos rios; sobrepesca e uso de apetrechos proibidos e predatórios (bomba, veneno, batedeira); pesca no

período do defeso; lançamento de efluentes da carcinicultura em rios e lagoas; intervenção predatória e captação de água das lagoas (BRASIL, 2020).

Quando se trata de sobreposição de uso encontram-se três outras UCs: APA da Foz do Rio Preguiças - Pequenos Lençóis Adjacentes que ocupa quase 40% da APA do Delta do Parnaíba; a RESEX Delta do Parnaíba, que é responsável por 9% da referida unidade de conservação e a RPPN Ilha do Caju, que equivale a menos de 0,04% da APA em questão (BRASIL, 2020). Essas sobreposições, portanto, devem ser objeto de parceria visando à resolução desse problema que concorre para perda de significância de cada uma das citadas UCs.

Resex Marinha do Delta do Parnaíba **–** pertence ao município de Água Doce do Maranhão, cujos conflitos incluem a pesca artesanal e o uso por operadores de turismo (CARVALHO, 2018). A Resex se sobrepõe com às APAs do Delta do Parnaíba e da Foz do Rio Preguiças-Pequenos Lençóis Adjacentes, apesar de ter como principal finalidade a exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista da área.

Parna das Nascentes do Rio Parnaíba **-** inclui os municípios de Alto Parnaíba (MA), Formosa do Rio Preto (BA), Gilbués, São Gonçalo do Gurguéia, Barreiras do Piauí e Corrente (PI), além de Mateiros, São Felix e Lizarda (TO). Os conflitos abrangem: o desmatamento em função do agronegócio; as comunidades quilombolas de Macacos, Brejinho e Curupá, situadas em Alto Parnaíba (MA), e o Povoado do Prata, em São Félix do Tocantins – TO, habitam a área há mais de 200 anos e buscam reconhecimento dos territórios, mas o ICMBio tem dificuldades de reconhecer os territórios quilombolas e seus modos de vida tradicionais (OLIVEIRA, 2018).

Parna dos Lençóis Maranhenses **-** inclui os municípios de Barreirinhas, Primeira Cruz e Santo Amaro do Maranhão; enquanto conflito ressalta-se a ameaça de projeto de lei que visa ampliar empreendimentos turísticos e retirada de povoados com mais de 2000 pessoas, possibilidade de privatização da gestão da UC, avanço da especulação imobiliárias, pesca de arrasto no litoral, tráfego irregular de veículos particulares sob as dunas (IBAMA, 2003; CASTRO, 2012; ROCHA; *et al.*, 2016; TERRA, 2017; ICMBIO, 2018).

Parna da Chapada das Mesas **-** inclui os municípios de Carolina, Estreito e Riachão nos quais evidenciam os conflitos que seguem: desmatamento e queimadas como técnica rudimentar de manejo do solo; falta de controle nas visitas às áreas de cachoeira; comunidades tradicionais reclamam que não foram consultadas durante o processo de criação da UC; pressão externa de empreendimentos turísticos na área de influência desse Parna (MUNIZ, 2018; BRASIL, 2019; SILVA; *et al.*, 2020).

Resex Chapada Limpa **-** localizada no município de Chapadinha. Os principais conflitos de uso identificados incluem o desmatamento em função do agronegócio, cobrança abusiva do aluguel da terra para implantação dos roçados das famílias do povoado Chapada Limpa I, derrubada de áreas de

chapada com o uso de *correntões* a fim de viabilizar o plantio de soja (MENDES; SOUZA FILHO, 2017). Com a criação dessa unidade houve diminuição das tensões entre os fazendeiros e os extrativistas. Isso porque:

> Com a criação da UC, os moradores que outrora estavam atrelados aos proprietários, passaram a ficar sujeitos aos regulamentos estabelecidos pelo ICMBio. Assim, foram introduzidas novas regras que regulam o uso dos recursos, limitando a autonomia das famílias das localidades sobre seus territórios. A transformação dessa área de tensão em unidade de conservação, acabou introduzindo essa contradição: liberdade em relação aos pretensos proprietários, mas limitação de autonomia em relação às tomadas de decisão relativas ao uso dos recursos pela participação do Estado como co-gestor. Mesmo assim, muitos interpretam essa mudança como positiva, pois foi introduzida uma nova forma de olhar para o território e tomar as decisões quanto ao uso dos recursos (MENDES; SOUZA FILHO, 2017, p. 522).

Reserva Particular do Patrimônio Natural Ilha do Caju **-** localizado no município de Araioses e sobrepõe-se à APA do Delta do Parnaíba e à APA da Foz do Rio Preguiças/ Pequenos Lençóis e Região Lagunar Adjacente. De acordo com o Brasil (2020) o principal conflito de uso é o não ordenamento da atividade turística no interior da reserva.

APA da Foz do Rio das Preguiças-Pequenos Lençóis-Região Lagunar Adjacente - abrange os municípios de Água Doce do Maranhão, Araioses, Barreirinhas, Paulino Neves e Tutóia, em que o conflito atém-se à sobreposição de uso com o Parque dos Lençóis Maranhenses e a APA do Delta do Parnaíba, o que é agravado pelas mesmas pressões já indicadas para essas duas UCs (MARANHÃO, 2019b).

APA dos Morros Garapenses - inserida em uma zona de transição entre os biomas Cerrado e Caatinga, inclui os municípios de Buriti, Duque Bacelar, Coelho Neto e Afonso Cunha. Uma possibilidade de conflito refere-se ao grau de preservação de sítios paleobotânicos, com fósseis vegetais de idade permiana (mais de 250 milhões de anos) distribuídas em áreas, ora contínuas, ora espaçadas (MARANHÃO, 2019c). De acordo com a Folha do GARAPA (2015) obras realizadas próximas aos riachos são ameaças constantes, o que é preocupante face à realização de queimada e construção de roçados ilegais.

APA das Nascentes do Rio das Balsas - inclui os municípios de Alto Parnaíba, Balsas, Riachão e Tasso Fragoso, nos quais o principal indicativo de conflito é o avanço do agronegócio sobre tal UC. A agropecuária tem causado diferentes impactos no entorno da unidade, a exemplo do desmatamento, queimadas e criação de animais sem organização, o que tem sido uma pressão para um conjunto de 8 nascentes, haja vista a supressão das matas ciliares e o assoreamento (VIDINHA *et al.*, 2019).

Parque Estadual (PE) do Mirador - inclui os municípios de Mirador, Formosa da Serra Negra, Loreto, São Felix de Balsas, São Domingos do Azeitão, Sambaíba e Fernando Falcão; em tal UC os conflitos de uso vinculam-se ao impacto ambiental causado por queimadas que a descaracteriza e compromete sua significância, que é proteger e garantir a preservação da diversidade biológica, evitar o avanço do agronegócio e efetivação de ocupações irregulares no interior da unidade (SOUSA, 2018;

MARANHÃO, 2019b).

APA do Upaon-Açú/ Miritiba/ Alto Preguiças - inclui 24 municípios (Humberto de Campos, São José de Ribamar, Axixá, São Luís, São Benedito do Rio Preto, Icatu, Urbano Santos, Santo Amaro do Maranhão, Rosário, Itapecuru Mirim, Cachoeira Grande, Primeira Cruz, Presidente Juscelino, Bacabeira, Santana do Maranhão, Paço do Lumiar, Morros, Santa Quitéria do Maranhão, Raposa, Barreirinhas, Santa Rita e Belágua). Devido à sua extensão, essa UC particulariza-se pela sobreposição de uso com assentamentos, o que é um fator que provoca problemas em relação à sua gestão uma vez que a dinâmica dela é diversa e apresenta diferentes usos, sobretudo em função da alteração da paisagem causada pelo desmatamento, instalação de empreendimentos, pouca efetividade de planos de preservação/ recuperação de construções coloniais, ampliação da ocupação desordenada, êxodo rural, construções em áreas de proteção, a exemplo das APPs (MARANHÃO, 2014; 2019b).

De acordo com Sodré (2017, p. 160) a Comissão Pastoral da Terra (CPT) tem realizado o levantamento dos conflitos pela água no Brasil, sendo que o "Maranhão apresenta uma média de pouco mais de quatro conflitos nessa série histórica, ele ocupa a quinta colocação no número de casos registrados, ficando atrás de Minas Gerais, Bahia, Pará e Pernambuco". Para 2019, foram registrados de acordo com o Quadro **12**, conflitos envolvendo e preservação dos recursos hídricos, mais precisamente o uso predatório de locais de pesca, além do uso para fins agrícolas e crimes ambientais por vazamento de óleo.

Quadro 12 – Conflitos por água no Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão, em 2019

Município	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo de Conflito	Situação
Nova Iorque	Território Pesqueiro no Rio Parnaíba	10/17/2019		Uso e preservação	Divergência
Benedito Leite	Forquilha I, II e III/Região do Matopiba/Ilha Veneza	11/22/2019	19	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Tutóia, São Luís*, Santo Amaro do Maranhão, Araioses, Alcântara*, Barreirinhas, Cururupu* e Paulino Neves	Vazamento de Óleo/Várias Localidades Atingidas	11/29/2019	1926	Uso e preservação	Destruição e ou poluição

Fonte: CPT (2019)
Nota: *Município que fica fora do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro no Maranhão

O Bioma Cerrado e Sistema Costeiro apresenta inúmeros aspectos ligados à conflitualidade, os quais envolvem desde conflitos por terra e água à introdução de novos usos e à sobreposições diversas, que envolvem sobretudo unidades de conservação, terras indígenas, projetos de assentamento e território quilombolas; nesse sentido o entendimento sobre esses processos ainda precisa ser melhor qualificado e aprofundado visando ao ordenamento territorial em que o zoneamento ecológico-econômico é um instrumento crucial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o ano 1994 o Bioma Cerrado e Sistema Costeiro é integrado por 109 dos 217 municípios do Maranhão, o que significa 50,23% do território estadual nos quais se tem registrado maior dinamismo econômico, demográfico e espacial a contar de 2000. Todavia, esse dinamismo tem concorrido para pressionar os usos institucionais que abrangem 9 terras indígenas, 14 territórios quilombolas, 313 projetos de assentamento e 18 unidades de conservação que respondem por 27,66% da área total do bioma em que, por outro lado, concentraram-se 55,74% dos conflitos do Maranhão, em 2019. Some-se a isso que, a classe *outros* (área urbanizada, distrito industrial, culturas temporária e permanente, área de campo etc.) corresponde a 72,34% do citado bioma e por essa razão, impõe-se o Zoneamento Ecológico-Econômico de tal recorte espacial enquanto alternativa para reduzir conflitos e otimizar o ordenamento territorial, de maneira mais justa social e ambientalmente, o que deve estar aliado ao desenvolvimento econômico para todos os seus 2.723.784 habitantes (estimativa de 1º/07/20) que equivalem a 32,78% do total estadual.

Para tanto, deve-se levar em conta os 859.200,6 hectares identificados como sobreposições de diversos usos, as quais correspondem a 4,49% da área desse bioma e concorrem para insegurança jurídica e de efetivação de uso. O ZEE da etapa do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro, assim, deve ser conhecido, apropriado e utilizado pela sociedade como instrumento que subsidie a definição de ações, a efetivação de políticas públicas e, principalmente, seja usado pelo aparato da gestão pública diretamente dedicada ao planejamento territorial.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ACSELRAD, H. As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. **Base de Dados Geográficos-2013**. Disponível em: http://web.antaq.gov.br/portalv3/PNIH.asp. Acesso em: 10 out. 2020.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes. **A luta na pela terra frente à expansão da soja no município de Brejo-MA**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Dinâmica e Natureza do Espaço, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.

ANDRADE, Gilberto O. de. O Projeto de Colonização do Alto Turi (Maranhão). In: ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, v. 18., São Paulo, 1973. **Anais** ... São Paulo: AGB, 1973. p. 123-185.

ASSUNÇÃO, Matthias R. "Histórias do Balaio": historiografia, memória oral e as origens da balaiada. **Revista História Oral,** [s. l.], n. 1, p. 67-89, jun. 1998.

BRASIL. **Lei n.º 6.001, de 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, Df, 1973.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Decreto n.º 4887 de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 4, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Quadro Geral de Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs).** Brasília, DF, 2018. Disponível: www.fundacaoculturalpalmares.gov.br. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada das Mesas**. Brasília, DF: ICMBio, 2019.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba**. Brasília, DF: ICMBio, 2020.

BRASIL. Secretaria do Patrimônio da União. Portaria SPU n.° 24, de 26 de janeiro de 2011. Estabelece normas e procedimentos para a instrução de processos visando à cessão de espaços físicos em águas públicas e fixa parâmetros para o cálculo dos valores devidos a título de retribuição à União. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2011. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2011/p_spu_24_2011_espacosfisicos_areaspublicas.pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. Casa Civil. Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm#:~:text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 21 dez. 2020.

BURNETT, Frederico L.; LOPES, José A. V.; DIAS, Luiz J. B. (Orgs.). **Território, política e economia do Maranhão:** quatro séculos de ocupação territorial produtiva sob um novo e desafiador processo de desenvolvimento. São Luís: EDUEMA, 2017.

CABRAL, Maria do S. C. **Caminhos do gado**: conquista e ocupação do Sul do Maranhão. São Luís: Sioge, 1992.

CADORET, A. Conflitos territoriais. *In:* GÉRARDOT, M; PREVELAKIS, G (Dir.). **Dictionnaire de géographie dês conflits**. Atlande, Neuilly, 2012.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos por Terra no Brasil**. Série de 2001 a 2019. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

CARNEIRO, J. de R. D. **Povos e Línguas Indígenas no Maranhão**: Contato Linguístico. 2014. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

CARVALHO NETA, Raimunda N. F. (Org.). **Áreas de proteção ambiental no Maranhão:** situação atual e estratégias de manejo. São Luís: UEMA, FAPEMA, 2015.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão.** Rio de Janeiro: Obras Scientíficas e Literárias, 1924.

CARVALHO, Rita de Cássia Pereira de. **As territorialidades institucionais econômicos turísticos em áreas naturais protegidas no Delta do Parnaíba**. 2018. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2018.

CARDOSO, Raimundo Nonato Alexandre. **Entrevista.** Projeto de Assentamento Canto do Ferreira, Chapadinha-MA. 10 de dezembro de 2020.

CASTRO, Cláudio Eduardo. **O caminho entre a percepção, o impacto no solo e as metodologias de manejo:** o estudo de trilhas do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira–SP. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Estadual de Londrina, 2004.

COELHO, Elizabeth M. B. **A política indigenista no Maranhão provincial.** 1989. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1989.

FERREIRA, Antonio J. de A. O Estado do Maranhão do Sul: velha idéia e realidade? **Ciências Humanas em Revista,** São Luís, v. 4, n. 2, p. 137-152, 2006.

FERREIRA, Antonio J. de A. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense.** São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11082009-141934/. Acesso em: 21 dez. 2020.

FERREIRA, A. J. de A; SANTOS, Luís C. A. Formação socioambiental do estado do Maranhão. In: SIMONIAN, Lígia T. L.; BATISTA, Ester R. (Orgs.). **Formação socioambiental da Amazônia.** Belém: NAEA, 2015. v. 1, p. 249-317.

FERREIRA, Antonio J. de A. **A reestruturação urbana maranhense**: dinâmica e perspectivas. São Luís: Edufma, 2017.

FERREIRA, Antonio J. (Org.). **Geografia do turismo no Maranhão, Brasil:** reflexões teóricas e aplicabilidades. 1. ed. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2020a.

FERREIRA, Antonio J. de A. Revisitando o Maranhão: apropriação do território e escravidão sustentando a exploração econômica na América portuguesa. **Kwanissa,** São Luís, n. 6, p. 5-31, jul./dez, 2020b.

FERREIRA, Maria da G. R. **A dinâmica de expansão da agricultura moderna e suas repercussões sobre a pequena produção agrícola**: as novas formas de organização do espaço na região de Balsas-MA. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

FOLHA DO GARAPA. **Litígio político e crime ambiental sobre uma área de preservação permanente em Afonso Cunha**, 2015. Disponível em: http://folhadogarapa.blogspot.com/2015/03/litigio-politico-e-crime-ambiental.html. Acesso em: 07 jan. 2021.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Dados sobre terras indígenas**. Disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas. Acesso em: 01 jun. 2018.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Terras Indígenas - Dados cartográficos**. Disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/shape. Acesso em: 25 out. 2020.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Terras Indígenas**: O que é? Disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-24-32. Acesso em: 10 jun. 2018.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Comunidades certificadas**. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs. Acesso em: 01 jun. 2018.

FURTADO, Maria da Conceição Rodrigues. **Entrevista**. Prefeitura Municipal de Duque Bacelar. 11 de dezembro de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Portaria 48, de 15 de setembro de 2003**. Aprova o plano de manejo do parque nacional dos lençóis

maranhenses. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=110474. Acesso em: 20 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Manual de Uso da Terra**. 2013. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81615.pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 2017**. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017. Acesso em: 08 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Dados sobre Silvicultura em 2019**. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017. Acesso em: 08 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Conjunto de Dados Geográficos:** informação aplicável ao Conjunto de Dados - 2016. Disponível em: http://www.metadados.geo.ibge.gov.br/geonetwork_ibge/srv/por/metadata.show?uuid=03a39d12-392b-4225-af9f-b73df6b2443b. Acesso em: 10 out. 2020.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Mapa Temático e Dados Geoestatísticos das Unidades de Conservação Federais-2020**. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/geoprocessamentos/51-menu-servicos/4004-downloads-mapa-tematico-e-dados-geoestatisticos-das-uc-s. Acesso em: 10 out. 2020.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses:** Concessão de serviços de apoio à visitação - PROJETO BÁSICO. 2018. Disponível em: https://www.ppi.gov.br/concesSÃO-do-parque-nacional-de-lencois-maranhenses. Acesso em: 01 fev. 2020

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Acervo Fundiário.** Disponível em: http://certificacao.incra.gov.br/csv_shp/export_shp.py. Acesso em: 25 out. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Incra nos Estados - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária.** Disponível em: http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php. Acesso em: 08 jun. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Criação e modalidades de assentamento**s. Disponível em: http://www.incra.gov.br/assentamentosmodalidades. Acesso em: 10 jun. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Quilombolas**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/quilombola. Acesso em: 21 maio 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Assentamentos**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/rela-o-de-benefici-rios-rb-da-reforma-agr-ria. Acesso em: 21 maio 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Acervo Fundiário**. Disponível em: http://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/acv.php. Acesso em: 02 jun. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Projetos de Assentamento**. Disponível em: http://certificacao.incra.gov.br/csv_shp/export_shp.py. Acesso em: 15 dez. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Sitios Arqueológicos**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/fototeca/detalhes/17/fototeca-sitios-arqueologicos#:~:text=S%C3%A3o%20considerados%20s%C3%ADtios%20arqueol%C3%B3gicos%20os,lapas%20e%20abrigos%20sob%20rocha. Acesso em: 21 dez. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cartas patrimoniais**. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) - Sítios Georeferenciados - 2018**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1227. Acesso em: 20 de outubro de 2020.

MAPA DE CONFLITOS. **Impactos da Termelétrica em Santo Antonio dos Lopes.** Disponível em: http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=ma-comunidades-impactadas-pela-implementacao-do-complexo-termoeletrico-parnaiba-exigem-medidas-de-compensacao-e-mitigacao-e-indenizacoes-por-danos-morais-coletivos. Acesso em: 20 de novembro de 2020.

MAPBIOMAS. **Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo do Brasil.** Coleção 5 (1985-2019). Disponível em: https://mapbiomas.org/download. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

MARANHÃO. Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento. **Relatório do Diagnóstico do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão.** São Luís: SEPLAN; Campinas, SP: Embrapa, 2013.

MARANHÃO. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis–SEMA. **Plano de Manejo da APA de Upaon-Açu/ Miritiba/ Alto Preguiças.** São Luís: SEMA/TRAMITTY, 2014.

MARANHÃO. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis–SEMA. **Diagnóstico do Plano de Manejo da APA da Baixada Maranhense.** São Luís: SEMA/TRAMITTY, 2014a.

MARANHÃO. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis–SEMA. **Diagnóstico Plano de Manejo da APA das Reentrâncias Maranhenses.** São Luís: SEMA/TRAMITTY, 2014b.

MARANHÃO. Secretaria de Estado de Programas Estratégicos. **Diagnóstico do tema Ocupação, Uso e Cobertura da Terra do Bioma Amazônia do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão**. São Luis: SEPE/Imesc, 2019.

MARANHÃO. **Sumário Executivo do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Maranhão – ZEE**: etapa Bioma Amazônico. São Luís: IMESC, 2019a.

MARANHÃO. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais. **Base cartográfica de Unidades de Conservação Estaduais**. 2019b.

MARANHÃO. **Produção agrícola municipal:** o que mudou no Maranhão nos últimos 20 anos? São Luís: IMESC, 2019c.

MARANHÃO. Secretaria de Estado de Indústria e Comércio. **Informações sobre Distritos Industriais do Maranhão**. Disponível em: http://www.seinc.ma.gov.br/distritos-industriais/. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

MARANHÃO. **Pesquisa de pecuária municipal**: o que mudou no Maranhão nos últimos 20 anos? São Luís: IMESC, 2020a.

MARANHÃO. **Produção da extração vegetal e da silvicultura:** o que mudou no Maranhão nos últimos 20 anos? São Luís: IMESC, 2020b.

MARANHÃO. Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado do Maranhão. **Base de Dados Cartográficos - 2020**. Disponível em: http://www.zee.ma.gov.br/Portal/basededados. Acesso em: 20 out. 2020

MARANHÃO. **Unidades de Conservação Estaduais**. Disponível em: https://www.sema.ma.gov.br/unidades-de-conservacao/ Acesso em: 10 nov. 2020.

MARQUES, César A. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Fon-Fon & Seleta, 1970.

MEIRELES, Mário M. **Os negros no Maranhão**. São Luís: UFMA, 1983.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão.** 3. ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

MENDES, Diana Patrícia; SOUZA FILHO, Benedito. Nem soja, nem gaúcho. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 60, n. 2, p. 513-531, 2017.

MOTT, Luiz R. B. **Piauí Colonial**: população, economia e sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

MUNIZ, Gisselly Poliana Santos Muniz**. Ecoturismo em Carolina-Maranhão:** que prática é essa? 2018. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, São Luís, 2018.

NUNES, Maria Lúcia Borges**. Entrevista.** Projeto de Assentamento Canto do Ferreira, Chapadinha-MA. 10/12/2020.

NUNES, Levy Viana. **Entrevista.** Projeto de Assentamento Canto do Ferreira, Chapadinha-MA. 10 de dezembro de 2020.

OLIVEIRA, Adalberto Luiz Rizzo. Povos indígenas, desenvolvimento e conflitos socioambientais: Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, Poder Tutelar e Agro-negócio no Sertão Maranhense. **Tessituras**: Revista de Antropologia e Arqueologia, Pelotas, RS, v. 3, n. 1, p. 42, 2015.

OLIVEIRA, Karla Rosane Aguiar. **Fronteira Agrícola e Natureza:** visões e conflitos no Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba. 2018. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec, 2002.

REGO, Deijacy Silva. **Entrevista.** Parque Nacional da Chapada das Mesas, Carolina-MA. Chefe do PNCM. 25 nov. 2020.

ROCHA, Roberta Capim *et al.* Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: uma análise da prática conservacionista. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 7., 2016, Campina Grande. **Anais** ... Campina Grande: IBEAS, 2016. Disponível em: https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2016/VII-036.pdf. Acesso em: 1 fev. 2021.

RODRIGUES, Sávio J. D.; SANTOS, Luiz E. N. dos; COSTA, Carlos R. R. da. (Orgs.). **Temas de Geografia do Maranhão:** territórios e desenvolvimento regional. Lugar, educação e cultura. São Luís: Edufma, 2017.

RODRIGUES, Vanderson Viana; TERRA, Ademir. O drama camponês no Cerrado sul maranhense: conflitos socioterritoriais no campo em Balsas–MA. **Campo-Território:** Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 13, n. 31, dez., 2018.

SANTANA, Francisco de Almeida. **Entrevista.** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Raimundo das Mangabeiras. 26 nov. 2020.

SANTOS, Maria J. M. L. dos. **Geografia histórica da província do Maranhão nas primeiras décadas do século XIX**. Trabalho de Geografia Individual. São Paulo, 2007. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SCHMITT, A; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M.C.P. A atualização do conceito de quilombo: Identidade e território nas definições teóricas**. Revista Ambiente e Sociedade,** Campinas, ano v, n. 10, set. 2002.

SILVA, Maria Lindalva Alves; *et al*. Parque Nacional da Chapada das Mesas (Maranhão/Brasil): atividades socioeconômicas dos moradores e seus reflexos. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, Aracaju, v. 11, n. 2, p. 381-392, 2020.

SILVA, Joseane Maia Santos. Comunidades Quilombolas, suas lutas, sonhos e utopias. **Revista Palmares:** cultura afro-brasileira, Brasília, DF, v. 5, n. 5, p. 33-39, 2009.

SILVA, S. R.; NASCIMENTO, L. K. do. Negros e territórios quilombolas no Brasil. **Cadernos CEDEM,** [S. l.], v. 3, n. 1, p. 23-37, 2012. Diponível em: http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/viewFile/2339/1962. Acesso em: 08 jun. 2018.

SILVA, S. R.; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. O emaranhado dos conflitos de terra no campo maranhense. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, Porto, n. 10, p. 345-354, 2016.

SILVA, Nazioseno Santana da. **Entrevista.** Associação dos Agricultores e Agricultoras Nova Vida, Projeto Agroextrativista Bacuri. São Raimundo das Mangabeiras-MA, 26 nov. 2020.

SILVA, Francisca das Chagas Pinto da. **Entrevista.** Associação e Centro Cultural e Religioso Afro-Brasileiro Chagas Beija. Paulino Neves, MA. 19 dez. 2020.

SODRÉ, Ronaldo Barros. **O Maranhão Agrário**: dinâmicas e conflitos territoriais. Dissertação

(Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Dinâmica e Natureza do Espaço-PPGEO/ UEMA, 2017.

SOUZA FILHO, Benedito. Conflitos e estratégias para a governança territorial: o caso da Resex Chapada Limpa. **Revista Pós Ciências Sociais - Dossiê Sociedade, Ambiente e Governança,** São Luís, v.11, n. 22: 43-59. 2015.

SOUSA, Francisco Viana. **Entrevista.** Resex Chapada Limpa, Chapadinha-MA. 10 dez. 2020. Morador.

SOUSA, José Viana. **Entrevista.** Associação dos Trabalhadores Rurais Chapada Limpa II, Chapadinha-MA. 10 dez. 2020a. Presidente.

SOUZA, Erivane Maciel de. **Entrevista.** Projeto de Assentamento Brejo da Areia, Estreito-MA. 25 nov. 2020.

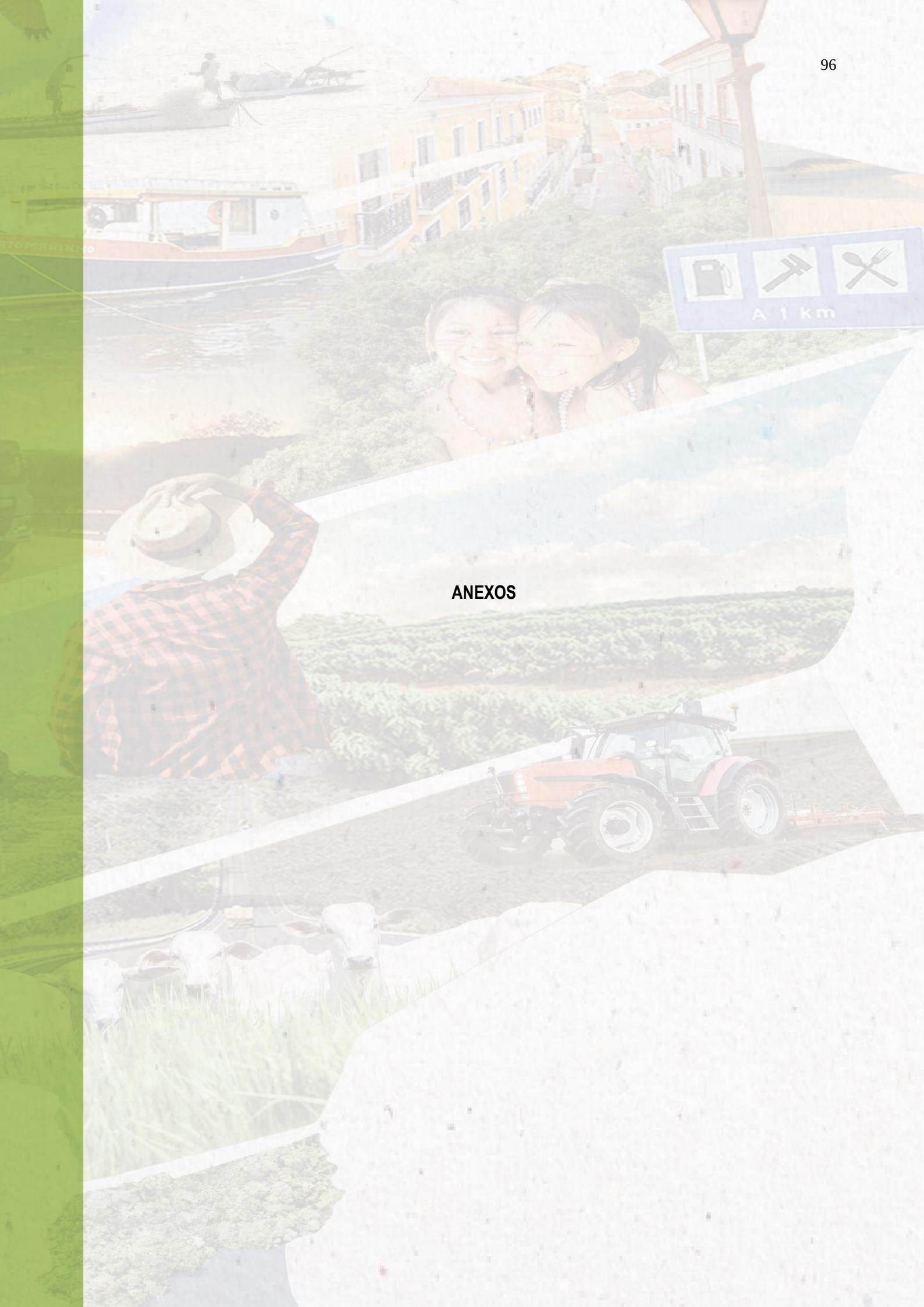
SOUZA, Francisco José de. **Entrevista.** Comunidade Quilombola Árvores Verdes, Brejo-MA. 12 dez. 2020. Presidente da Associação.

SUBRA, P. L´aménagement une question géopolitique! **Hérodote**, v. 3, n. 130, 2008.

TERRA, Ademir. Conflitos socioambientais na gestão do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: O caso das comunidades Tratada de Cima, Tratada de Baixo e Buritizal. **Boletim Goiano de Geografia (Online)**, Goiânia, v. 37, n. 2, p. 245-263, 2017.

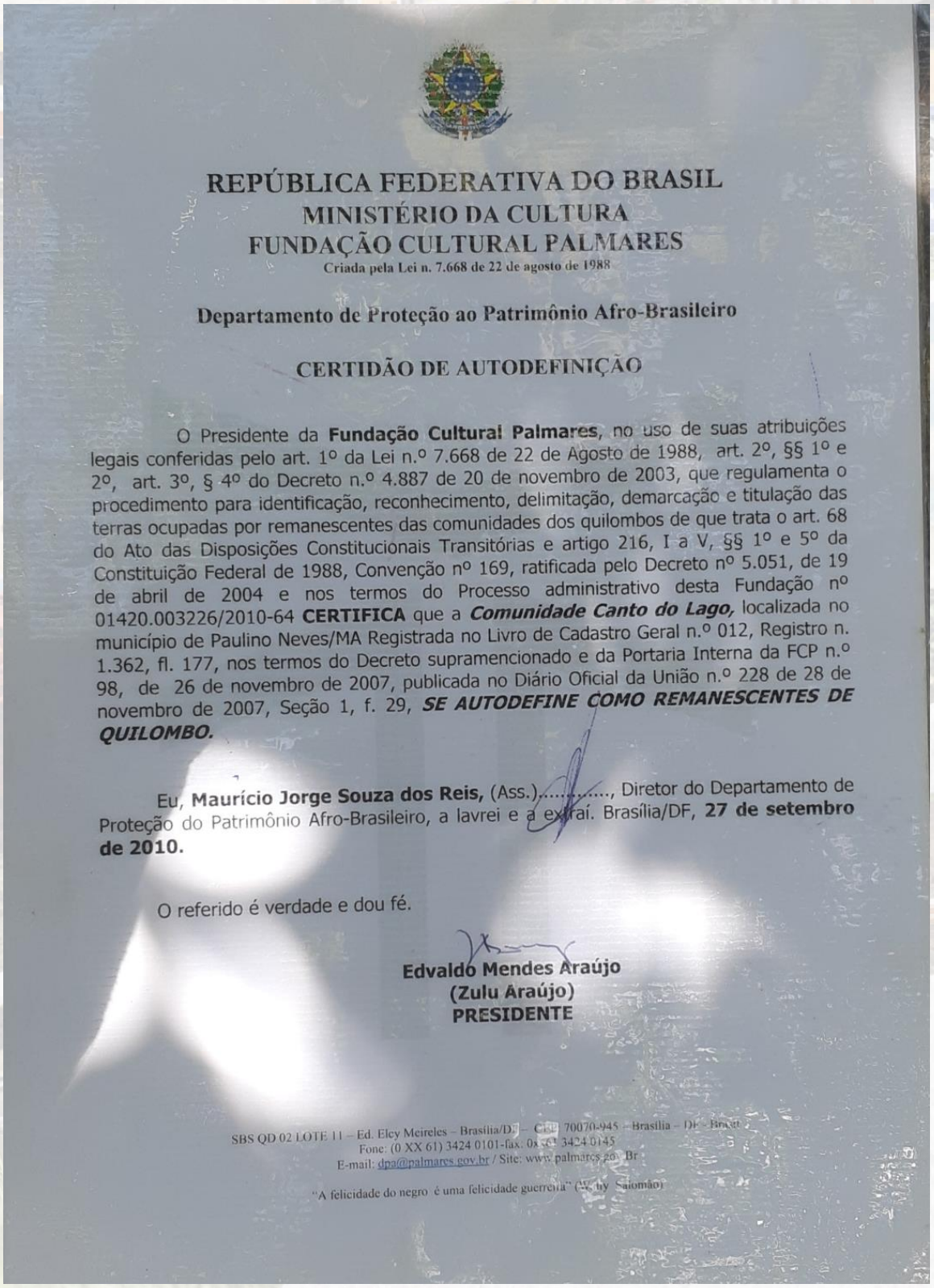
VIVEIROS, Jerônimo. **História do comércio do Maranhão - 1612/1895.** São Luís: Associação Comercial do Maranhão/ Lithograf, v.1, 1992 [1954].

VIDINHA, Juliana Martins *et al*. Educação Ambiental direcionada à conservação da Área de Proteção Ambiental das Nascentes do Rio Balsas, Maranhão. **Educação Ambiental em Ação**, v. XVIII, n. 69, 2019. Disponível em: http://revistaea.org/artigo.php?idartigo=3847. Acesso em: 2 fev. 2021.



ANEXOS

ANEXO A – CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO DA COMUNIDADE CANTO DO LAGO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do Processo administrativo desta Fundação nº 01420.003226/2010-64 **CERTIFICA** que a ***Comunidade Canto do Lago,*** localizada no município de Paulino Neves/MA Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 012, Registro n. 1.362, fl. 177, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, ***SE AUTODEFINE COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO.***

Eu, **Maurício Jorge Souza dos Reis,** (Ass.)....., Diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, **27 de setembro de 2010.**

O referido é verdade e dou fé.

Edvaldo Mendes Araújo
(Zulu Araújo)
PRESIDENTE

SBS QD 02 LOTE 11 – Ed. Elcy Meireles – Brasília/DF – CEP 70070-945 – Brasília – DF – Brasil
Fone: (0 XX 61) 3424 0101-fax. 0x 61 3424 0145
E-mail: dpa@palmares.gov.br / Site: www.palmares.gov.Br

"A felicidade do negro é uma felicidade guerreira" (Vinicius Salomão)

Fonte: SILVA, F. das C. Pinto da (2020)

ANEXO B – REQUERIMENTO DA ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DA CHAPADA LIMPA II

Associação dos trabalhadores rurais da Chapada Limpa II do município de Chapadinha, esta do maranhão, CNPJ nº 10,496,663/0001-00 com sede no povoado Chapada Limpa - II nº 18, telefone 98 99191-9718. A referida entidade tendo na presidência o Sr José Viana Sousa que no uso de suas atribuições legais junto ao corpo de associados, discutiu e aprovou a ideia de um projeto de iniciativa popular que se chama "estrada digna sem lama e sem poeira". Nesse caso, trata-se da melhoria da estrada vicinal Chapadinha – lagoa dos farias cujo extensão é de **64km, iniciando do** angelim passando pela chapada Limpa Santa Maria do Graco, Capinzal até a lagoa dos farias.

DA RAZÃO SOCIAL DA PROPOSTA

Estrada digna sem lama e sem poeira, um projeto reivindicado pela associação dos trabalhadores rurais da chapada lima – II, demais povoados supra citados, é uma reivindicação com vistas a resolver um problema que afeta não só os moradores deste povoado, mas também muita gente de outros povoados que convivem no inverno com lama dos atoleiros, o perigo das ladeiras e o mato fechando a estrada. No verão as ladeiras continuam perigosas por causa dos buracos criados pelas enxurradas do inverno; se o prefeito manda raspar, aparece a nuvem de poeira invadindo o interior dos caminhões de passageiros que inalam o que pode causar problemas de saúde pulmonar. Outra razão, é saber que a zona urbana do município já tem 85% de cobertura asfáltica. então é hora de se pensar na população da zona rural, que trabalha produzindo alimento; como legume da roça, os frutos da natureza, a carne de porco, do bode, da galinha e de bovinos , e ainda somos prejudicados na saúde financeira comprando peças de moto, carros, caminhões desgastados rapidamente. Portanto, vamos lutar até conseguir uma **estrada digna** com **asfalto e sinalização de trânsito adequada**.

DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROJETO

Na chapada Limpa II já acontece o pontapé inicial, no dia 17 de outubro mas deve acontecer diversas ao longo do processo do percurso reuniões e discutir com aa população que deve se unir também em um grande abaixo assinado a ser entregue por uma comissão de moradores ao legislativo e executivo do nosso município, analisar e transformar em um projeto embasado no orçamento do município a ser executado a médio ou a longo prazo.

QUANDO E COMO SERÁ FEITA ESTA OBRA:

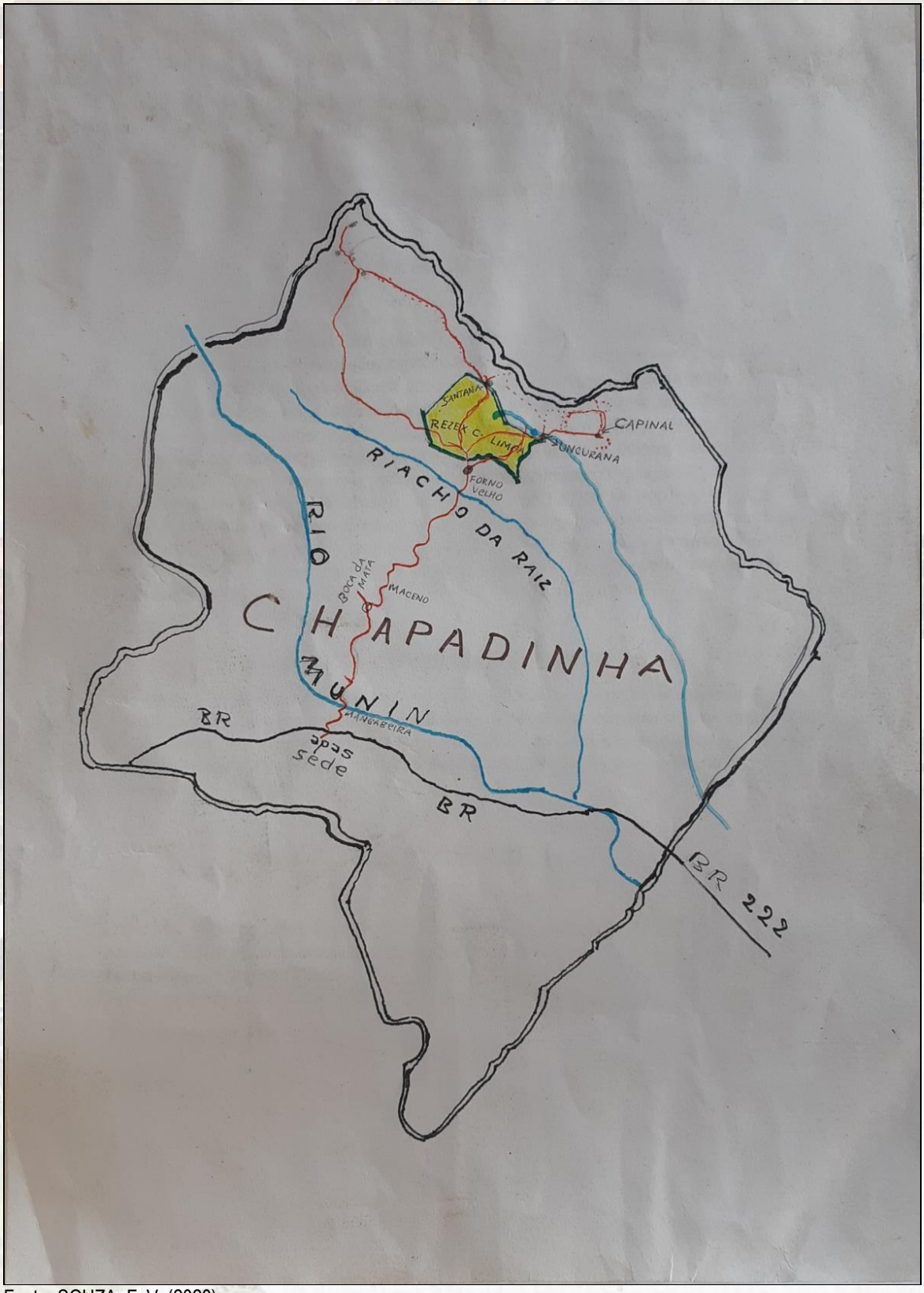
Deverá ter início no próximo verão de 2021 a começar a partir da BR 222 ali na localidade Angelim 10 Km em cada ano até seu ponto final ou seja, do **Angelim passando por Maceno, Forno Velho , Chapada Limpa II, Uncurana, Capinal, Santa Maria, Vacas, até Lagoa dos Farias** seu destino final. Ao todo são **64km** de acordo o mapa em anexo:

Prossegue-se com o abaixo assinado.

Chapada Limpa, 26 de outubro de 2020

Fonte: SOUZA, F. V. (2020)

ANEXO C – CROQUI DA ESTRADA ENTRE A RESEX CHAPADA LIMPA E A SEDE DE CHAPADINHA - MA



Fonte: SOUZA, F. V. (2020).

USO, OCUPAÇÃO E COBERTURA DA TERRA DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO MARANHÃO (ZEE-MA) (RELATÓRIO TÉCNICO) - ETAPA BIOMA CERRADO E SISTEMA COSTEIRO

INSTITUIÇÕES:

IMESC SEPE

GOVERNO DO MARANHÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

FAPEAD
FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

CPRM
Serviço Geológico do Brasil

Embrapa

UFMA
Universidade Federal do Maranhão

Acesse:

zee.ma.gov.br